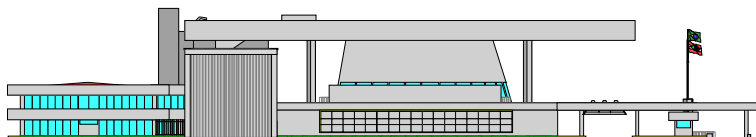


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE FEVEREIRO DE 2013

NÚMERO 6.511

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO

COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO

COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

COMISSÃO DE SAÚDE

COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL



<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 40 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 001ª Sessão Especial realizada em 05/02/20132 Ata da 001ª Sessão Ordinária realizada em 06/02/20136 Ata da 002ª Sessão Ordinária realizada em 07/02/2013 15</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa23</p> <p>Publicações Diversas Mensagens Governamentais.....24 Ofício36 Portarias36 Projetos de Lei40</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 001ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI LEITURA MENSAGEM ANUAL DO GOVERNADOR

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Aldo Schneider e Jorge Teixeira para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la.

Excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor vice-governador do estado de Santa Catarina, doutor Eduardo Pinho Moreira;

Excelentíssimo primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Romildo Titon;

Excelentíssimo segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Padre Pedro Baldissera;

Excelentíssimo senhor primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes;

Excelentíssimo senhor segundo-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Nilson Gonçalves;

Excelentíssimo senhor terceiro-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Manoel Mota;

Excelentíssimo senhor quarto-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Jailson Lima;

Excelentíssimas autoridades, srs. deputados e sras. deputadas, nos termos do art. 46 da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 3º do Regimento Interno desta Assembleia, declaro solenemente abertos os trabalhos legislativos referentes à 3ª sessão legislativa da 17ª Legislatura.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência registra com muita alegria a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor conselheiro Salomão Ribas Junior, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, integrante desta Casa;

Meu querido amigo Murilo Flores, secretário de Planejamento;

Senhor Fabrício Oliveira, presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

Senhor Dalírio Beber, presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;

Senhora Jenifer Mari Teodósio, neste ato representando a sra. presidente da Fundação Catarinense de Fundação Especial, Rosemeri Bartuchski;

Senhor Vanderlei Agostini, secretário-adjunto de estado da Infraestrutura de Santa Catarina;

Deputado estadual Ismael dos Santos;

Senhor Antônio Gavazzoni, secretário de estado da Fazenda;

Deputado estadual Volnei Morastoni;

Deputado estadual Sargento Amauri Soares;

Deputada estadual Ana Paula Lima;

Deputado estadual José Nei Ascari;

Deputado estadual Neodi Sareta;

Deputada estadual Dirce Heiderscheidt;

Senhor Luiz Carlos Silva, presidente do Instituto de Meteorologia de Santa Catarina;

Senhor Eduardo Deschamps, secretário de estado da Educação de Santa Catarina;

Senhor Celso Antônio Calcanhoto, secretário de estado do Fundo Social;

Senhor Gelson Sorgato, secretário executivo da Articulação Estadual;

Senhor Rodrigo Tasso, diretor-geral do Instituto-Geral de Perícias;

Deputado estadual Darci de Matos;

Deputado estadual Moacir Sopelsa;

Senhor César Grubba, secretário de estado da Segurança Pública;

Deputado estadual Maurício Eskudlark;

Senhor Ivan Ranzolin;

Senhora Marta Borges, presidente da Escola de Governo - ENA, de Santa Catarina;

Senhor João José Cândido da Silva, secretário de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina;

Senhor Israel Kiem, prefeito do município de Major Vieira;

Deputado estadual Silvío Dreveck;

Deputado estadual Aldo Schneider;

Senhor Dalmo Claro de Oliveira, secretário de estado da Saúde;

Deputado estadual Antônio Aguiar;

Senhora Professora Elza Moretto, secretária-adjunta de estado da Educação.

Vejo ainda, e penso que não registrei, a presença do deputado José Milton Scheffer; da deputada Angela Albino; do deputado Ciro Roza; do deputado Dirceu Dresch; da deputada Luciane Carminatti; do deputado Jean Kuhlmann; do deputado Narcizo Parisotto; do deputado Dóia Guglielmi; do deputado Serafim Venzon; do deputado Marcos Vieira; da secretária Ada De Luca; do deputado Mauro de Nadal; do sr. secretário de estado da Infraestrutura e também integrante desta Casa, deputado Valdir Cobalchini; do deputado Reno Caramori, meu decano companheiro; e deputado Valmir Comin.

Neste momento, fará uso da palavra o excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, dr. João Raimundo Colombo, para apresentar a Mensagem Anual prevista no inciso X do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

O SENHOR GOVERNADOR JOÃO RAIMUNDO COLOMBO - Senhoras e senhores e sr. presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli. Gostaria de saudar, com carinho e amizade, o nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira, e ao saudá-lo quero saudar todos os componentes do governo do estado de Santa Catarina que estão aqui presentes para prestigiar o Parlamento e esta sessão.

Quero cumprimentar o primeiro-vice-presidente, deputado Romildo Titon; o segundo vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera; o primeiro-secretário, deputado Kennedy Nunes; o segundo-secretário, deputado Nilson Gonçalves; o terceiro-secretário, deputado Manoel Mota; e o quarto-secretário, deputado Jailson Lima.

Cumprimento o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ex-deputado e conselheiro Salomão Ribas Júnior.

Através dessas autoridades, tomo a liberdade de cumprimentar cada uma das sras. deputadas e dos srs. deputados.

Queremos dizer da alegria e do orgulho que temos, em nome de toda a nossa equipe e do nosso vice-governador do estado, de estar presente hoje aqui neste momento importante em que encaminhamos a mensagem do governo à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ela está impressa e será distribuída a todos os srs. parlamentares para que possam, num plano extenso e amplo, acompanhar todas as realizações, bem como todas as propostas que desenvolveremos no ano de 2013.

Queremos, num pronunciamento rápido, mas do fundo do coração, em vez de ler o que está escrito numa mensagem, transmitir

os nossos sentimentos, a nossa luta e os nossos desafios.

É um privilégio ter essa responsabilidade no atual momento político e administrativo de Santa Catarina. Isso exige de nós um esforço muito grande e uma luta dura, cotidiana e firme para que possamos estar à altura do que é o estado de Santa Catarina.

Somos um estado que tem 1,1% do território brasileiro, um estado de dimensões pequenas. Temos cerca de 3% da população brasileira, mas ao longo dos anos, numa forma muito própria de viver, conviver e trabalhar, construímos um estado modelo.

Somos, por exemplo, o maior produtor de carne suína do Brasil e exportamos para o mundo todo. Somos o maior, às vezes o segundo maior, produtor de carne de aves e sempre o maior exportador.

Estamos presentes em mais de 150 países com o nosso trabalho. Somos, por exemplo, o maior produtor de maçãs. Somos, por exemplo, agora o quinto, e já no final do ano, nos últimos meses, o quarto maior produtor de leite do Brasil, superando São Paulo, Goiás, com grande tradição, forte força econômica e experiência no setor.

Eu poderia citar muitas outras atividades como, por exemplo, o maior centro de produção de geladeiras da América do Sul, de compressores. Mesmo um estado pequeno, com 1,1% do território, com cerca de 3% da população, somos, por exemplo, o maior produtor têxtil da América Latina. Ainda poderia citar o setor de papel, de sacos de papel, poderia citar o setor cerâmico, o nosso sul do estado, e em cada canto, em cada recanto tem uma história, tem um encanto, tem um jeito de ser catarinense.

Tenho falado um pouco deste passado. Em uma reunião, falei sobre o nome, a origem da geladeira Cònsul, hoje presente em todos os países da América do Sul, uma marca inegável. Ela nasceu e conta a história de Santa Catarina.

Eram dois homens, um deles foi deputado, o sr. Wittich Freitag, com um sonho e uma capacidade técnica de produzir, gerar riquezas. Eles conseguiram fazer duas pequenas geladeiras, e quando começaram não tinham um tostão no bolso, então, pegaram emprestado em Brusque. E através dessa experiência foram crescendo, crescendo, e hoje, só em Joinville, cerca de 12 mil pessoas trabalham na produção de geladeiras.

O nome Cònsul vem de quem emprestou o dinheiro para eles, confiou, deu crédito, o senhor cònsul Carlos Renaux.

Eu poderia falar na história da WEG, hoje uma referência no Brasil e no mundo, que atrai investimentos para cá, pela sua tecnologia e capacidade de parceria.

A WEG começou há 60 anos, um pouco menos, numa mesa de bar, onde três amigos, tomando chope, bem a característica alemã, começaram a idealizar uma indústria. Desfizeram-se do seu patrimônio, todo ele, um fusca, e com esse dinheiro formaram um capital para transformar nessa gigante presente em todos os lugares do mundo e aqui em Santa Catarina, com mais de 20 mil empregos.

É importante dizer que histórias como essas estão presentes em todos os municípios, em todos os lugares, mostrando a alma, a história, a força do povo catarinense. E aqui estamos reunidos para representar, para dar curso, para dar ganhos a toda essa história, a esse jeito de ser e de conviver.

Temos histórias simples em Santa Catarina. E no governo, produzimos um vídeo, através do qual mostramos a história simples, de pessoas humildes, de catadores de papel,

mas com firmeza, convicção, personalidade extraordinária, porque associando capital e trabalho, sobretudo exemplo de vida, conseguimos construir um estado extraordinário.

Vou depois entregar a cada um dos senhores deputados esse vídeo. São cinco histórias que modelaram os primeiros meses de ação do nosso governo.

No começo, tínhamos que conhecer o governo, conhecer o seu operacional, as pessoas, porque é fácil identificar as dificuldades, ver o que não funciona. E temos que fazer com que funcione, com que melhore, com que possamos estar mais presentes e melhor atuando na vida das pessoas.

Na segunda etapa, fizemos um trabalho para identificar essas prioridades, fugir das prioridades falsas. A partir daí nos dedicamos fortemente a elaborar projetos, fazer com que tivéssemos os mecanismos adequados para sair da boa intenção e entrar na fase da elaboração dos projetos. Vencida essa etapa, conseguimos lançar as licitações e fundamentalmente aí entramos numa fase muito importante, a de arrumar os recursos.

Esta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi e é uma parceira fundamental. Os projetos vieram para cá. Foram debatidos, esclarecidos, aperfeiçoados, mas a todos eles, digo isso por onde passo e com orgulho, foi dada uma grande contribuição, de tal forma que o estado de Santa Catarina conseguiu contratar cerca de R\$ 7,5 bilhões para entrar na fase da execução dessas obras e no aperfeiçoamento dos serviços que prestamos a Santa Catarina.

Preciso, por uma questão de justiça, salientar aqui a participação e a compreensão da presidente Dilma Rousseff e do governo federal, pois vencer a burocracia não é fácil, e eles nos ajudaram - o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, foi o homem que com espírito catarinense deu agilidade; o ministro Guido Mantega deu força; o ministro Fernando Pimentel e a presidente Dilma Rousseff estiveram sempre disponíveis, de tal forma que no final do ano conseguimos contratar todas essas ações.

A partir daí começamos a deflagrar um forte e arrojado programa de execução de obras. Hoje ainda, às 17 horas, estaremos em Criciúma, terra do nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira, ex-prefeito, para levar para lá uma obra fundamental e importante para o seu desenvolvimento, a Via Rápida. Projeto fundamental para fazer com que Criciúma cresça com qualidade. Estaremos lá dando a ordem de serviço para as máquinas começarem a trabalhar. O mesmo acontecerá na sexta-feira, em Joinville, na Avenida Santos Dumont, obra fundamental para o crescimento com qualidade na cidade de Joinville. E na semana passada, iniciamos em quatro outras ruas a pavimentação.

Assim tem sido feito em todas as regiões do estado; assim continuará sendo feito nos meses de fevereiro, março, abril e maio. Para isso aperfeiçoamos um modelo de gestão de tal ordem que a obra tenha começo, meio e fim. Obras que não andavam, que sofriam com a lentidão, com a burocracia, como, por exemplo, o Aeroporto de Florianópolis, conseguimos desobstruir todas as questões; elas iniciaram e estão com o seu curso acelerado. Obras como a finalização da Ponte Hercílio Luz, acompanhamos toda semana o seu ritmo. Esta semana chegam as balsas; no final de março começamos a montar a estrutura interna; no final de junho ela estará suspensa, enfim, ela é motivo de todos os dias fazermos o acompanhamento. Este programa tem um nome: Pacto por Santa Catarina, que

significa união, integração de todos nós no sentido de alavancar e promover o nosso desenvolvimento.

Esse pacto é o que coordena todas essas ações. Isso tudo é dinâmico, sempre possível de aperfeiçoar, de melhorar, de corrigir. É exatamente isto: a integração que propomos. Se por um lado temos esses recursos para investir, que prioritariamente serão em rodovias, e as ações são simples, pois Santa Catarina tinha há dez anos um milhão e meio de veículos emplacados, no mês de novembro, ultrapassamos a soma de quatro milhões...

Não é possível trafegar nas mesmas estradas! Não é possível! Temos o segundo maior número de acidentes em estradas do Brasil. Minas Gerais tem indicadores piores do que o nosso. Em acidentes com vítimas fatais, inclusive, Santa Catarina é o segundo.

Assim, estamos fazendo a terceira pista, retirando curvas, duplicando rodovias, fazendo novas para criar alternativa de tráfego. Tudo isso vai ter um impacto muito grande, pois são quase dois mil quilômetros. E a identificação disso foi feita com responsabilidade pela Polícia Rodoviária Estadual que nos trouxe onde aconteciam acidentes, por que eles ocorriam, quais os procedimentos que deveriam ser adotados. Levamos então aos nossos engenheiros que estudaram, aperfeiçoaram, que corrigiram de tal forma que entramos na fase da execução.

O mesmo acontece em áreas importantes. Vamos investir cerca de R\$ 450 milhões em escolas, na estruturação, na construção de novas escolas, na recuperação e aperfeiçoamento. Na área tecnológica vamos investir cerca de R\$ 300 milhões na segurança pública para novos equipamentos, para a reformulação, para a adequação e melhores condições de trabalho a esta segurança pública que tem feito um trabalho extraordinário, grandioso, honesto, à altura da nossa tradição, da força das nossas unidades de segurança, que têm sido testadas como estão agora, em desafios novos para nós, mas com uma coragem incomum. E aqui faço uma homenagem a todos os policiais civis e militares do GP, do Corpo de Bombeiros, por honrar e salvar a vida das pessoas, oferecendo com o risco da sua própria vida a segurança a todas as pessoas.

Quero colocar os desafios que temos na Saúde, que são desafios profundos, que exigem de nós tomadas de decisões corajosas. Temos 14 hospitais públicos em Santa Catarina que custam, todos, somados, por ano, algo em torno de R\$ 600 milhões.

Faturamos cerca de R\$ 150 milhões. É possível crescer muito essa arrecadação, melhorando o processo de gestão na receita. Portanto, há um déficit de R\$ 450 milhões. E para todos os outros 200 hospitais, repassamos apenas R\$ 150 milhões. Mas esse processo precisa ser mais bem gerido. Temos o secretário Dalmo, a nossa equipe, um grupo de técnicos qualificados, respeitando a estrutura existente, e os nossos trabalhadores que se dedicam.

É fundamental evoluirmos.

Eu tenho, ao longo da minha vida pública, aprendido a dialogar com respeito e humildade, a atender a todos e a ouvir cada um, mas jamais tenho o direito de perder a capacidade de ouvir a quem não está presente, a quem não tem voz, a quem sofre pelas estruturas que às vezes não são as adequadas. Essa é nossa missão de governo, e isso persigo todos os dias, com determinação.

Temos desafios na área da Justiça e Cidadania e algumas vitórias. Por exemplo, hoje, temos seis mil detentos que já estão

trabalhando. Fizemos um acordo inédito no Brasil. Em todas as empresas onde esses detentos trabalham, depois que concluem a sua pena, eles têm mais um ano de emprego garantido, porque profissionalizar, reinserir na sociedade, recuperar, dar uma profissão, é essencial para que possamos avançar nesse trabalho.

Quanto às unidades industriais, nesse período foi ativada a de Criciúma, Tubarão, Lages. Foi ativada a penitenciária de Itajaí, o presídio de Itajaí. Na semana retrasada, foi ativada a unidade nova de Chapecó. São quase três mil vagas, e vamos gerenciar mais quatro mil vagas, sempre na visão da recuperação, da capacitação.

Temos vitórias importantes para assegurar o crescimento econômico. A GM, a primeira fábrica de Santa Catarina na automotiva, inaugura sua fábrica de motores no dia 25. Ainda no final deste mês, a BMW estará aqui assinando o seu contrato; ela já comprou o terreno e está tomando todas as providências necessárias. E por uma questão de agenda vamos concluir. Também está chegando uma fábrica de Canoinhas, a Sinotruk. Estamos com uma linha nova, com a possibilidade de trazer outra montadora operando no porto de Imbituba, que o governo do estado assumiu e pretende fazer um competitivo bastante eficiente e com maior carga operacional. Enfim, temos muitos desafios.

Precisamos atuar juntos, somando forças, os governos federal, estadual e municipal. E no dia 26 faremos em Florianópolis um encontro com todos os 295 prefeitos. Vamos disponibilizar para eles uma nova linha de financiamento, em que o governo do estado assume as responsabilidades financeiras. Os juros, o custo financeiro, o governo do estado vai pagar. Dependendo da obra social ou estrutural nas propriedades familiares, vamos assumir parte do investimento, de tal forma que teremos mais 295 parceiros produzindo o desenvolvimento e o crescimento de Santa Catarina.

As medidas dos portos com relação à questão do ICMS de importação impõem ao estado, no ano de 2013, uma perda de R\$ 600 milhões na nossa receita. O que acontece também em relação à diminuição do custo de energia, com um pacote de mais de R\$ 200 milhões. Se por um lado temos um volume de investimento que nunca existiu no mesmo tempo na história deste estado, fruto de empréstimos internacionais, de empréstimos nacionais, de compensação com o governo federal em relação a Santa Catarina, por medidas como essas, temos, como houve em 2012, uma realidade de receita decrescente. No ano passado, a nossa receita frustrou-se cerca de R\$ 1,72 bilhão, mas não foi um problema de Santa Catarina; é um problema mundial.

A situação da economia na Europa se arrasta com muitas dificuldades e com crises permanentes, alterando a realidade financeira mundial.

Todo mundo acompanha a realidade dos Estados Unidos e sabe das suas dificuldades, do momento que vive a economia americana. Por outro lado, isso compactua a Ásia que tem um crescimento menor do que nos últimos anos.

O Brasil não é uma ilha. Em que pese todas as medidas, as ações, as reações, as atitudes do governo federal, a economia cresceu cerca de 1%, talvez um pouco menos no ano passado. Esses números vão sair em breve. Isso teve uma queda de receita significativa.

Nessa hora é importante que haja responsabilidade, às vezes com desgaste e

compreensão, mas para que possamos assegurar absoluta normalidade temos que ser cautelosos.

No mês de janeiro, a arrecadação não foi boa novamente, não cresceu como era o esperado. E essa é a realidade de todos os estados do Brasil, eis que no final do ano a grande maioria deles não conseguiu honrar os compromissos, como, por exemplo, o 13º salário. Não conseguiu pagar a maioria dos fornecedores. Muitos anteciparam as receitas. Nós conseguimos. Foi um período de muito sacrifício e dedicação pessoal de toda a nossa equipe.

Vejo aqui o secretário Nelson Serpa, de cabelos brancos. Quantas noites passamos fechando as contas para chegar no final do ano cumprindo as nossas responsabilidades, como é o nosso dever e o que todo mundo espera!

Agora, vejo o Antônio Gavazzoni. Com a ajuda de todos nós e com a nossa equipe que está presente - temos um grupo muito eficiente preocupado com a gestão -, temos que fazer o acompanhamento dessa realidade. E ela vai ser feita com transparência absoluta, com toda qualidade, com todos os dados e com muito diálogo. Diálogo permanente, diálogo aberto com os nossos servidores, com os nossos sindicatos, com os nossos deputados, com a sociedade. E todas as ações para aperfeiçoar o modelo de gestão, para reduzir custos, para aumentar eficiência e para melhorar a vida dos servidores, vamos fazer. Somos, sobretudo, companheiros de uma luta que visa, fundamentalmente, promover o bem-estar e o desenvolvimento de Santa Catarina.

Do fundo do coração, o nosso reconhecimento ao Parlamento catarinense, a cada uma das senhoras deputadas e a cada um dos senhores deputados. Encontramos aqui, nos dois anos que passaram, o debate contraditório das ideias, as posições individuais dentro das suas convicções, profundamente respeitável e elogiável, mas na hora em que o estado precisou da agilidade necessária para contrair os empréstimos, para dar curso às obras, para atrair investimentos, a Assembleia soube ser muito grande, à altura desse nosso grande estado.

Venho aqui para dizer isso do fundo do meu coração, profundamente reconhecido, em nome do nosso governo, e para nos colocar à disposição, para continuarmos caminhando juntos, mostrando a nossa realidade de forma transparente e honesta, mostrando as nossas lutas, pedindo a ajuda e a colaboração e trabalhando juntos para que possamos fazer Santa Catarina cada vez maior, mas, sobretudo, cada vez melhor.

Desejo ao presidente, deputado Joares Ponticelli, que assume o cargo, e cumprimento o ex-presidente deputado Gelson Merisio, muito sucesso no seu trabalho. Contem conosco, somando forças, respeitando as nossas atribuições constitucionais, as características próprias e a independência de cada Parlamento, mas nos unindo para o bem de Santa Catarina.

Em meu nome e em nome do meu querido amigo Eduardo Pinho Moreira, em nome de toda a nossa equipe, muito obrigado pela atenção e pelo apoio. Obrigado pelo que vocês fazem a favor de Santa Catarina!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Quero agradecer a manifestação e a mensagem que acaba de trazer sua excelência o senhor governador João Raimundo Colombo, acompanhado do vice-governador Eduardo Pinho Moreira e dos membros do governo.

Quero dizer ao senhor governador que esta Casa o recebe com muita alegria, consciência das responsabilidades que temos e

que esperamos neste ano de 2013 que o seu governo continue dispensando a este Poder, a este Parlamento, o mesmo tratamento respeitoso e harmônico que até aqui tem empreendido.

É preciso fazer esse reconhecimento de público, do tratamento republicano, respeitoso e harmônico como deve ser, mantendo a independência que este Poder tem que ter. E é bom que se frise sempre isso para que não possa parecer ou que ninguém possa tentar passar para a sociedade que pelo fato de o governo ter maioria nesta Casa possa transformá-la num apêndice seu.

Vossa Excelência bem sabe que em várias oportunidades as matérias governamentais que para cá foram encaminhadas receberam por parte deste Parlamento, além de um amplo espaço de debate, também o espaço e nenhuma manifestação contrária do Executivo para que pudessem ser aperfeiçoadas. Exemplo disso foi o próprio projeto do piso salarial, que por três vezes a matéria veio e voltou para o Executivo, com uma série de alterações que aqui, nesta Casa, democraticamente foram feitas. E assim pretendemos continuar cumprindo com o nosso papel neste ano que consideramos extremamente importante para Santa Catarina.

Estive na última quinta-feira, sras. e srs. deputados, na cidade de Porto Alegre, para prestigiar a posse do presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Lá vi o noticiário local comemorar que o governo daquele estado, que detém um orçamento exatamente o dobro do de Santa Catarina, comemora investimentos de R\$ 2,5 bilhões nos próximos dois anos.

Aqui estamos vivendo um momento ímpar de termos, a partir do início de 2013, já a entrega de ordens de serviço. E participaremos, nós com a bancada do sul, daqui a pouco, lá na cidade de Criciúma, da solução de um problema, de um pleito de décadas, vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que permitirá com que o alavancamento do desenvolvimento de Criciúma e de toda região possa ser acelerado.

São ações que se aguardavam há muito tempo que estamos vendo acontecer, num período que equivalerá a sete anos e meio de mandato.

É preciso que se faça esse registro, porque também compreendemos o esforço e as dificuldades que estados e municípios vêm enfrentando Brasil afora.

Também tive, senhor governador, sr. vice-governador, srs. membros do governo, sras. e srs. deputados, a oportunidade de no ano de 2012 presidir a entidade que congrega os 27 Paramentos deste país.

Temos as dificuldades que estados e municípios enfrentam por conta da crescente concentração da receita no governo federal, que não é problema criado pela presidente Dilma Rousseff, não. É preciso reconhecer o esforço que a presidente e seu governo têm feito para poder empreender parcerias com os estados e municípios. Mas ao longo dos últimos anos o governo federal vem sistematicamente concentrando cada vez mais os recursos em Brasília, criando dificuldades cada vez maiores e exigindo cada vez mais criatividade de estados e municípios para poderem cumprir com as suas obrigações.

Não tenho dúvida de que na próxima medição, senhor governador Raimundo Colombo e vice-governador Eduardo Pinho Moreira, da concentração de receita neste

Brasil, com o veto dos *royalties*, vamos ter já mais de 70% da receita pública do Brasil concentrados nas mãos do governo central, enquanto que a responsabilidade de estados e municípios aumenta cada vez mais.

Não tenho dúvida de que governadores e prefeitos gostariam de estar fazendo muito mais, mas enquanto não tivermos efetivamente a revisão desse pacto federativo... É nos municípios e estados que as pessoas estão mais próximas do governo; é aqui que as decisões precisam acontecer com mais rapidez.

Faremos a nossa parte. Continuaremos nessa luta para que Santa Catarina não veja mais de R\$ 1,5 bilhão da sua receita serem transferidos para o governo central, por conta de uma dívida que foi renegociada em 1998. Uma dívida que era de R\$ 4 bilhões, que se pagou R\$ 8 bilhões e que ainda se deve R\$ 10 bilhões. São recursos que faltam, sim, na Educação, Saúde e Segurança, por conta dessas incompreensões. Mas é preciso reconhecer o esforço que tem sido feito... E quando vemos alguns daqueles que tanto cobram terem nos estados que governam o não cumprimento desses compromissos, dá para compreender que às vezes se pratica um discurso diferente de uma prática.

Aqui, governador, pode ter certeza de que esta Casa fará a sua parte, respeitando a posição de cada um dos 40 parlamentares que a compõem, da condição de cada uma das bancadas, porque esse foi o esforço que fizemos para chegar a uma Mesa de consenso, eclética.

Continuaremos, sim, cumprindo com o nosso papel democrático, responsável, com educação.

Para as pessoas serem respeitadas também precisam dar o respeito. E é isso que quero pedir. E esta Casa, porque é a Casa dos catarinenses, continuará respeitando todos, mas os que aqui vêm também precisam respeitá-la, porque educação tem que ser uma estrada de mão dupla. Por isso, quero, na conclusão desta manifestação, dizer, sr. governador, que a partir de hoje, instalados os trabalhos, não fugiremos do debate que a sociedade catarinense espera de nós.

O episódio recente, triste, de Santa Maria, dizimou inclusive famílias de catarinenses que enterraram os seus jovens no oeste e no extremo oeste de Santa Catarina. Fomos testemunha da dor de muitos, eis que somos pais, mães e passamos o último domingo e a semana toda sensibilizados e emocionados em todos os momentos que assistimos televisão.

Tenho um filho de 17 anos e senti, como tenho certeza absoluta a maioria dos homens e mulheres deste estado, o quanto foi difícil para aqueles irmãos de Santa Catarina e tantos gaúchos que viram os seus filhos com grandes perspectivas pela frente serem levados por conta de omissão, de irresponsabilidades e por falta de um debate. Infelizmente precisou aquele episódio acontecer para que tivéssemos que dar um espaço dentro das estruturas para revisar essa legislação.

Sei que o secretário Serpa já está cuidando, porque o governador nos informou, de um projeto que será encaminhado a esta Casa para tratarmos desse tema. Sei que diversos outros colegas, assim como eu próprio, já têm iniciativas parlamentares para protocolarmos a partir de hoje quando oficialmente se inaugura este momento. E esta Casa terá um longo período de debate para que possamos clarear e melhorar a legislação, para evitar que outros pais e mães, para que outros catarinenses e brasileiros possam sofrer com

episódios como aquele havido nos últimos dias em Santa Maria.

Também, deputada Ada de Luca, não nos esquivaremos de participar do debate, secretário Grubba, deste momento difícil que estamos vivendo.

Ontem, participei na condição de representante deste Poder, dos demais 39 parlamentares, de reunião, na sede do Tribunal de Justiça, com a presença do presidente do Tribunal, com diversos desembargadores, deputado Romildo Titon, com o representante do Ministério Público, os representantes do governo, para que pudessemos nos inteirar deste momento de terror que o crime organizado tenta impor ao nosso estado.

A Assembleia Legislativa fará a sua parte, governador, para fazer o enfrentamento, porque esse problema temos que enfrentar, além de outras ações que pretendemos implementar. E uma delas, vamos mirar, deputado Ismael dos Santos, na direção de uma das causas de todos esses problemas, que é o crescente consumo das drogas, especialmente do *crack*, em nosso estado.

Vamos fazer o enfrentamento nesse período, além de outras ações como aquela que v.exa., deputado Romildo Titon, vai coordenar, para que possamos fazer a adaptação do nosso Código Ambiental brasileiro.

V.Exa. conduziu muito bem a discussão inédita em Santa Catarina e vai ter a missão de fazer essa revisão juntamente com todos os órgãos do governo, além do enfrentamento e da tentativa de sensibilização sobre isso, para mostrar ao governo federal que os tempos são outros, que o carvão mineral do sul e do Rio Grande do Sul podem e devem, sim, ser usados como uma grande fonte de energia que o Brasil tanto precisa para a geração de emprego e renda para a nossa gente.

Esses são alguns dos grandes temas que pretendemos empreender, além daqueles que v.exas. vão colocar em pauta para esta sessão legislativa.

Agradeço mais uma vez a presença de v.exa., senhor governador João Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, dos membros do governo. Contem sempre com a ação deste Poder, independente, autônomo, mas harmônico, em favor da gente catarinense. É assim que pretendemos coordenar as ações deste ano. E não tenho dúvida de que a partir de primeiro de janeiro de 2014 o deputado Romildo Titon vai continuar com essa missão.

Muito obrigado!

(Palmas)

Instalada a terceira sessão legislativa da 17ª legislatura, a Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e convoca outra sessão ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Após a execução do hino de Santa Catarina, convidado os srs. parlamentares para acompanharem até o *hall* de entrada os excelentíssimos senhor governador João Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, juntamente com os membros do governo.

Neste momento teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta encerrada a sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Refere-se às perdas provocadas pela estiagem.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se às obras no planalto norte.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Questiona a mensagem do governador; manifesta preocupação com os ataques no estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Questiona fala da deputada Ana Paula Lima.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Manifesta-se com relação à nova onda de ataques.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta preocupação com relação à nova onda de ataques em Santa Catarina.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Fala a respeito da realidade da questão do sistema prisional de Santa Catarina.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz um contraponto ao pronunciamento da deputada Ana Paula Lima; reporta-se à segurança no estado.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Responde ao deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Congratula-se com o deputado Valmir Comin.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à tragédia em Santa Maria e à nova onda de ataques no estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de passar para as Breves Comunicações, esta Presidência comunica que, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 30 do Regimento Interno, o qual determina o número de vagas que cabe a cada bancada ou bloco parlamentar para composição das Comissões Permanentes, abre o prazo de cinco sessões para que

cada líder proceda à indicação dos nomes de sua representação.

Comissões com nove membros: comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Ética e Decoro Parlamentar. Bancada do PMDB e do PSD - duas vagas; bancada do PSDB e do PP - uma vaga; bancada do PT - uma vaga e o bloco PDT, PPS, PTB e PCdoB - uma vaga.

Comissões com sete membros: comissão de Agricultura e Política Rural; de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; dos Direitos da Criança e Adolescente; de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; de Educação, Cultura e Desporto; de Legislação Participativa; de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul; da Pesca e Aquicultura; de Proteção Civil; de Saúde; de Segurança Pública; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Transportes e Desenvolvimento Urbano; de Turismo e Meio Ambiente.

Para a bancada do PMDB, 2 vagas; PSDB, 1 vaga; PP, 1 vaga; PT, 1 vaga; PSD, 1 vaga; e para o bloco PTB, PPS, PDT e PCdoB, 1 vaga.

Solicito à assessoria que distribua também uma cópia desta comunicação às bancadas.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, saúde de forma especial o Cristiano, nosso conterrâneo, que está aqui presente e que atua na área de *marketing*.

Gostaria de iniciar a minha fala dizendo que o ano de 2012 foi de muita movimentação, de muito trabalho, tanto aqui no Parlamento quanto nas atividades pelo estado. E, com certeza, este ano de 2013 não será diferente. Teremos muitos desafios, mas juntos iremos trabalhar para garantir o melhor para Santa Catarina.

Lamentavelmente, mais de uma vez o oeste e o meio oeste catarinense enfrentam o problema da seca. Nos últimos 12 anos foram dez estiagens, ou seja, são dez anos de perdas consideráveis na agricultura, que refletem diretamente na economia e na mesa dos brasileiros.

Os agricultores que plantaram o milho em novembro somam perdas de cerca de 50% a 70% da safra. A safra também está sendo descartada já que a terra não tem umidade suficiente para a plantação do milho e cerca de 90% dos agricultores não conseguirão fazer o plantio. Refiro-me aos agricultores dessas áreas afetadas pela estiagem, inclusive já com parte deles com decreto de emergência.

A Bacia Leiteira já computa perdas de 10% a 20% da produção. Muitos agricultores

estão antecipando o fornecimento de silagem já que no campo a pastagem secou.

Na região da Amauc, - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - diversos municípios estão decretando situação de emergência, a água já está faltando e para citar um exemplo, dois poços artesanais secaram e estão aumentando os pedidos de transporte de água em todos os municípios afetados pela estiagem.

Nós já falamos aqui em outras ocasiões que precisamos de medidas estruturantes para combater as estiagens e também nesse caso agora de medidas emergenciais.

(Continua lendo.)

“O governo federal tem aumentado, é verdade, as linhas de crédito e, inclusive, no ano passado firmou uma parceria entre o ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o governo do estado para a construção de 4,9 mil cisternas para o reaproveitamento da água da chuva no combate à seca.

O objetivo é atender a 24.500 pessoas de 81 municípios das regiões oeste e extremo oeste que foram atingidas pelas estiagens nos últimos anos.

O investimento do ministério do Desenvolvimento Social é de R\$ 12,3 milhões com a contrapartida do estado de apenas R\$ 650 mil para a capacitação das famílias e serviços preliminares de nivelamento dos terrenos, e para uma pesquisa qualitativa que irá verificar se as cisternas serão usadas de modo adequado. A construção dessas cisternas será feita por meio de cooperativas que participarão de chamada pública. O programa integra o Pacto pela Proteção Social do governo do estado e será executado pela secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.”

Mas aqui está um detalhe importante que me leva a me pronunciar com mais ênfase sobre esse assunto: é que os recursos já foram liberados pelo governo federal, mas o estado ainda não providenciou o devido processo licitatório. É preciso, portanto, que o estado, deputada Ana Paula Lima, agilize esse processo licitatório, pois há milhares de pessoas sofrendo com a estiagem.

Fizemos, inclusive, um requerimento nesse sentido endereçado às secretarias responsáveis pelas licitações, que é a da Administração e também a secretaria que irá fazer a execução desses recursos.

(Continua lendo.)

“Quanto às linhas de crédito, os agricultores da região sul afetados pela seca” - mas é a seca passada, só que já estamos vivendo outra seca - “terão até o dia 28 de fevereiro para acessar a linha de crédito emergencial no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. A ampliação do prazo que terminaria no final de janeiro foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, a pedido do ministério do Desenvolvimento Agrário, em função de solicitações de organizações dos agricultores

familiares.” Esse prazo está, portanto, prorrogado até 28 de fevereiro.

“A linha emergencial de crédito pode ser acessada por agricultores dos municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de abril de 2012. O valor total disponibilizado é de R\$ 1,2 bilhão.

O crédito emergencial para a região sul financia projetos técnicos para reconstrução ou revitalização das unidades familiares de produção; práticas de uso, manejo e conservação de solo e de água; implantação de projetos de irrigação; formação e melhoria de pastagens; e produção e conservação de forragem para alimentação animal.

Por essas atitudes é que podemos ver a preocupação do governo federal com os atingidos pela estiagem aqui no estado. Mas não podemos ficar de braços cruzados, pois são muitas famílias sofrendo com os problemas das secas passadas e agora mais uma no presente.

Falta chuva, mas não falta esperança para a agricultura de Santa Catarina, que é formada por mulheres e homens batalhadores, que mesmo enfrentando dez anos de seca não desistem da vida no campo.

E é neste sentido, já que não temos o poder de fazer chover, que faço, mais uma vez, um apelo ao governador do estado, para que priorize o processo licitatório para a construção dessas cinco mil cisternas que beneficiará os agricultores. Que também determine a assistência imediata, auxílio imediato para as famílias dos municípios que estão novamente em estiagem, que estão com os decretos de estiagem já em andamento, que possa dar assistência e atendimento a essas famílias.

Senhor presidente e senhores deputados, sobre esse assunto era isso que tinha a declarar. Infelizmente o tempo está encerrando, mas gostaríamos de rapidamente fazer um registro sobre o grande evento acontecido na semana passada, do encontro de lideranças do Brasil inteiro com a presidente Dilma e com os ministros, no encontro dos prefeitos em Brasília, deputado Ismael dos Santos, de lideranças e outros deputados.

Eu mesmo estive acompanhando esse evento, bem como alguns deputados do nosso estado e de outros estados. Os prefeitos também estiveram acompanhando as reuniões, as audiências, quando foram tratados os convênios, a participação do governo federal nas ações dos estados, dos municípios, um evento importante que demonstrou a preocupação do governo federal nas parcerias com os municípios.

Temos a perspectiva de que os municípios que correrem - vamos usar este termo, mas o correr significa competência para buscar o cadastramento dos projetos -, forem atrás, apresentarem projetos, terão condições de buscar recursos para as suas comunidades, de parcerias junto ao governo federal, para fazer obras e serviços.

Queria, portanto, fazer esse registro, parabenizar este encontro convocado pela Presidência da República, coordenado pela secretaria das Relações Institucionais, a nossa ministra catarinense, Ideli Salvatti, cujo trabalho lá foi bastante elogiado nessa mobilização dos prefeitos.

Para encerrar, eu não poderia deixar, nesta primeira fala do ano legislativo, deputado Ismael dos Santos, de fazer um registro de pesar para o trágico acontecimento de Santa Maria, onde a vida de pessoas, jovens com a vida pela frente, foram dizimadas, fruto de

irresponsabilidade de alguns, que provocou aquela tragédia.

Que sirva isso de lição para que as questões de segurança sejam olhadas com mais atenção e que se possa olhar para esses eventos, para essa juventude, mas com o olhar da preocupação.

A apuração dos fatos de Santa Maria precisa ser rigorosa, precisa ser urgente, minuciosa, para que sirva isso como exemplo, para que o Brasil, os nossos estados e os nossos municípios não deixem novas tragédias como essa acontecerem.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de registrar com satisfação a presença nesta Casa dos vereadores Manoel e Danilo, de Schroeder, e do presidente daquele Poder Legislativo, vereador Valdivino.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Bem-vindos, presidente da Câmara e vereadores do município de Schroeder.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar, pela vez primeira, o nosso presidente que nos vai comandar durante um ano. E temos a certeza de que o fará com maestria, como mostrou nos seu discurso de abertura perante o governador e perante o estado de Santa Catarina.

Saúdo todas as senhoras deputadas, os senhores deputados, especialmente o vereador Almir Borini, de Porto União, e sua família, sua esposa Margarida, sua filha Selma, que nos visitam neste dia.

Bem-vindos a esta Casa!

Gostaríamos de iniciar a nossa fala parabenizando o governador do estado pela mensagem que veio trazer aos deputados e a todos os catarinenses. Mensagem esta de otimismo, mensagem da realidade, mensagem das dificuldades e também mensagem de esperança de dias melhores para o futuro de nossa sociedade, para nossos filhos e esperança para o povo catarinense.

Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira estiveram nesta Casa e deixaram, sem dúvida nenhuma, uma mensagem importante para todos nós catarinenses.

Estivemos no planalto norte, em Rio Negrinho, na semana anterior, deputado Aldo Schneider, nosso líder da bancada, juntamente com o prefeito Alcides Grohkopf, vereadores, autoridades, deputado Sílvio Dreveck e Darci de Matos, para o grande lançamento da rodovia de união do planalto norte com o alto vale de Itajaí, o maior anseio do planalto norte.

Temos certeza de que é o maior investimento do planalto norte o lançamento do edital da rodovia BR-477. O primeiro lote vai de Moema a Volta Grande e corresponde a 43,4 quilômetros. O orçamento aproximado é de R\$ 74 milhões. O segundo lote da rodovia BR-477, entroncamento com a SC-112, Dr. Pedrinho, na extensão de 29,2 quilômetros, está com um orçamento aproximado de R\$ 78 milhões.

Estivemos com o governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira em Rio Negrinho, autorizando a ordem de serviço para 22,6 quilômetros para a referida rodovia. Obra esta financiada pelo BNDES, no valor de R\$ 34,7 milhões.

Então, esse crescimento, esse desenvolvimento de Santa Catarina também está ocorrendo no planalto norte. Temos certeza de que essas obras terão o seu término ainda no governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

A grande preocupação também se faz na área da saúde para o planalto norte. Conversamos com o secretário dr. Dalmo de Oliveira para a instalação da nossa alta complexidade em Canoinhas, Mafra e São Bento do Sul.

Deputado Sílvio Dreveck, São Bento do Sul faz, sim, o grande pedido para a instalação de Oncologia no município que tão bem conhecemos - o sr. deputado Sílvio Dreveck é o representante de São Bento do Sul.

Assim, estamos dizendo que a alta complexidade se faz necessária em todo o planalto norte, não é só em Mafra nem em Canoinhas. Em Mafra, devemos ter alta complexidade em Obstetria, em Neonatologia, pois é lá que temos a Maternidade Dona Catarina Kuss, que já atende com especialidade, já atende com capacidade, já atende com coerência e com ótimo atendimento em Obstetria e em Neonatologia.

Temos também pedido para Cirurgia Bariátrica. São dois pedidos importantes para o município de Mafra, como também para o município de Canoinhas, mas principalmente alta complexidade em Traumatologia/Ortopedia. Canoinhas é o único município que tem cirurgia de mão. O cirurgião do planalto norte em Canoinhas se destaca com o dr. Marcelo Sussenbach.

Temos lá neurocirurgia, com o dr. Moraes, que acabou de chegar ao município e faz cirurgia de coluna. Temos especialistas em joelho, o dr. Adriano Aguiar e o dr. Marcelo Galotti. Temos cirurgião especialista em quadril. Portanto, temos cinco ortopedistas para fazer o atendimento do Planalto Norte, em alta complexidade, traumatologia e ortopedia.

Com certeza a saúde no município de Canoinhas também precisa da hemodiálise. É necessário que seja implantada para que os pacientes não precisem se deslocar, 50, 120 quilômetros para fazer uma hemodiálise e depois ainda voltar. O doente tem que ser atendido *in loco*, principalmente o sofrido paciente da hemodiálise. Tenho certeza de que a hemodiálise será instalada em Canoinhas pelo governo estadual, e fazemos um pedido ao dr. Dalmo para que aconteça o mais rápido possível, mesmo porque é um pré-requisito para a traumatologia e a ortopedia.

Quero dizer aos catarinenses que estivemos ausentes deste plenário por aproximadamente 90 dias. Enfrentamos provações inerentes a todo ser humano, mas tivemos umas provações a mais. Ocorreu a morte do meu filho. Ocorreu um acidente durante a campanha, e fiquei quatro meses de cama, dois meses antes da eleição e dois meses depois.

Recentemente, tive uma doença oncológica. Fui operado no Hospital Sírio Libanês em São Paulo, com sucesso. Estou curado, não precisando fazer quimioterapia e radioterapia.

Quero dizer que estou aqui cheio de energia e esperança de juntamente com os 40 deputados continuar fazendo o trabalho que a

sociedade exige de nós. Que possamos fazer com que as leis que vamos aprovar atendam aos anseios da sociedade. Que a Assembleia Legislativa continue fazendo no seu plenário a aprovação das leis necessárias à sociedade. Que os 40 deputados, todos imbuídos do mais alto espírito, possam mudar a imagem do político. Que todos os políticos e nós, catarinenses, tenhamos muita transparência e clareza. E espero que a sociedade reconheça o trabalho dos bons deputados, que façam a diferença e não coloquem todos numa vala comum, chamando de corruptos e por aí afora.

Existem deputados muito bons neste estado e no Brasil. Vamos mudar a imagem dos políticos. E espero que a sociedade saiba reconhecer o trabalho dos deputados honestos, que fazem seu trabalho, que honram os votos que receberam nas urnas, que com dignidade lutam pela sua região, levando recursos para lá e gerando crescimento e desenvolvimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

Nesse tempo que v.exa. ficou fora, pode ter certeza de que ficamos todos na torcida diária pelo seu restabelecimento. V.Exa. enfrentou momentos de muita dificuldade, muita luta e deixou os seus colegas, desta Casa, apreensivos e numa grande torcida.

Que Deus continue lhe concedendo saúde. Nós estamos felizes em revê-lo nestas condições. Que v.exa. possa servir de referência e de exemplo, a partir de tantas dificuldades que empreendeu com a perda do único filho, com o acidente que teve que enfrentar naquelas condições e com a grave doença que v.exa. empreendeu.

Pode ter certeza de que o seu exemplo de luta pela vida foi referência, exemplo e reflexão que fizemos em vários momentos. Que Deus lhe conceda saúde. Essa também é a torcida da nossa Casa, tenho certeza de que de todos. Também é o desejo de todos o restabelecimento do nosso colega deputado Altair Guidi que se desloca, hoje, para São Paulo. Ele vai passar por uma intervenção cirúrgica, estará com uma boa equipe médica fazendo esse procedimento.

E a nossa torcida para que ele restabeleça logo a sua condição plena de trabalho para poder voltar a servir ao povo catarinense, aqui, nesta Casa.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, líder do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, que tem a missão de coordenar os trabalhos, nesta Casa, durante todo este ano, um acordo entre todos os parlamentares desta Casa.

Desejo sucesso neste novo comando!

Ao deputado Antônio Aguiar realmente Deus fez uma série de proações para ele, na caminhada desses últimos anos. Que ele cada vez se fortaleça mais.

Quero desejar-lhe vida longa, saúde, paz e bons trabalhos, aqui, na Assembleia, assim como também ao deputado Altair Guidi, que vai passar por uma intervenção cirúrgica.

Ouvia atentamente, srs. parlamentares, e faço um cumprimento todo especial aos srs. parlamentares, aos funcionários desta Casa, a quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e a quem não tive prazer ainda de cumprimentar. Que o ano de 2013 seja um ano de muita felicidade, de muita saúde e de muito sucesso. E que os trabalhos aqui possam

contemplar os anseios do povo catarinense, já que o governador do estado não tem feito isso, de uma forma que o povo tanto deseja.

Eu ouvia atentamente o discurso do deputado Antônio Aguiar, quando se referia à mensagem que o governador fez ontem, aqui, neste Parlamento.

Que mensagem, senhores? Que mensagem que o governador passou para o estado de Santa Catarina? Que mensagem é essa que eu não compreendi?

Ouvia atentamente também o discurso do sr. governador proferido, nesta Casa, e confesso que mais uma vez a mensagem que eu recebi do governador do estado de Santa Catarina foi uma mensagem de decepção.

Eu esperava, srs. parlamentares, sra. deputada e público catarinense, um governador decisivo, um governador vibrante, um governador propositivo e uma mensagem firme e vigorosa diante daquilo que mais tem perturbado o sono e tem angustiando o nosso povo, que é a crise na segurança pública da história de Santa Catarina.

É isso que o nosso povo esperava do governador. Uma ação firme nesta hora.

Quero fazer aqui algumas reflexões que estão angustiando os catarinenses. E lamento profundamente a sequência de erros cometidos na condução pelo governo do estado, nessa área, que acredito, srs. deputados, ser estratégica.

A população catarinense está aterrorizada, está com medo, está vivendo um estado de plena insegurança.

Pela primeira vez na história Santa Catarina está refém de um crime organizado. Em menos de três meses, srs. parlamentares e sra. deputada, fomos surpreendidos duas vezes por ataques a ônibus, veículos, bases policiais, incêndios em caminhões, pela mais absoluta ausência do governo.

Aqui faço uma sequência que a assessoria da bancada do PT nos fez, de novembro do ano passado até janeiro deste ano, dos municípios que foram atacados pelo crime organizado: Maracajá, Balneário Camboriú, Araquari, Laguna, Tubarão, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Camboriú, sempre, Criciúma mais uma vez, Tijucas, Palhoça, São José, Joinville mais uma vez, Gaspar pela segunda vez este ano, Florianópolis, Chapecó, Itapema, Blumenau, a minha cidade, Itajaí, Ilhota, uma cidade muito pequena, Indaial. Todos esses municípios que elenquei, no ano de 2012 e 2013, foram mais uma vez atacados. Quantos municípios faltam ainda para terem essas ações e o governo do estado se atentar para esse problema que tem afetado todos nós?

Pela segunda vez, srs. parlamentares, somos manchete nacional com imagem de tortura e violência nos presídios, o que não ajuda em nada na condição das políticas de segurança pública, nas políticas da condução de ataques no estado de Santa Catarina. Também pela segunda vez o Brasil inteiro está falando do problema em Santa Catarina, mas parece que o governador do estado e seus secretários não se atentam para essa preocupação.

Eu registro que a responsabilidade por esse momento não é dos profissionais da área da segurança, não são dos policiais civis, policiais militares, que fazem, sim, um trabalho exemplar nas ruas. A responsabilidade do que está acontecendo no estado de Santa Catarina é de quem comanda o estado catarinense, dos que comandam a Segurança Pública, dos que governam o nosso estado. Faltam políticas

públicas e sobram, srs. parlamentares, incompetências.

Completamos mais uma semana de ataques. A sociedade também está apavorada. Somam-se 60 ocorrências em 19 municípios. Será que os outros municípios dos 295 que temos no estado vão sofrer também com essa situação? Foram ônibus queimados, veículos, bases policiais, caminhões, casas de agentes públicos e até a garagem de uma prefeitura do município de Ilhota, pequena, também sofreu esses ataques.

Ontem, depois de ouvir decepcionada a mensagem do governador que contou essa história aonde ele vai, as historinhas de catarinenses que deram certo, eu fiquei a tarde toda aqui imaginando que ele vinha dizer a solução dos problemas de nosso estado, não para saber de histórias que deram certo. Eu quero que dê certo o governo dele, para que o nosso povo durma mais tranquilo.

Depois que de sair daqui, à tarde, da Assembleia Legislativa, vi imagens de fumaça de mais um ônibus sob chamas em Florianópolis e pude sentir o medo nos olhos de muitas pessoas, de homens e mulheres que observavam aflitos o que estava ocorrendo. Isso foi ontem mesmo, depois de eu sair deste Plenário.

Hoje, o governador do estado finalmente foi ao governo federal para ver e entender o que já havia sido oferecido em novembro do ano passado, em termos de soluções, recursos e aparato para resolver os problemas, quando aconteceram os ataques no ano passado e Santa Catarina não quis. Assim, hoje, o governador do estado está, sim, com o ministro da Justiça, mas somente, deputado Ismael dos Santos, para buscar as vagas nos presídios e penitenciárias.

Somente para buscar as vagas? Não! Nós queremos mais do que isso. Não queremos só a transferência dos presos perigosos para essas penitenciárias de segurança máxima. Nós queremos mais do que isso. Nós queremos resolver esse problema e saberemos o que é que está acontecendo aqui. E a minha pergunta é: por que será que o governo do estado não aceitou a ajuda do governo federal? Será que estava com medo que a nossa Polícia Federal descobrisse alguma coisa que estava acontecendo nos gabinetes do governador do estado de Santa Catarina e dos seus secretários? Essas investigações é que devem saber por que ocorre e por que estão acontecendo esses ataques.

Será que estão com medo? Não somente a transferência de presos... Queremos saber o que está acontecendo.

Uma força-tarefa aqui. Se não vierem com essa solução hoje do governo federal que já ofereceu ajuda no ano passado, este Parlamento tem que parar, sim, e discutir essa situação, porque é lamentável o que vem acontecendo no nosso estado.

Então, srs. parlamentares, esse assunto é longo, é desgastante, é preocupante e não podemos somente ouvir através dos meios de comunicação o que a nossa população está sofrendo todos os dias.

Começou no ano passado, deputado Sargento Amauri Soares, já era uma mensagem avisando o que é que estava acontecendo na segurança do nosso estado.

Então, acho que temos uma responsabilidade muito grande. Por isso saí, infelizmente, srs. parlamentares, não somente eu, mas muitos dos senhores, decepcionada. Qual a mensagem que o governador passou para o público de Santa Catarina no dia de ontem? Qual a mensagem? Que Carlos Renaux

deu o primeiro empréstimo para instalar a Cònsul, a WEG, nós sabemos. É ler história. Ele que faça a sua história salvando o povo de Santa Catarina do sistema que tem vivenciado, que é o sistema de insegurança.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra por até cinco minutos o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, catarinenses que estão aqui, colegas de imprensa, tenho dois assuntos para tratar e quero ver se consigo tratar nesse tempo.

Eu não poderia ficar de forma nenhuma sem alguma resposta ao comentário da deputada Ana Paula Lima.

Primeiro quero dizer que o governador falou, sim, dando uma mensagem aos catarinenses. Cada um tem sua forma de falar, de agir. O governador prefere falar dessa forma, da história dos catarinenses.

Todos nós, deputado Aldo Schneider, recebemos a mensagem, deputada Dirce Heidercheidt, que vem com tudo que temos de empresas, deputado Silvio Dreveck, que elas se misturam na história do estado.

O governador aqui falou de todas as ações. Falou inclusive de uma obra fantástica lançada em Criciúma, que vai beneficiar a vida dos criciúmens em muito e o desenvolvimento daquela cidade. Falou, para a nossa cidade em Joinville, sobre a duplicação da Santos Dumont e de tantas outras obras. Inclusive quero parabenizar o governador que deixou de lado o discurso escrito, através do teleprompter, que estava aqui, e falou como sempre, com o coração, não lendo ontem o discurso.

Então, a deputada não prestou atenção. Talvez ela estivesse em outra atividade aqui dentro ou só prestou atenção naquilo que quis.

Com a ação, a força federal, o governo do estado de Santa Catarina estava fazendo tudo que é possível, junto com o governo federal, na questão de segurança. Quando se fala em Força Nacional, parece que é o Exército brasileiro. Sabem quantos homens tem na Força Nacional para atender ao Brasil inteiro, no tamanho continental, deputada Dirce? Cem homens para atender ao Brasil inteiro. Cem homens.

Aí fico pensando que é uma forma muito leviana de colocar uma situação que o estado está vivendo e está preocupado dessa forma. E fico pensando no aparato, pois que se transformou em muitos casos políticos a ação da Polícia Federal aqui neste país. E não vou chegar a Blumenau, onde está havendo um monte de denúncias, de investigações, que o promotor é parente de não sei quem, é cunhado, é primo, de gente ligada à oposição. Mas não quero falar sobre esse assunto agora.

Não poderia de forma nenhuma deixar de falar também de fogo. Mas não é o fogo que estamos passando com esses atentados no nosso estado.

Por conta dessa tragédia em Santa Maria o Brasil inteiro, deputado Jorge Teixeira, está revendo as suas licenças e a forma de prevenção de acidentes, de tratamento nas casas, em todas, que recebem público.

O que me trouxe extrema preocupação é um cidadão de Brusque, comandada pelo Partido dos Trabalhadores, que por um

decreto do prefeito extinguiu a necessidade do Habite-se para dar alvará para as empresas e casas noturnas naquela cidade. Isso foi feito por decreto. São leis que o ex-deputado Paulo Excel, prefeito de Brusque, extinguiu simplesmente e disse: não precisa mais de Habite-se para tirar alvará de licença para casas noturnas funcionarem em Brusque.

Quando o Brasil inteiro está preocupado em fazer fiscalização, o governo do PT, de Brusque, diz que não precisa mais de Habite-se.

Então, esta Casa precisa ter, sim, uma posição, sr. presidente, com relação a todas essas questões. Sabemos que muita força está nas mãos do prefeito, mas temos que tomar cuidado com esses prefeitos que colocam em risco a vida da população pensando em outras vantagens. E deixo aqui o meu alerta, porque a cidade de Brusque está numa situação de contramão do Brasil inteiro. E os seus moradores ficaram numa situação muito complicada por conta desse decreto do prefeito do PT, da cidade de Brusque.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, primeiro quero fazer o registro que é a primeira vez que o PCdoB usa a tribuna sob a sua presidência. E dessa forma desejo sorte, que faça um trabalho muito profícuo à frente da Assembleia Legislativa e que mantenha essa disposição que sempre teve na interlocução com outras Assembleias Legislativas, de defender o Poder Legislativo, a autonomia e a independência deste Poder.

Boa-sorte, deputado Joares Ponticelli, muita boa-sorte.

Eu gostaria de iniciar este ano de 2013, muito embora com a pauta já repesada desses meses que ficamos fora do Parlamento, todos nós, para discutir um pouco da questão que estamos tratando no estado de Santa Catarina e que envolve essa nova onda de ataques.

Peço licença ao nosso estado, para particularizar na região da grande Florianópolis. Estive com muito prazer com a coronel Claudete Lehnkuhl, com o dr. Everton, do DEAP, e também com o nosso delegado regional Renato Hendges, participando de um debate, tratando um pouco do tema.

Fica muito claro para nós o tamanho do problema que temos. E tenho a convicção de que hoje é um grande tema sobre o qual Santa Catarina precisa se debruçar. Não é possível que num estado tranquilo como o nosso, um estado conhecido pela ordem, possamos viver dias como aqui em Florianópolis, que a partir das 23h não tem mais ônibus. Nós estamos à beira do Carnaval, um dos grandes eventos do estado de Santa Catarina, um dos grandes eventos para Florianópolis, para a sua arrecadação inclusive. Não é só um momento de comemoração cultural, não é só um momento de alegria, é também parte da economia do município. Mas não temos condições mínimas de segurança para o nosso povo e para o turista que vem para cá.

Imaginem v.exas. que estamos vivendo uma segunda onda. Em novembro do ano passado o estado já viveu isso, mas havia uma característica: era mais concentrado, eram

ataques em poucas cidades. Hoje, já chegamos a 19 cidades, num total de 60 ocorrências.

O que me chama a atenção em particular é que ontem, em Florianópolis, um ônibus foi incendiado às 17h30. E esperava ontem mesmo que o pronunciamento do governador fosse contundente sobre esse assunto, que pudesse dizer para Santa Catarina, aliás, ele precisa dizer isso, o que pensa sobre o que está acontecendo e as ações que pretende fazer a partir disso.

É claro que queremos superar este momento e para isso todos estarão juntos, não haverá governo nem Oposição neste momento. O que há aqui para nós é de fato o interesse do povo catarinense, mas precisamos de respostas; precisamos saber primeiro por que isso está acontecendo; precisamos que o governo diga se negociou ou não em novembro do ano passado, como está no CD que está circulando e que é do conhecimento de todos. Houve ou não negociação? E, se houve, o que foi negociado? E se não houve, o governo terá que vir para cá dizer que não houve e nos convencer de que de fato não houve negociação.

Temos que tratar também da questão que mais se atém à responsabilidade da Assembleia Legislativa, que é a prevenção, o combate à violência na sua forma ténue, antes que ela aconteça. Para isso é preciso gerar oportunidades e desenvolvimento econômico. Não há política de direitos humanos mais elevada do que gerar oportunidade de dar às nossas crianças escola em tempo integral, qualificar a saúde do estado de Santa Catarina e valorizar os trabalhadores que atuam na área da Segurança Pública.

Hoje, recebi um e-mail, o qual quero partilhar com todos vocês, e quem está em casa nos ouvindo pela TVAL poderá conferir, de uma pessoa que trabalha no presidio de São Pedro de Alcântara relatando que três colegas seus cometeram suicídio há pouco mais de um ano em função das condições de trabalho. Eles são mal remunerados, há um efetivo pequeno e não têm condições de trabalho. É claro que juntando esse caldeirão todo chegamos a esse cenário que está agora. E ontem ouvi o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves de que, na verdade, não é somente um fator, e v.exa. está corretíssimo nisso, é uma série de fatores que têm assolado o estado de Santa Catarina, os quais vamos fazendo de conta que não acontecem.

Concluindo dentro dos segundos que me restam, quero saudar aqui o presidente deputado Joares Ponticelli pelo seu discurso de posse e dizer que esta Casa vai ser pró-ativa no debate de combate, vai ser protagonista no combate às drogas. Para isso precisamos dar oportunidades aos jovens para que eles tenham outra perspectiva de vida que não seja a das drogas. E para isso nós, da Assembleia, precisamos também nos sentir corresponsáveis, seja na prevenção ou depois no tratamento. Porque todos os dias há uma mãe pedindo para nós um lugar para tratar o seu filho e não temos, e isso é parte do combate à violência.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, representando a bancada do PSDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero, mais uma vez, augurar a v.exa. que tenhamos, nos

próximos dois anos, muitas novidades, que v.exa. possa desenvolver seu trabalho dentro de sua criatividade, inteligência e que alcancemos pleno êxito nessa gestão.

Dito isso, quero deixar registrado nos anais desta Casa o sentimento de perda profunda deste deputado e, tenho absoluta certeza também, dos srs. deputados, principalmente dos colegas de trabalho, de um funcionário desta Casa, que era assessor da coordenação de plenário, que trabalhou conosco até alguns meses atrás. Foi detectada uma doença nele, estava com leucemia, e em questão de muito pouco tempo acabou perdendo a vida.

Fui tomado de muita surpresa com a notícia da morte de José Neves Filho, que trabalhou 20 anos nesta Casa e estava assessorando os trabalhos aqui do nosso plenário. Então, fica aqui o nosso sentimento de perda aos familiares de José Neves Filho, que faleceu em 08 de janeiro de 2013.

Dito isso, gostaria de falar sobre o tema abordado anteriormente pela deputada Angela Albino, pois não podemos ficar calados mesmo que muitos nos acusem de demagógicos.

É muito grave a situação que estamos enfrentando e vivenciando neste momento com relação ao assustador aumento do poder dos marginais a ponto de praticamente nos tornarmos reféns. Isso tem não apenas uma causa, mas muitas, e se formos citar todas teríamos que começar, em primeiro lugar, pelo sentimento de impunidade que existe em função, principalmente, da frouxidão da lei que permite a um delinquente, condenado por até quatro anos, não cumprir pena. Quer dizer, se eu roubar um carro e for condenado até quatro anos, não vou preso, a não ser que eu seja recorrente. E essa frouxidão da lei aconteceu tendo em vista a superlotação dos presídios no país inteiro.

Tendo em vista esses problemas, foi necessário os senhores juizes chegarem a um entendimento de que é preferível manter esses delinquentes de primeira hora na rua do que colocá-los num presídio para que se tornem alunos confessos de profissionais, para depois serem profissionais do crime. Então, tendo em vista esse entendimento, houve o afrouxamento da lei. E com isso, logicamente, veio o sentimento de impunidade. Essa é a grande verdade!

Temos também o Estatuto da Criança, mas para mim, um cara de 17 anos de idade não tem mais nada de adolescente. Estou falando isso porque esses últimos crimes que envolvem ônibus incendiados entre outros, na grande maioria das vezes, são praticados por adolescentes.

Para mim eles são adultos/adolescentes, mas pelo Estatuto do Menor e do Adolescente até 18 anos o menor deve ser tratado como criança, apesar de já terem total discernimento do que fazem. Isso também é uma causa. E as lideranças que se formaram e consolidaram-se nos presídios é outra causa. Trata-se de elementos, profissionais do crime que dentro dos presídios, com a complacência, quem sabe, até de quem não deveria deixar acontecer isso, foram tomando corpo e acabaram criando, na verdade, um partido do crime, formado por pessoas que constituíram uma grande força do crime.

Temos também o problema da superlotação dos presídios, pois há pessoas que são presas e tornam-se reféns dos próprios presos. E depois, quando saem, têm que

executar tarefas a mando desses comandos, porque se não as executarem acabam mais cedo ou mais tarde pagando com a própria vida. Isso também deve ser incluído na preocupação e nas consequências que estamos vendo nos dias de hoje.

A violência de autoridades contra presos também têm que ser analisada sob dois aspectos. A imprensa mostra, a população como um todo assiste a isso e tem-se a impressão de que isso é uma violência generalizada que está acontecendo por parte da polícia contra os presos, mas não é verdade, isso é pontual.

Eu tenho comigo que o preso que é disciplinado, que cumpre com as suas obrigações, que está lá obedecendo às autoridades, não é torturado, baleado nem leva pancadas. Eu tenho esse sentimento. Agora, não se justifica que mesmo aqueles presos que cometem indisciplina dentro dos presídios sejam colocados pelados lá e que sejam atiradas balas de borracha nas costas deles ou gás de pimenta, porque a violência não vai ajudar em nada a resolver a situação. Violência gera violência e isso não vai resolver! Mas é um caso também a ser analisado e não generalizado, como se está fazendo, essa que é a grande verdade.

E a grande geradora de tudo isso que eu citei aqui é a maldita droga, e o meu presidente, com bastante sabedoria, colocou em uma das suas metas nesta Casa a luta contra as drogas. Este é o grande gerador de tudo isso que nós estamos assistindo lá: o problema do crack e da cocaína rolando as toneladas por este país. E nós precisamos ter alguma alternativa para combater isso. Este Poder, através do nosso presidente Joares Ponticelli, está tomando uma iniciativa, mas não adianta somente este Poder tomar uma iniciativa isolada. É preciso realmente a união de todas as forças neste país para tentar pelo menos atenuar o problema - porque resolver não se vai.

Eu digo mais, deputado Ismael dos Santos: acho que já está na hora de se colocar no próprio currículo escolar uma disciplina - e especialmente no 1º grau, que é onde estão as nossas crianças -, uma obrigatoriedade, uma aula específica todos os dias para as nossas crianças sobre os malefícios e as consequências disso.

Eu acho que enquanto não tomarmos providências como essas de termos nas escolas, principalmente no 1º grau, uma disciplina específica contra essa situação, eu não sei aonde vamos parar.

Quanto ao governo do estado, e que a deputada Ana Paula Lima mandou (palavras retiradas por ordem do sr. presidente), desculpem-me a expressão, deputado, são 12 mil presos e seis mil estão trabalhando com a garantia de que, ao saírem, terão mais um ano garantido de trabalho.

Amanhã o sr. governador estará em Brasília com a sua presidente, deputada, e tentará conversar com as autoridades judiciais para ver se consegue uma ajuda do governo federal para a solução desse problema.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Gostaria de registrar a presença nesta Casa do vice-prefeito de Cunha Porã, Douglas Gollmann; do vereador Sandro Fürts, de Cunha Porã; da presidente da Câmara de Cunha Porã, Isonha Sachser; e do vereador mais votado do município do Iporã do Oeste, Lúcio Mallmann.

O Sr. deputado Nilson Gonçalves - Sr. presidente, peço a palavra pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu gostaria de pedir que fosse retirada dos registros da Casa a expressão proferida pela deputada Ana Paula Lima.

Gostaria que fosse retirada e também peço desculpas à deputada Ana Paula Lima pela expressão pesada que usei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Determino a retirada dos autos.

Tenho certeza de que deputada Ana Paula Lima compreendeu, tanto é que nem fez queixa. Não reclamou porque sabe que com esse seu cacete de radialista v.exa. às vezes confunde um pouco o microfone de tribuna com o da rádio. Certamente imaginou que estivesse fazendo o seu programa de rádio naquele momento.

Está retirada a expressão que v.exa. usou e com toda certeza foi aceito o seu pedido de desculpas. Parabéns pelo gesto.

Com palavra, por 14 minutos, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputadas, srs. deputados, é uma satisfação poder usar a tribuna neste momento, deputado Joares Ponticelli, para desejar a v.exa. e à Mesa Diretora um extraordinário trabalho nos próximos dois anos, em favor da Casa do Povo de Santa Catarina.

Sucesso a v.exa. neste ano de 2013 e sucesso ao nosso companheiro Romildo Titon em 2014.

Quero também, de uma forma muito respeitosa, cumprimentar o nosso prefeito de Santa Terezinha, o Valdecir Feres, popular Nego, que está vindo de uma eleição na sucessão do nosso ex-prefeito Genir.

Cumprimento também o Hamilton Zeferino, nosso vereador daquela comunidade, e também o Sérgio que acompanha o prefeito neste momento.

Senhoras, senhores, telespectadores da TVAL, gostaria, neste momento, de demonstrar um pouco da realidade da questão do sistema prisional de Santa Catarina.

Eu sei que neste momento há uma comoção por parte de todo o estado de Santa Catarina pelos últimos fatos que têm ocorrido a partir de novembro do ano passado. Mas há de se registrar, também aqui desta tribuna de que aquilo que está sendo feito por parte da secretaria de estado da Justiça e Cidadania tem alguns efeitos práticos no sentido de reduzir isso, principalmente esses ataques.

Então, eu gostaria de passar à sociedade catarinense exatamente o que a nossa secretaria está fazendo neste período.

(Passa a ler.)

“Com menos de dois anos em funcionamento, a nova Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania enfrenta o desafio de administrar uma das esferas mais difíceis e

problemáticas da administração pública: o sistema prisional.

Diante dos recentes acontecimentos no Estado, o que se viu foi um verdadeiro bombardeio de críticas à administração prisional catarinense, de modo que se apagou quase que totalmente todo o trabalho positivo em prol da ressocialização, da educação, da reabilitação econômica e da justiça que se tem empreendido nas unidades penais do Estado.

Toda crítica é salutar, injusto, porém, é proferir sentenças que negam todo o esforço empreendido pelo estado na construção de um sistema mais justo e humanizado.

O sistema prisional de Santa Catarina, como reflexo de uma realidade nacional, sofre com a superlotação, realidade nunca escondida ou maquiada pela sua administração.

Importante citar que enquanto a média nacional de crescimento demográfico alcança 1,12% ao ano, no sistema prisional ela sobe para 9,46% anuais.

O problema fica mais agravado com o baixo efetivo, fazendo da operacionalização diária de nossas unidades um desafio constante.

O que tem feito a Secretaria de Estado da Justiça para combater esta realidade?

Somente nesta administração foram abertas 2.085 novas vagas, com o Presídio Regional de Tubarão, o Presídio Regional de Lages, Complexo Penitenciário da Canhanduba (abrangendo Presídio, Penitenciária e Ala de Semiaberto), Ala de Semiaberto de Joinville e o novo Presídio de Chapecó.

Através do Pacto por Santa Catarina na área da Segurança Pública e Justiça e Cidadania, serão investidos 232 milhões na construção de novas unidades, e até 2014 serão 6.436 novas vagas. A meta é zerar o déficit de vagas no sistema prisional do Estado até o fim desta administração.

Na incessante busca pela ressocialização, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania estabeleceu 172 convênios com indústrias e empresas privadas, beneficiando quase 6 mil detentos que hoje trabalham nas unidades prisionais do Estado, sendo devidamente remuneradas como pede a Lei de Execuções Penais. Para traçar um paralelo, em 2011 eram apenas 73 convênios e pouco mais de três mil presos em trabalho.

Ainda com todas as adversidades, a excelência do trabalho desempenhado pelos agentes penitenciários do Estado de Santa Catarina fica evidente através dos números de fugas e mortes ocorridas no sistema prisional catarinense: em 2012 foram 194 fugas no Estado, contra 525 em 2011. Ainda em 2011, onze presos foram mortos dentro do sistema prisional, em conflitos internos entre detentos. Em 2012, ocorreram apenas duas mortes.

Para solucionar o problema da falta de efetivo, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania conquistou junto ao Governo do Estado a realização de concurso público para suprir a necessidade do sistema prisional catarinense (300 vagas).

No último ano foram adquiridas 42 novas viaturas para o sistema prisional. "[...][sic]

São esses os dados, sras. deputadas, srs. deputados, sociedade catarinense.

Santa Catarina não é uma ilha que não está interligada com o mundo e muito menos com o Brasil.

Por isso nós aqui, sim, desta tribuna, deste Parlamento, temos que fazer com que em

nossos mandatos, que conquistamos através das urnas, possamos fazer um amplo debate para que a sociedade civil organizada, para que o governo, através das entidades envolvidas nesta questão e acima de tudo o governo federal, o governo do estado e o governo dos municípios busquem a solução para esses problemas.

Por isso, quero deixar aqui registrado em nome da bancada do PMDB o trabalho excelente e possível realizado pela atual secretária Ada De Luca.

Evidentemente que esse problema se arrasta por muitas décadas. E nós, juntamente com o governo, com este Parlamento e pela ação determinada do governo federal, com certeza nos próximos dias, quem sabe na próxima semana, talvez possamos conter definitivamente essa onda que assola e assombra a sociedade catarinense, exatamente no que tange à segurança dos nossos catarinenses.

Neste momento, sr. presidente, divido o meu espaço com o eminente deputado Carlos Chiodini que falará também sobre esse assunto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente deputado Joares Ponticelli que presidirá esta Casa no ano de 2013, eleito no último dia 1º de fevereiro, srs. deputados, membros da Mesa Diretora, pessoas que nos acompanham tanto no plenário como também pelo sistema de comunicação da Assembleia, seja a Rádio Aleesc, a TVAL ou os vídeos na internet.

(Passa a ler.)

"Confesso que neste primeiro pronunciamento do ano, deputado Jorge Teixeira, gostaria de falar sobre coisas positivas como o sucesso do Femusc realizado em Jaraguá do Sul, o Festival da Música de Santa Catarina, que encerrou no último dia 02/02/2013, sendo considerada a melhor de todas as edições que já ocorreram. Foram 800 músicos participantes de 28 países, 200 concertos se espalharam por toda a cidade.

Falar sobre importantes conquistas do nosso estado como os índices educacionais do Enem e do Ideb; projetos de infraestrutura que vemos aflorar; falar de inúmeras visitas que fizemos *in loco* às escolas; ainda nesta semana da posse de 90 novos professores efetivos da rede pública que estão acontecendo só na região do vale do Itapocu que ocorreu na segunda-feira em Guarimirim.

Porém temos a responsabilidade, a exemplo dos deputados que nos antecederam aqui na tribuna, de levantar a preocupação sobre esses episódios terroristas que vêm assolando este estado, e podemos dizer que ainda é um resquício dos problemas que ocorreram em 2012.

Somente entre a noite de terça-feira e a madrugada de hoje aconteceram mais seis ataques, evidenciando uma afronta total ao cidadão catarinense e ao estado democrático de direito. Em novembro de 2012, este estado foi alvo dos mesmos ataques, sendo dezesseis municípios atingidos em sete dias de terror.

Já no ano de 2013, nos mesmos sete dias, 19 municípios foram alvos de ações criminosas de natureza violenta de origem incendiária em ônibus, veículos, patrimônios públicos e até mesmo residências.

Assim, sobe para 60 o número de ataques neste estado, onde é visível o clamor

da população pedindo respostas aos setores da segurança pública de Santa Catarina.

Não estamos aqui para defender o governo ou incitar a população, a opinião pública como governo. Temos que reconhecer as conquistas já feitas, as declarações e ações já realizadas pelo governo, o fato de que nas últimas horas 25 suspeitos foram conduzidos até as delegacias, bem como todo aparato necessário para a segurança nos municípios, alvos dos criminosos, e o envolvimento da Polícia Militar e Civil e dos diversos departamentos da Segurança Pública, a exemplo do que colocou o deputado Aldo Schneider, da Secretaria de Justiça e de Cidadania.

A ação de enviar 30 detentos ao regime disciplinar diferenciado em penitenciárias federais, a criação de mais 300 vagas para agentes penitenciários e mais de 1.500 vagas na Polícia Militar, anunciadas pelo governador Raimundo Colombo é uma resposta do Executivo diante dos fatos que a população de nosso estado está sentindo e assistindo todos os dias.

Nos últimos dois anos, o estado inaugurou seis unidades prisionais e contratou 1.566 militares, 729 policiais civis, 754 bombeiros e 115 peritos. E tudo isso diante de uma população carcerária de quase 17.000 detentos e um déficit de quase 5.000 vagas.

Mas infelizmente tudo isso não basta. Precisamos de mecanismos e políticas públicas consolidadas para o sistema carcerário no âmbito nacional.

É fato que o sistema carcerário brasileiro enfrenta vários problemas, mostrando-se incapaz de cumprir com sua função básica de recuperar seus detentos.

Superlotação, maus-tratos, formação de facções criminosas, tráfico de drogas, assassinatos, falta de condições higiênicas e alimentares são algumas das provas da ineficiência em todo o Brasil do sistema, segundo apontam vários estudiosos e organizações que se dedicam ao assunto.

É preciso ter a visão de que a política penitenciária é questão de segurança, mas a própria segurança é questão de políticas públicas. Acredito que as políticas públicas têm que agir antes da prisão, com mecanismos e efeitos na saúde, educação e oportunidade de emprego, no tratamento as pessoas que v.exa., deputado Ismael dos Santos, é defensor.

Antes do efeito da segregação, tem que haver o combate a criminalidade em geral, necessitando também de políticas públicas dentro das casas prisionais.

O investimento na formação, treinamento e capacitação dos agentes, também integram o quadro prioritário de medidas emergenciais em relação ao sistema prisional, visto que esses profissionais, não só participam na recuperação dos reclusos, mas também fazem parte das relações de força dentro da unidade.

Por isso, sr. presidente, tenho certeza de que este estado vai tirar lições dos episódios que estamos vivendo e vai continuar melhorando não somente o sistema prisional de Santa Catarina, mas principalmente dando as condições necessárias para política efetiva de segurança que dê a tranquilidade que os catarinenses esperam.

Obrigado!"

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero registrar a presença do sr. Paulo Golmann, do município de Cunha Porã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, desejo sucesso na sua caminhada e hoje na sua primeira missão, como presidente efetivo, nesta Casa.

Cumprimento os srs. deputados, nossos telespectadores, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Eu quero iniciar, naturalmente, deputada Ana Paula Lima, fazendo um contraponto. O governador Raimundo Colombo esteve nesta Casa. Diferente da presidente Dilma Rousseff que não foi ao Congresso. Mandou uma mensagem para ser lida, permitam-me a expressão, por um deputado qualquer.

O governador Raimundo Colombo esteve aqui, mesmo sabendo que seria hostilizado pelas galerias.

Deputado Jorge Teixeira, nosso governador esteve aqui, sim. Não porque a deputada Ana Paula Lima não entendeu a mensagem, mas houve uma mensagem por escrito, entregue a todos os deputados.

O sr. governador falou aqui por vários minutos dos seus projetos e dos seus programas, inclusive, na área da segurança. São investimentos em parceria com o governo federal, e reconhecemos que são R\$ 7 bilhões de forma inusitada de investimento na história do estado de Santa Catarina. E falou, sim, sobre a segurança.

Hoje, os órgãos de comunicação divulgaram as suas iniciativas. E aqui o deputado Carlos Chiodini acabava de refletir sobre elas - a contratação de 1.560 policiais militares, 300 agentes prisionais, a questão dos presídios.

Eu até, e aí eu concordo, deputado Maurício Eskudlark, tenho minhas dúvidas se seis mil presidiários em Santa Catarina estão de fato trabalhando. Mas se assim for, parabéns! Acho que é um dos poucos estados da federação que têm 50% da sua população carcerária trabalhando.

Os índices que temos acompanhado principalmente através da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas nos dão, deputado Reno Caramori, 90% de ociosidade nos presídios do país. Pior, 30% população carcerária com AIDS. E é claro, sabemos de toda essa questão do narcotráfico dentro dos presídios.

Agora, têm sido tomadas algumas decisões.

Deputada Ana Paula Lima, v.exa. fala da Polícia Federal. O nosso grande problema está aí.

Nós somos apenas 19 pontos de fronteira vigiada no Brasil. Dezenove pontos pela Polícia Federal! E nós temos que cobrar, sim.

Por que entram as armas? Por que entra a droga no país? São pelas fronteiras. Que é responsabilidade da Polícia Federal e em última instância da presidente Dilma Rousseff. Então, todos nós temos a responsabilidade

sim, nessa questão da segurança. Acho que é um grande desafio.

Quanto à penitenciária de Blumenau, o prefeito Napoleão Bernardes precisa assumir a responsabilidade da área. Já há o recurso federal para que neste ano de 2013 tenhamos finalmente a solução para a situação caótica que é um presídio com 400 vagas, tendo uma população de mais 800 internos. São desafios que se colocam em relação à segurança pública.

É claro, e já foi dito aqui, e quero reprimir que estamos enxugando gelo. Enquanto não enfrentarmos a questão das drogas, estaremos enxugando gelo, sim. Ou vamos trabalhar de forma efetiva sobre isso, na questão da educação... Aí quero parabenizar o Proerd, que tem feito um trabalho excelente. São 100 mil alunos do ensino fundamental e médio que tiveram acesso no ano passado através dos programas do Proerd. Mais de um milhão de catarinenses, deputado Jorge Teixeira, já passaram pelos cursos do Proerd.

Queremos aplaudir, sim, a ação da Polícia Militar; queremos avançar nesse programa, pois o mesmo tem que atingir a família e demais membros da família, afinal de contas os dados dizem que quando temos um dependente químico em casa adoecem todos os membros da família. Então, são desafios que são colocados a todos nós na questão da segurança.

Para fechar, quero parabenizar o deputado Joares Ponticelli por essa bandeira hasteada no Parlamento. E vamos, sim, já nos próximos dias lutar e esforçarmo-nos para transformar inclusive a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas numa comissão permanente, deputado Manoel Mota. E v.exa. já está convidado para estar conosco nessa luta, pois já demonstrou disposição para que tenhamos, sim, maiores e melhores condições de tratarmos essas questões relacionadas às drogas em Santa Catarina.

Existe disposição do sr. governador Raimundo Colombo. E estaremos nos reunindo na próxima semana com o secretário de Assistência Social, dr. Cândido, que está conosco nessa cruzada, para que possamos fomentar de forma muito rápida, pois já estão garantidos no orçamento, felizmente aprovado nesta Casa, R\$ 9 milhões específicos para a reabilitação de dependentes químicos.

Nunca antes na história de Santa Catarina, permitam-me aqui parafrasear o ex-presidente Lula, houve esse recurso garantido no orçamento. E precisamos agora fazer a operacionalização, através do CRAS ou, enfim, dos CAPs, dessa parceria com os municípios, para que possamos dar uma resposta imediata à questão da prevenção e do combate às drogas no estado de Santa Catarina.

Apenas para concluir, sr. presidente e srs. deputados, fizemos chegar às mãos dos srs. deputados, e com muito carinho compartilhado com a população catarinense, essa nossa última obra, A transposição da Fábula Clássica, um recorte da nossa tese de doutorado, na verdade um exercício acadêmico sobre os espaços e o lugar da literatura popular na cultura brasileira, falando um pouco sobre a história da educação em Santa Catarina, em especial da série Fontes, primeira cartilha catarinense dos nossos educandários, através do então professor Henrique Fontes, que foi diretor de educação em Santa Catarina, um dos fundadores da UFSC e por três décadas fez valer a série Fontes no nosso estado.

Ela fala um pouquinho sobre a história do livro no Brasil em Santa Catarina e de forma muito específica trazendo algumas

distinções da cultura popular e da literatura em nosso estado. Fica, portanto, à disposição dos catarinenses mais essa obra a A transposição da Fábula Clássica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado ao PSD, com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero reafirmar as palavras do meu colega, deputado Ismael dos Santos, até porque o governador tem sido firme, corajoso, nessas questões. Tem determinado mais concursos, fez a maior nomeação da história de 512 novos policiais civis.

Então, o que podemos dizer, deputada Ana Paula Lima, é que o governador tem dado as condições, tem oferecido à sociedade catarinense e aos aplicadores da segurança no nosso estado as condições necessárias para que a segurança seja melhorada.

Temos problemas? Temos. Temos que rever o que está acontecendo. Temos que rever. Estamos com problemas graves em nível de Brasil. Se nada piorar neste ano, deputado Ismael dos Santos, nós teremos 250 policiais assassinados no País até o fim do ano. Então, a sociedade vê essa guerra entre a criminalidade e a Polícia.

Eu já disse nesta tribuna que quando se desmoralizar a Polícia, a segurança pública, completamente, a guerra social estará instalada, porque os marginais não têm hoje o mínimo de respeito, não têm medo de decisão judicial, não de manifestação de Promotor, não têm medo da lei, não têm medo da sociedade. E o que é que nós estamos vendo? Como se diz aí, essa lei que é vergonhosa, que faz com que as pessoas às vezes já condenadas, às vezes com várias passagens, deputado Reno Caramori, em 15 dias já estejam nas ruas. Só as deixam nos presídios o tempo suficiente para serem agenciadas, ameaçadas pelos marginais e para que voltem para as ruas com a missão de praticarem outro tipo de delito.

Então, temos que rever essa situação. A nossa legislação tem que ser mais rigorosa. Nova lorde diminuiu o número de presos e diminuiu o número de criminalidade. Nós aumentamos o número de presos, e aumenta a criminalidade. Nós estamos na contramão. Estamos no caminho errado na segurança pública, no direito penal, na proteção da nossa sociedade. E nós temos que encontrar o caminho.

Agora, o governador, sim, tem participado, tem de frente explicado o que tem sido feito. E precisam, sim, os nossos responsáveis pela segurança, darem o resultado. Temos uma boa Polícia, uma Polícia competente, às vezes não entendida porque muitos, a própria imprensa, os próprios intelectuais, preocupam-se muito mais com o criminoso, com a marginalidade, com a forma que esses marginais perigosos são tratados, do que enaltecer as ações que os policiais executam.

A cada 35 horas no nosso país um policial é morto. Desde ontem, quando foi instalada a nossa sessão legislativa, deputado Reno Caramori, até agora, no mínimo, infelizmente, um policial foi covardemente assassinado neste país. E a marginalidade está se achando impune. E aí o que é que acontece? Recrutam menores para praticar esses atentados.

Então, menores que são agenciados pelo crime, outros que querem se sentir respeitados na comunidade onde residem, por conta própria, resolvem praticar um delito, colocar fogo num ônibus, atentar contra uma unidade policial.

Então, efetivamente a sociedade brasileira tem que enfrentar esse problema de frente. Hoje é um problema mais grave em Santa Catarina. Mas com certeza é um problema nacional, que temos que ter a coragem de enfrentar.

Também quero registrar rapidamente a questão da BR-101. A Autopista Litoral comunicou à administração municipal de Balneário Camboriú que resolveu pela manhã fechar mais um dos acessos a Balneário Camboriú.

Deputada Ana Paula Lima, ia deixar Camboriú, aquele município, com um acesso. Quer dizer, quando tivesse algum problema, para a BR-101 toda. Felizmente a mobilização das autoridades... E quero registrar o trabalho do vereador Pedro, do secretário da Administração, que conseguiram impedir. E esse fato vai ser negociado com a Autopista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar a todos, também quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital. É a primeira vez que ocupamos a tribuna neste novo ano de 2013, nesta volta do trabalho legislativo desta Casa. E quero dizer que para nós este momento, o ano de 2013, sr. presidente, é o ano do Partido dos Trabalhadores, é o número 13, e nós também comemoramos nesse final de semana 33 anos de existência do Partido dos Trabalhadores.

No próximo dia 20 de fevereiro vamos ter em São Paulo uma grande comemoração dos dez anos do governo do Partido dos Trabalhadores governando o nosso país. Então, para nós é um ano extraordinário, e com certeza vamos juntos comemorar as grandes transformações pelo nosso país. Um país que estava afundando, endividando-se cada vez mais com o Fundo Monetário Internacional, um país que sofria intervenção muito dura dos Estados Unidos, também sofrendo outras formas de intervenção, hoje é um país que vem dando exemplo para o mundo, na sua experiência de intervenção na melhoria de qualidade de vida para o povo, de fortalecimento do estado, na política pública, na educação, na saúde, enfim, nas mais diversas áreas.

Quero, sr. presidente, rapidamente dizer que a nossa bancada hoje vai dividir a fala com a deputada Ana Paula Lima, porque a partir desta semana esta companheira assume a liderança da nossa bancada, depois de dois anos que atuei como líder do partido neste Parlamento.

Agradeço este espaço, a confiança dos meus companheiros, em poder estar na linha de frente da coordenação dessa equipe maravilhosa, que são os nossos sete deputados, eu e mais seis que estamos atuando nesta Casa com muita firmeza, com muita unidade de ação, nos grandes momentos de dificuldade nesse estado. Atuamos juntos com os movimentos sociais, com o sindicalismo da

educação, na luta do Sinte, na luta da agricultura familiar, na luta da saúde, brilhantemente representada pelo nosso presidente deputado Volnei Morastoni, na comissão de Saúde, nas lutas da Segurança Pública, enfim, na luta pelo piso mínimo regional, enfim, em muitos momentos a nossa bancada atuou firmemente.

É uma bancada que articula junto ao governo federal para termos investimentos neste estado, sejam ferrovias, sejam rodovias, e agora neste último período há uma articulação muito grande do nosso partido, da nossa ministra, das nossas lideranças, para termos investimentos no estado. Sendo que inclusive, ontem foi mencionado pelo governador um aval de mais de R\$ 7 bilhões para investir em grandes obras que são necessárias em nosso estado para a nossa população.

Atuamos na fiscalização, na denúncia de mal feitos no governo do estado; propomos várias CPIs para fiscalizar uma boa aplicação do dinheiro público na área da Saúde, na área da Segurança e em outras áreas; atuamos no fim da terceirização da merenda escolar e de outras lutas que também participamos.

A bancada também discutiu muito firme a questão dos supersalários desta Casa, as aposentadorias por invalidez e outras ações. A questão da SCGÁS, que numa questão, na nossa avaliação ilegal, o estado perde 50% das suas ações da SCGÁS, e agora o Tribunal de Contas julga mais uma vez que nós na época tínhamos razão na nossa luta.

Além disso, atuamos em várias outras questões, tanto de denúncias de irregularidades quanto de cobranças por parte do governador em promessas de campanha.

Deputada Ana Paula Lima, quero dizer aqui que v.exa. fez uma fala anteriormente que na minha avaliação não foi leviana. Nós cobramos sempre um grande projeto para Santa Catarina. Este governo não tem um projeto estratégico de desenvolvimento em nosso estado. Faz políticas pontuais e não apresenta uma grande estratégia de desenvolvimento para o nosso estado e por isso a referida deputada cobra uma ação mais eficaz, um projeto mais claro de desenvolvimento, inclusive um projeto mais claro na área da segurança pública.

Para finalizar, deputado Kennedy Nunes, v.exa. disse que a fala da deputada Ana Paula Lima foi leviana, mas v.exa. fez uma avaliação também leviana quando acusou o prefeito Paulo Élcio de isentar do Habite-se as empresas. Não é verdade. Somente o microempreendedor individual, as demais empresas passam por um controle sério.

Por isso quero deixar claro para quem nos acompanhou, para os srs. deputados e para as sras. deputadas que a liberdade e a não obrigação do Habite-se é somente para o microempreendedor individual. Ou seja, o pintor, o electricista, o construtor individual que tem essa isenção.

Era isso que queria deixar registrado e claro para o povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pelo tempo restante do PT, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Deputado Ismael dos Santos, quero dar, primeiramente, algumas respostas que se fazem necessárias. Quero dizer aos deputados da base governista que não me intimido com a

ignorância nem com a desfaçatez tampouco com a falácia inescrupulosa dos debochados que fazem parte desta Casa.

A verdade, srs. parlamentares, é que o povo de Santa Catarina vive o pior momento de sua história com relação à questão da segurança pública. O povo está em pânico, e o governo está inerte.

A mensagem que gostaria de ter ouvido do sr. governador, ontem, seriam as ações que ele iria fazer para resolver alguns gargalos na segurança pública e, principalmente, na saúde. É isso que pede o nosso povo.

Então, sr. deputado Ismael dos Santos, a presidente Dilma Rousseff reuniu quase 5 mil prefeitos, falou para os prefeitos de todo o Brasil quais eram as ações do governo e quais os recursos disponíveis em todas as áreas.

Não adianta somente a presença neste Parlamento do sr. governador. Ele tem que dizer por que veio, como vai governar, de que jeito conseguirá os recursos para resolver os problemas do povo catarinense.

Não vou me intimidar em chegar a esta tribuna porque sou responsável pela voz e por milhares de catarinenses, homens e mulheres, que pedem para o nosso gabinete ações. Não vou ficar nesta tribuna inerte diante do que está acontecendo no estado de Santa Catarina.

Enquanto isso, srs. parlamentares, parece que há alguns deputados que vivem no país das maravilhas, no país da Alice. Não estão vendo o que está acontecendo?! Agora, no município de Navegantes, mais uma fábrica foi incendiada esta noite. Durante o dia é que foi apagado todo o incêndio. Ou v.exas. pensam que não estão acontecendo outras ações em vários municípios?! O que é isso?

Com todo o respeito à secretária Ada De Luca, mulher corajosa, mas não adianta somente estar lá se não houver recursos para gerir aquela secretaria! Há! O governo Colombo tem que parar as suas ações para resolver esses problemas que estão intranquilizando a nossa gente!

Sr. deputado Ismael dos Santos, qual é o recurso que o governo Colombo colocou para enfrentamento, prevenção e tratamento às drogas este ano? Nenhum! Diferente da presidente Dilma Rousseff, que fez um programa para combater o crack.

Mas srs. parlamentares o ano começou e não será fácil porque já vemos vários ataques a vários municípios. Mas quero aqui me colocar à disposição como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores para o que for preciso.

E aproveito o momento para agradecer a liderança do deputado Dirceu Dresch que conduziu muito bem a nossa bancada por dois anos. Agradeço também a confiança dos demais parlamentares, deputados Jailson Lima, Neodi Saretta, Luciane Carminatti e Volnei Morastoni, que depositaram no nosso nome a condução dos trabalhos deste ano. E gostaria de dizer, ainda, que daqui defenderei a população, nós somos a maior bancada de Oposição deste Parlamento e não ficaremos quietos, inertes ao que está acontecendo no estado de Santa Catarina.

Agradeço a confiança dos meus pares e quero dizer aos demais parlamentares que faremos a boa luta e o Parlamento deve fazer a sua parte e cobrar ações do governo do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria apenas, sr. presidente, de registrar com satisfação a presença nesta Casa na tarde de hoje do procurador do município de Criciúma, Giulliano Bittencourt Frassetto; do presidente da Câmara de Vereadores de Urussanga, João Batista; e do líder da bancada progressista de Urussanga, terra do vinho, vereador Odivaldo Bonetti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de dizer ao deputado Valmir Comin que, na próxima reunião da bancada, sua estreia como líder, seria uma ótima oportunidade para degustarmos esse vinho e ter a certeza se realmente é bom.

Sr. presidente, deputado Romildo Titon, quero, em primeiro lugar, registrar a nossa satisfação, a nossa alegria em participar deste momento importante, deste acordo que elevou o nosso correligionário e colega, deputado Joares Ponticelli, à condição de presidente desta Casa por um ano.

Gostaria de agradecer também, de forma especial, à nossa bancada, aos deputados Valmir Comin, Reno Caramori, José Milton Scheffer, Joares Ponticelli, à época, ainda, ao deputado Kennedy Nunes, que me deram a oportunidade de ser aqui por mais de quatro anos, deputado Valmir Comin, líder da bancada progressista. Quero dizer que foi com muita satisfação que desempenhei essa função, que devo dizer foi muito fácil, pois foi um grande prazer liderar deputados atuantes, competentes, de representatividade política, administrativa, mas que entendem, compreendem o que é o trabalho de um deputado, que fazem acontecer com um programa partidário, com compromisso, e quando estão na Oposição, sabem ser Oposição, e quando estão na Situação, sabem ser Situação.

Dessa forma, gostaria de enfatizar que não tive dificuldades de ser líder de uma bancada que honra não apenas o Partido Progressista, mas todos os catarinenses, pelo histórico que o nosso partido, através da nossa bancada, tem, ao longo desses anos, estando na Situação ou Oposição.

Assim desempenhamos a nossa função e vamos continuar desempenhando, a partir de agora, deputado Valmir Comin, sob a sua responsabilidade.

Por isso quero agradecer, mais uma vez, por estar nesta tribuna, ao mesmo tempo em que deixo de ser líder. Mas também queremos repetir, mais uma vez, aquilo que já dissemos: agradecemos pela oportunidade que tivemos de ter o deputado Joares Ponticelli na Presidência da Casa. Portanto, não é um discurso de despedida, mas, sim, de agradecimento pela oportunidade. E não podia, evidentemente, deixar de registrar esse momento tão importante.

Ao mesmo tempo, quero dizer a v.exa., deputado Antônio Aguiar, que se manifestou na tarde de hoje fazendo registros da participação tanto de v.exa., quanto deste deputado que lhes fala e do deputado Darci de Matos, na comitiva do governo do estado quando de sua ida aos municípios de Rio Negrinho e Itaiópolis, que eu também quero registrar essa importante passagem do governo

lã em Rio Negrinho, como v.exa. disse, dando a ordem de serviço para a execução da rodovia que faz a ligação do trecho da cidade de Rio Negrinho, deputado Nilson Gonçalves, indo ao distrito de Volta Grande.

No município de Itaiópolis, mais precisamente na comunidade de Moema, o governo lançou a ordem de serviço para a licitação da obra em si. E quando tivermos a empresa vencedora, certamente que aquela rodovia, deputado Antônio Aguiar, vai ser a rodovia da integração do planalto norte com o vale do Itajaí. Ela vai beneficiar não somente os municípios de Itaiópolis e Doutor Pedrinho, mas também os municípios de Papanduva, Major Vieira, Canoinhas, Rio Negrinho, São Bento do Sul, o planalto norte como um todo, além de fazer a ligação com a BR-116 que, por sua vez, faz a ligação com o planalto serrano, a região do Paraná, Curitiba, e por sua vez com São Paulo.

No que diz respeito à Rodovia dos Móveis, deputado Antônio Aguiar, estamos trabalhando nela há seis anos. E neste governo já foi contratado o projeto. Muitas pessoas achavam que o governo ia lá dar a ordem de serviço para a execução da obra. A ordem de serviço liberada foi para a execução do projeto da Rodovia dos Móveis. E quero crer que até meados do ano, segundo o secretário Valdir Cobalchini, o projeto vai estar executado. Daí, sim, haverá a licitação da obra em si para haver uma empresa vencedora que fará aquela revitalização da SC-420, a Rodovia dos Móveis, que é outra rodovia de um trecho curto, mas de relevância para o planalto norte e Santa Catarina.

Não podia deixar também de me manifestar, sr. presidente, assim como também fez o deputado Antônio Aguiar, sobre a saúde. E quando v.exa. diz que a alta complexidade não pode estar apenas em uma comunidade, v.exa. tem toda a razão porque alguns serviços podem ser feitos num município que compreende uma macrorregião, ou podem ser feitos em outros municípios, como é o caso de Canoinhas, Mafra e São Bento do Sul. Assim estaremos colaborando para amenizar o problema da saúde no planalto norte.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0001/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0002/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0003/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0004/2013, 0005/2013 e 0006/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0007/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0007/2013 e 0015/2013, do deputado Neodi Saretta; 0001/2013, do deputado Jean Kuhlmann; 0002/2013 e 0016/2013, do deputado Padre Pedro Baldissera; 0003/2013 e 0010/2013, do deputado Jailson Lima; 0004/2013, 0005/2013, 0017/2013, 0018/2013 e 0019/2013; 0006/2013, do deputado Maurício Eskudlark; 0007/2013 e 0020/2013, do deputado Dirceu Dresch; 0008/2013, do deputado Marcos Vieira; 0009/2013, da deputada Ana Paula Lima; 0011/2013, do deputado Mauro de Nadal; 0012/2013, do deputado Narcizo Parisotto; 0013/2013, do deputado Reno Caramori; e n. 0014/2013, do deputado Joares Ponticelli.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital nesta primeira sessão ordinária deste ano legislativo, foi cumprido o recesso para quem tem quase tão somente esta tribuna como espaço para apresentar seus pontos de vista a respeito de diversos assuntos importantes para a sociedade catarinense.

Nesta primeira sessão ordinária evidentemente, que tem um acúmulo de assuntos a serem tratados, e nós não conseguiremos aprofundar a análise em nenhum deles, ou em mais do que um, não tem como não falar, por exemplo, da tragédia em Santa Maria, onde duzentas e trinta e poucas pessoas perderam a vida, na minha avaliação aqui de longe, pela irresponsabilidade de algumas pessoas. E, com certeza, olhando aqui de longe também, não tem como não avaliar que houve convivência de alguma auto ridade.

Um estabelecimento que comporta mais de mil pessoas com apenas uma porta de acesso é suficiente para entendermos que ali a qualquer momento pode acontecer uma tragédia. E aquele estabelecimento estava funcionando, repito, com a convivência de algumas autoridades municipais e estaduais, pelo menos. Mas tem que se falar ainda muito a respeito disso, porque essa questão também afeta o estado de Santa Catarina e os procedimentos que precisamos adotar aqui.

Eu soube hoje que o prefeito de Brusque decretou que não precisa mais Habite-se para a liberação, para a abertura de casas de eventos naquela cidade.

Esta Assembleia aprovou aqui, no ano passado, uma PEC, com apenas três votos contrários, se não me engano, que são os prefeitos que escolhem qual é o bombeiro que vai dar o Habite-se na sua cidade, e evidentemente que isso também precisa ser refletido.

É claro que não estou usando essa relação com a tragédia de Santa Maria, até porque lá o bombeiro que existe na cidade é o bombeiro militar, é o bombeiro público estadual, ligado ainda à brigada militar gaúcha. Mas precisamos refletir sobre todas essas questões e da responsabilidade que também nós parlamentares temos nessa questão. E nesse aspecto concordo com o que afirmou o deputado Kennedy Nunes, ou seja, todos nós temos responsabilidade sobre as questões de segurança da sociedade.

Se o Poder Legislativo Estadual não for autoridade suficiente para definir regras e procedimentos, então perdemos bastante da razão de existir o Parlamento em cada estado.

Não tem como não falar também da mensagem do governador, e seria necessária uma análise mais profunda que, evidentemente, já fizemos no dia de ontem não nesta tribuna, porque aqui não usamos a palavra ontem, e também não com o sentido de galhofa, mas queria fazer uma observação.

Lembro-me muito bem da mensagem do governador de que devemos vender um Fusca velho para construir uma WEG. Isso denota uma ideologia na sociedade, ou seja, todo mundo que vender um fusca velho e investir bem fica dono de uma WEG.

Então, é uma reflexão a respeito de uma das frases do governador que precisamos

também fazer, mas evidentemente que existe uma análise mais de fundo necessária a ser feita a respeito das posições do governo e daquilo que foi defendido aqui ou ficou nas entrelinhas.

Ficou nas entrelinhas inclusive o fato de que neste ano, da graça de Deus, de 2013 os servidores estaduais não terão a reposição das perdas inflacionárias relativas a 2012 e que já aportou neste Poder Legislativo, embora não tenha sido distribuído ainda aos parlamentares, um projeto de lei complementar de autoria do governador alterando a lei da data-base.

Imagino que essa alteração possa ser inclusive a revogação, não vi o conteúdo ainda porque não foi distribuído, mas está nesta Casa o debate do Poder Executivo a esse respeito, e quanto a isso o governador não falou.

Na primeira sessão ordinária do ano não tem também como não falarmos da Operação Veraneio que está sendo realizada no estado de Santa Catarina, no seu imenso litoral e em algumas cidades balneárias do interior, contando com milhares de policiais e bombeiros trabalhando em escalas extenuantes para garantir o mínimo de segurança à população catarinense e a todos os visitantes.

Policiais e bombeiros que trabalham quando se deslocam de uma região para outra recebem uma diária de R\$ 100,00 para hospedagem e alimentação durante 24 horas nas cidades litorâneas catarinenses. É uma condição indignante! E a revolta dos companheiros ao longo de todo esse verão que ainda não terminou é absolutamente justa e correta, e o debate precisa ser feito aqui e encarado de frente, porque se não tem esses milhares de companheiros lá na linha de frente não tem Operação Veraneio.

O estado de Santa Catarina não pode se vangloriar de ser o melhor destino turístico do Brasil e não tem o lucro para muita gente

que lucra. E alguns lucram, e muito, com a Operação Veraneio. Evidentemente que não tem a arrecadação da qual o estado tanto precisa.

Outro assunto necessário ainda é a greve da saúde que terminou no dia 21 de dezembro de 2012, depois de encerrados os trabalhos na Assembleia Legislativa. Esta Assembleia não pôde repercutir também pelo seu atraso e pelo atraso do governo o encerramento da greve da saúde, que terminou com a vitória da categoria, ganhou a gratificação de 50% que reivindicava, depois de 60 dias de paralisação, depois de o governo ter perdido todos os argumentos que apresentou aos meios de comunicação. Perdeu porque os meios de comunicação, seus agentes seus formadores de opinião, foram ver a situação real lá na base onde está o problema, junto inclusive com os deputados da comissão de Saúde desta Assembleia ou então junto com os servidores ou por iniciativa pessoal desses jornalistas, desses profissionais dos meios de comunicação.

Muito ainda se há que falar de saúde pública também no estado de Santa Catarina, inclusive, sobre os desdobramentos das negociações daquela greve, porque ainda precisa que projeto aporte a esta Assembleia Legislativa, e até agora este não chegou.

Então, as vaias que ocorreram ontem aqui não foram por nenhum motivo, mas pelo simples fato de que de 21 de dezembro até ontem o governo não tinha conseguido encaminhar o projeto de lei para dar o encaminhamento efetivo, legal, para o acordo da greve realizado no dia 21 de dezembro. Assim, o motivo da vaia foi esse, na minha interpretação. Outros projetos foram encaminhados, mas esse não.

Sobra-me pouco tempo, mas gostaria de falar especialmente da onda de ataque e violência no estado de Santa Catarina. Mas em apenas um minuto não terei condições de fazer

uma análise sequer elementar. Mas a causa mais profunda seria as mais de duas décadas de abandonos dos serviços públicos essenciais pelos sucessivos governos, federal e estadual.

Perguntaram-me se a culpa era da deputada Ada de Luca, a secretária. Não combinei com ela, mas é simplismo demais, casuismo e talvez oportunismo tentar achar uma autoridade atual e botar a responsabilidade nela. São duas décadas de abandono do serviço público, ao mesmo tempo em que nenhum governo em especial é responsável. Todos os que governaram o estado ou apoiaram os governos nos últimos 23 anos são responsáveis pelo caos atual da segurança pública.

Nós precisamos refletir muito a respeito disso e faremos isso, inclusive no sentido de ajudar a resolver os problemas. As medidas positivas que o governador tomou nas últimas semanas, que foram aqui pronunciadas pelo deputado Maurício Eskudlark, são verdadeiras e dignas de aplauso, mas somente aconteceram depois da nova onda de ataque começar, porque em dezembro passado tinham sido tesouradas pelo grupo gestor. Esse é o fato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Na ausência dos deputados inscritos para falar, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece críticas ao momento por que passa Santa Catarina e o Brasil, em termos de segurança pública.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao art. 170.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta preocupação com a segurança pública; cumprimenta o Conselho Nacional de Trânsito.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reporta-se à segurança pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comenta investimentos do governo estadual.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Registra obras do governo estadual.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à segurança pública.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à segurança pública; defende o governo estadual; questiona o secretário da Infraestrutura a respeito de obra em Joinville.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do município de Timbê do Sul e Cunha Porã.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Joinville, Udo Döhler.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao prefeito Udo Döhler.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença da prefeita de Calmon, do vice-prefeito e vereadores de Palmitos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Reporta-se aos atentados em Santa Catarina; agradece por investimentos no sul do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha na sessão desta manhã de quinta-feira, quem nos acompanha também TVAL e Rádio Alesc Digital, ontem consegui

falar muito pouco sobre a onda de ataques que tem ocorrido em Santa Catarina e gostaria de aprofundar mais essa questão no dia de hoje.

No final de minha fala disse que o governador tinha tomado medidas importantes na área de segurança, mas que infelizmente tinha acontecido por causa da segunda onda de ataques e que essas mesmas medidas deveriam ter sido tomadas anteriormente. Não consegui fazer uma reflexão acerca disso, é verdade.

É preciso ressaltar positivamente, assim como fez o deputado Maurício Eskudlark, as ações positivas que consideramos importantes por parte do governo; elas precisam ser destacadas. E nós não temos aqui, deputado Silvio Dreveck, nenhum problema, inclusive, de parabenizar o governo quando acharmos que ele está correto.

É positiva a iniciativa de contratar mais 1.500 policiais militares e mais 500 policiais civis, por parte do governador Raimundo Colombo, segundo relatos, mediante uma briga de cotovelo dentro do comitê gestor para que houvesse isso. Também é positivo o fato de que o governo assinou decreto liberando mais de 500 vagas de cabos para a Polícia Militar.

Temos oito mil soldados, muitos deles passando os 20 anos de serviço. E é claro que a expectativa de carreira anima qualquer profissional a trabalhar melhor e a trabalhar mais. Fazer carreira leva o profissional trabalhar mais do que os 30 anos de serviço. E essa oportunidade evidentemente é muito positiva para a segurança pública no conjunto da sociedade catarinense.

Então, a liberação de mais 500 vagas de cabo significa que mais 500 soldados farão neste ano de 2013, na modalidade semipresencial, o curso de cabo e 180 de terceiro sargento. Cabos que farão a seleção interna entre os seus pares e farão o curso de sargento neste ano de 2013, assim como as vagas de curso de aperfeiçoamento que continuam em seu tramite normal de 70 por ano.

Registro esses fatos positivos, mas não deixo de frisar, assim como fiz ontem, que isso aconteceu depois que começou a segunda onda de ataques da marginalidade no nosso estado, porque essas mesmas medidas tinham sido congeladas, no ano passado, pelo governo. Tinha batido na trave esse conjunto de solicitações, de encaminhamentos, feitos pelo comandante-geral. Vale para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. É preciso pensar também que o ataque é relativo ao serviço de Polícia Militar. Mas o bombeiro também tem serviço com relação a essa questão, principalmente quando se trata de fogo. Então, é preciso também que haja a mesma predisposição com relação ao Corpo de Bombeiros.

Agora, quanto ao problema dos ataques a ônibus principalmente e às instituições de segurança, à base policial, às delegacias e viaturas ou até alvos particulares, é preciso buscar as causas. E ouço muito falar que as causas são profundas.

Para começar, para fazer uma análise minimamente razoável, eu recorreria a 23 anos atrás, a 1990, ao começo do governo Collor, em Santa Catarina ao governo Kleinübing, no seu início, quando os serviços públicos começaram a ser sucateados, todos os serviços públicos essenciais.

Na Educação, e hoje ainda temos milhares, quase a metade dos professores que estão em sala de aula são admitidos em

caráter temporário, o que tenho chamado de bóia-fria da Educação, com todo o respeito à importância da função do magistério, porque são contratados em fevereiro ou março e são demitidos em dezembro. E hoje até mudou, serão demitidos em junho, para serem recontraçados em julho ou em agosto, ou seja, é igual ao cortador de cana no nordeste, contratado em fevereiro, demitido em junho ou julho, ou em novembro e dezembro, para ser recontraçado talvez no mês de março do ano seguinte.

Então, isso é resultado de 23 anos de sucateamento do serviço público, inclusive na área da Educação, e todo mundo fala que é prioridade. Todos os partidos ao longo desses 23 anos, todos os partidos que já governaram, têm responsabilidade sobre isso.

A saúde pública está cada vez mais precária por abandono dos sucessivos governos, todos eles federais e estaduais. Todos eles, sem exceção, inclusive o atual governo federal, cortam cada vez mais os serviços essenciais para garantir que o estado brasileiro possa dar crédito ou ter crédito junto aos organismos internacionais por aí afora.

A assistência social é aquele negócio que é empurrado, é quase a cesta básica para ser trocada por voto, a política de assistência social no Brasil, desgraçadamente e infelizmente!

A assistência técnica para pequenos agricultores está cada vez menor ao longo desses 23 anos. E isso aconteceu também na Segurança Pública, infelizmente, há alguns anos. E eu ouvia aqueles que estão nos últimos postos de comando dessas instituições dizerem que era bobagem ter um monte de efetivo. Nós tínhamos era que ganhar bem, ter um número reduzido, terceirizar funções, passar para outros terceiros como guarda municipal, vigilantes e sei lá mais o quê. Nós temos que ser um grupo restrito, que tenha mais poder, porque aí vamos ser mais importantes na sociedade.

A palavra veio e não vou segurar, deputado Kennedy Nunes. Que burrice! Porque hoje estamos recebendo o atestado de incompetência das instituições para garantir o mínimo de segurança que a nossa população precisa. E aí quero fazer outro registro: os atuais comandantes das duas instituições, da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, estão corretos quando a cada semestre batem nas portas do comitê gestor pedindo mais contratação de efetivo.

É preciso fortalecer a instituição, porque ninguém vai fazer pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros aquilo que elas próprias não conseguem fazer. O próprio sistema prisional, e aí uma crítica inclusive para os atuais dirigentes das instituições, querem tirar a Polícia Militar de dentro dos presídios, aliás, estão tirando.

E pouco a pouco concedendo, mesmo sem ter amparo constitucional, poder de polícia aos agentes prisionais. Eu sou favorável, desde que tenham condições materiais e de efetivo para fazer. Mas retirar a Polícia Militar de dentro dos estabelecimentos penais é abandonar a segurança da sociedade à própria sorte.

Há 20 anos os agentes prisionais eram proibidos de entrar com armas para dentro do portão do presídio, não era lá na cela. Quem fazia de fato a segurança era a Polícia Militar, uma instituição grande, forte, respeitada, principalmente pelos bandidos. Mas a polícia quer recuar!

Então, alguns elementos fazem com que cheguemos nesta segunda década do século a uma situação em que a sociedade e o próprio estado estão ficando reféns dos marginais. Evidentemente que vamos analisar melhor essa questão nas próximas...

Discurso interrompido por término do horário regimental.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, Mesa Diretora, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero fazer uma saudação a todos.

Quero fazer também uma saudação muito especial ao prefeito de Bom Retiro, sr. Albino Gonçalves Padilha, que ontem, a pedido dele, mandou a esta Casa uma delegação chefiada pela professora Angela Maria de Oliveira e a professora Andréia Cristina, as quais foram ao meu gabinete levar inúmeras reivindicações daquele município da região serrana.

Quero cumprimentar, da mesma forma, uma pessoa que está acompanhando esta sessão e que esta semana já esteve presente no início dos trabalhos desta Casa, que é o presidente da Ampesc, professor Expedito Michels. Ele veio aqui para fazer contato com os parlamentares, pois está preocupado, como está preocupado o professor e presidente da Acafe, Mário Cesar dos Santos, e o secretário executivo da Acafe, Darcy Laske, com essa situação.

Há uma preocupação muito grande a esse respeito porque cada um de nós, parlamentares, está recebendo inúmeros contatos, seja por telefone ou por e-mail, de acadêmicos de Santa Catarina que passaram no vestibular e que agora estão iniciando as suas atividades acadêmicas e que precisam receber uma bolsa de estudos.

O art. 170, na verdade, foi uma inovação, algo inédito no Brasil, pois desta forma o governo do estado pode participar no apoio aos acadêmicos, bem como o art. 171, que é justamente uma novidade em nível de Brasil e que tem sido um grande instrumento para repassar recursos às universidades e dar apoio a inúmeros acadêmicos que precisam e estão fazendo a faculdade. Por deficiência financeira, muitos deles deixam de cursar a faculdade por dificuldade de pagamento e outros sequer tomam a iniciativa de fazer vestibular já sabendo que terão dificuldade para pagar a mensalidade se passarem no vestibular.

Então, acredito que o governo do estado, no ano passado, honrou com o compromisso de repassar todos os recursos do art. 170. E, segundo contato que tive ainda hoje com o secretário executivo do sistema Acafe, Darcy Laske, foram repassados mais de R\$ 50 milhões para as universidades, sendo que todas as universidade que estavam em dia com a sua prestação de contas receberam a parcela que lhes era devida, atendendo, então, os acadêmicos.

Para este ano a previsão é que os recursos ultrapassem os R\$ 50 milhões, apesar de ainda não existir um valor exato a ser

destinado para cada universidade, mas sem dúvida não será menor do que o valor repassado no ano passado, o que deverá atender a inúmeros acadêmicos deste ano.

Fazendo um levantamento, segundo o MEC, de acordo com o Censo 2011, porque o 2012 ainda não saiu, tínhamos matriculados no ensino superior, em Santa Catarina, 352 mil acadêmicos, de 2,5% a 3% menos do que no ano passado. Ou seja, mais de 360 mil acadêmicos estão matriculados nas universidades de cursos superiores. No Sistema Acafe, compreendido pela Furb, Unibave, Unesc, Univali, Udesc, Unoesc, USJ, Unifeb, Unidavi, Uniplac, Univile, Unisul, UNC, Unochapecó, Uniarp, entre outras, temos 130 mil alunos, considerando o ensino a distância. Quer dizer, nas universidades do sistema federal, públicas ou privadas, totalizam mais de 130 mil alunos.

No Sistema Ampesc ultrapassa os 110 mil alunos, dos quais aproximadamente 50 mil estão matriculados no sistema presencial e em torno de 60 mil no sistema à distância. E ainda em outras universidades ligadas ao sistema federal, públicas ou privadas, mas que não estão filiados à Acafe nem à Ampesc, ultrapassa mais de 20 mil alunos. Considerando que nas universidades públicas, tipo Furb, Universidade de São José, Udesc, esse número ultrapassa 102 mil alunos, resumindo, temos mais de 100 mil alunos matriculados no sistema público, aproximadamente 110 mil nas universidades vinculadas à Ampesc, mais de 130 mil vinculados à Acafe e 20 mil do sistema federal, mas que não estão vinculadas nem à Acafe nem à Ampesc, totalizando mais 360 mil alunos. Este é o momento em que o aluno se inscreve na universidade e que o governo, dentro dos seus repasses, prevê a destinação de recursos para este ano.

É bom lembrar que esses repasses são feitos através do Conselho Estadual para as universidades, e que é na universidade que é feita a seleção dos acadêmicos que se enquadram dentro dos critérios para poderem receber essa bolsa.

A forma de repasse é feita através da universidade, e a universidade beneficia, então, os acadêmicos, conforme a seleção que é feita de uma forma transparente, na própria universidade. E aí se exige, naturalmente, a participação dos acadêmicos para que de fato os beneficiários desse sistema sejam aqueles que mais precisam desse recurso.

Quero ainda lembrar que no ano passado o governo do estado repassou mais de R\$ 50 milhões através do art. 170 e mais de R\$ 20 milhões através do art. 171, beneficiando com isso um grande número de acadêmicos. Esperamos que neste ano permaneça esse valor, ou maior, justamente para atender a uma grande demanda, o que é muito importante para o sistema universitário de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, naturalmente que o debate maior nesta Casa, nesta semana, e não será diferente no dia de hoje, deputada Ana Paula Lima, é a questão da segurança. Todos temos preocupado com isso, levando os questionamentos e procurado interar-nos das informações oficiais e não oficiais.

Neste exato momento em que estou falando desta tribuna uma viatura da Polícia Militar sobe o morro do Mocotó, aqui na capital, para atender a uma ocorrência de um neto que matou a sua própria avó. Ainda não temos informações precisas, deputado Silvio Dreveck, mas por certo envolvendo a questão das drogas, em especial o *crack*.

Nesta manhã, às 4h ou 5h, 90 policiais, sobretudo da Polícia Civil, fizeram uma operação na cidade de Blumenau, em especial em dois condomínios do Minha Casa, Minha Vida, para exatamente cercear traficantes de drogas.

Ontem, infelizmente, em Blumenau dois ônibus foram incendiados. Os ataques nesses últimos sete dias continuam aterrorizando a população catarinense. E é claro que é preciso que nós, como representantes do povo, também façamos a nossa parte. O governo do estado tomou iniciativas positivas, e que nós queremos aplaudir, anunciadas pela imprensa: a contratação de 300 agentes penitenciários, de 500 novos policiais civis e de 1.560 policiais militares. Não há dúvida de que o desafio também passa pelo contingente das nossas corporações, mas em especial pela chamada Polícia de Inteligência, que vai desde equipamentos, como câmeras de vigilância, até a questão do efetivo propriamente dito. Enfim, nessa questão da segurança pública em Santa Catarina todos nós precisamos estar contra o crime, numa ofensiva energética, integrada e positiva.

Queremos depositar, sim, as nossas esperanças de que a Polícia Militar e a Polícia Civil possam estar integradas nessa cruzada contra a violência no estado de Santa Catarina.

Mas, eu gostaria, nesta manhã, sr. presidente, srs. deputados, de trazer aqui os meus aplausos ao Conselho Nacional de Trânsito.

Eu já fiz várias críticas, desta tribuna, ao Conselho Nacional de Trânsito, mas preciso reconhecer o gesto positivo e corajoso do Conselho Nacional de Trânsito quando baixou a norma da tolerância zero em relação à questão do consumo do álcool.

Nós, da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas, temos feito um levantamento, em especial no mês de outubro, novembro e dezembro de 2012 e estamos preparando o relatório final para colocar à disposição da sociedade catarinense, mas não há dúvida de que esta combinação álcool e volante tem de fato nos preocupado cada vez mais pelos números que temos nas estradas brasileiras.

E quando o Conselho Nacional de Trânsito delibera tolerância zero para com o álcool ao volante, determinando que o limite do bafômetro passe a ser 0,05 miligramas de álcool por litro de ar, isso significa que qualquer injeção poderá resultar em infração gravíssima, pulando para os valores de R\$ 1.915,00 de multa, na perspectiva, inclusive, de seis meses a três anos de prisão. Isso traz um pouco, com certeza, de mais seriedade, como os agentes de trânsito podem tratar hoje com aqueles que acabam infringindo a lei. Mais do que isso, o Conselho Nacional de Trânsito determinou também que serão válidos agora, como prova da embriaguez, vídeos, depoimentos de testemunhas, enfim, tudo isso é muito positivo.

É claro que alguém pode achar isso até rigoroso, até mesmo um bombom, um chocolate com néctar de álcool, poderá induzir à questão do bafômetro.

Quando olhamos para os números, 40 mil vítimas nas estradas brasileiras, vítimas

fatais, 800 mil feridos por acidentes de trânsito no ano de 2012, tudo isso nos leva a aplaudir essa atitude do Conselho Nacional de Trânsito.

Acho que as punições deverão ser ainda mais fortes, mais intensas. Eu conversava com alguns amigos da Itália, e eles diziam que lá a lei, deputado Valmir Comin, já determina que o usuário de um determinado veículo, seja ele proprietário ou não, pego em embriaguez, o veículo que ele dirige vai a leilão. Talvez seja uma atitude muito drástica, mas vamos chegar, deputado Romildo Titon, quem sabe também a essa instância no Brasil, para podermos deter essa carnificina que acontece nas estradas brasileiras, de 40 mil mortos por ano, devido, a maioria delas, pelo menos 60%, à trágica combinação do álcool e volante.

Por isso, fica aqui o nosso registro de apoio e de aplausos ao Conselho Nacional de Trânsito, que nesta última semana tomou a iniciativa de tolerância zero para com o álcool, nas estradas brasileiras.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, imprensa, todos que acompanham a nossa sessão, no início das nossas atividades deste ano é claro que todos nós deputados estamos apreensivos e preocupados com a questão que está mais uma vez acontecendo com o nosso estado, relativa aos ataques que têm surpreendido não apenas os ônibus, mas acima de tudo a sociedade que de forma direta ou indireta é atingida.

No ano passado já acompanhamos e colocamos-nos à disposição no sentido de buscar saídas emergenciais, deputado Silvio Dreveck, e agora mais uma vez estamos diante dos mesmos fatos.

É claro que é um assunto mais abrangente do que um simples olhar do Poder Executivo. E não podemos achar que a solução apenas está na secretaria da Segurança Pública, através de suas estruturas como a Polícia Civil e a Polícia Militar, porque o assunto é muito mais abrangente, é muito mais profundo e precisa de reflexão, uma vez que as causas estão aí. Também não é só uma questão estadual, pois o que existe é a falta de uma política nacional de combate às drogas, a principal causadora, deputado Ismael dos Santos, de mais de 90% da violência em nosso país, e mais o crime organizado que está dentro das penitenciárias atuando de forma livre, que é a grande causa em todos os sentidos.

Fizemos nesta Assembleia, no final do ano passado, através da comissão de Segurança Pública, um amplo relatório da atual situação de segurança em nosso estado no que diz respeito à estrutura, ao pessoal, aos principais pontos de violência e às soluções a curto, médio e longo prazo. Dentro delas, é claro, apontamos algumas soluções simples e imediatas no que diz respeito a este momento que estamos vivendo.

Ora, todos sabem que há uma comunicação entre os presidiários e as pessoas do lado de fora do crime organizado. Assim, é feito de duas formas: ou através de telefone celular ou através de contato direto. E em Santa Catarina temos uma lei, mas infelizmente não foi implementada, que proíbe ter sinal de celular nos presídios de Santa Catarina.

Existe tecnologia, deputado Sílvio Dreveck, para isso, e hoje há vários presídios do país que utilizam essa tecnologia, obrigando as operadoras de celular a fechar o sinal em alguns pontos, principalmente nos presídios.

Também existe a relação pessoal dos presidiários com familiares, com amigos que fazem chegar a informação para o comando agir. Dentro disso, há outra tecnologia simples, aplicada nos aeroportos, que é o detector de metal à disposição, ou seja, basta colocar o detector de metal para coibir a entrada não só de celular como de armas e também do próprio entorpecente.

Então, são políticas simples de serem adotadas, mas infelizmente não aconteceram e não estão acontecendo.

Mas quero voltar ao tema maior que é a visão da experiência que tive no ano passado convivendo com o deputado Sargento Amauri Soares, com o deputado Maurício Eskudlark e com tantos outros deputados com experiência nessa área, deputado Sargento Amauri Soares, pois o problema maior é a falta de uma política nacional para todo esse sistema.

Infelizmente, os presídios se encontram sem nenhuma infraestrutura, não há investimento em presídio, não há investimento em pessoal, e aí faço a pergunta: para que existem as Forças Armadas neste país? Onde é que elas estão neste momento de crise? Estão lá dentro de seus quartéis fazendo educação física, jogando futebol? Onde está o Exército numa hora dessas quando poderia auxiliar na falta de pessoal e em tantas outras tecnologias?

Então, voltando ao ponto de partida: não há uma política nacional nem para a construção de presídios, nem para uma política de ressocialização, nem para uma política de combate às drogas. E os estados brasileiros acabam pagando o preço como se fossem os únicos culpados e responsáveis quando, na verdade, é uma parte do processo.

Onde está o dinheiro? O dinheiro está no governo federal. Os 70% do que se arrecada em impostos deste país está nas mãos do governo federal.

Então, vemos convênios milionários, convênios de toda ordem, mas não há uma política. E não culpo só o atual governo. Isso já vem de vários governos, inclusive o meu partido, PSDB, quando ocupou a Presidência da República não se preocupou com essa questão.

Está na hora de mais uma vez fazermos um grande esforço no sentido de juntarmos forças. Onde está o Poder Judiciário neste momento, que também é parte interessada e necessária no processo? E não apenas o Poder Judiciário, mas o Ministério Público e toda uma cadeia?

Faz-se necessária a revisão das leis, que já colocamos aqui, do Código Penal. E principalmente as leis para o menor e o adolescente precisam de uma revisão.

O jovem poder votar com 16 aos é uma grande conquista, mas não é responsável pelos seus atos criminosos. Que contradição é essa? Então é preciso rever essa questão das leis federais, o Código Penal e também o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, queremos mais uma vez dizer que o governo do estado, a secretaria da Segurança, da Justiça e Cidadania, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, enfim, toda a estrutura de segurança tem culpa sim, mas não são os únicos responsáveis por

essa situação que acontece hoje infelizmente neste estado.

O mais grave ainda é essa divulgação que se faz hoje de mídia nacional. Ainda ontem recebi telefonema de amigos do Paraná que queriam vir para o Carnaval em Santa Catarina, mas estão preocupados, porque o noticiário nacional mostra que estamos vivendo uma guerra civil, que estamos em guerra e não podemos nem sair de casa. Então, há também esse outro lado da divulgação excessiva dessa questão. É claro que a verdade deve ser mostrada, mas a exploração também precisa ser contida, no que diz respeito ao excesso de mídia. Queria mais uma vez, em meu nome e no da bancada, ficar à disposição. Eu acho que é um momento em que o Parlamento precisa estar atento e participar, mas é claro que tem de esperar o convite de quem tem o direito e o dever de fazer a convocação. Mas acima de tudo precisamos acreditar que essa onda que está ocorrendo em Santa Catarina poderia ter sido minimizada, se houvessem políticas mais constantes, severas e também essa parceria com o órgão maior que é o governo federal.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, faço uso da tribuna, nesta quinta-feira, primeiramente para agradecer ao meu sempre líder, deputado Sílvio Dreveck, pelo trabalho que desempenhou frente a esta bancada, neste Parlamento, pelo brilhante trabalho que desempenhou nos quatro anos frente à bancada.

Quero agradecer pelo seu discernimento, posicionamento e coerência. Em todos os momentos não lhe faltou dedicação e trabalho nos grandes temas desta Casa, enaltecendo o partido em todo o estado.

Agradeço de maneira especial a todos os deputados da minha bancada, ao presidente do meu partido e desta Casa, deputado Joares Ponticelli, pela confiança em mim depositada.

Estou como deputado há 14 anos e tive o privilégio e a oportunidade, sr. presidente, deputado Romildo Titon, que vai presidir esta Casa na essência a partir do próximo ano, de acordo com o compromisso... E compromisso se discute até a última instância, depois somente existe uma maneira, cumpri-lo na palavra.

Eu, depois de 14 anos, tenho o privilégio e a oportunidade de exercer essa condição. Já o fiz através de várias comissões temáticas desta Casa; por duas vezes consecutivas estive na Mesa Diretora, e hoje estou na condição de tesoureiro do partido.

Tenho a grande oportunidade de poder aprender e estar presente nos grandes temas mais pertinentes, mais importantes das grandes obras estruturantes para o estado de Santa Catarina, no momento singular. E sinto-me lisonjeado pela condição de um ano em que o estado aporta em torno de R\$ 7,5 bilhões de investimentos nas quatro linhas mestras do governo, Saúde, Segurança, Ação Social e Infraestrutura.

Eu fazia o comparativo que o presidente Joares Ponticelli colocava da ida ao

Rio Grande do Sul, onde o governador Tarso Genro comemorava com entusiasmo os investimentos de R\$ 2,5 bilhões ao governo gaúcho, um estado que tem o dobro do orçamento de Santa Catarina. No entanto, nós, com 50% do orçamento gaúcho, estamos com R\$ 7,5 bilhões de investimentos. Por essa razão, é motivo de muito orgulho, de muita satisfação, poder representar esse partido nesta Casa.

Vejo com muita expectativa esses investimentos, que por consequência da nivelção ou da redução da alíquota de importação do ICMS no estado, conseqüentemente a queda da receita... Isso também não significa dizer que o estado regrediu, muito pelo contrário. Ele vem crescendo, mas não na expectativa que vinha nos anos anteriores.

Por essa razão esses investimentos, no meu entender, são uma compensação do governo federal. Evidentemente que essa parceria com a presidente Dilma Rousseff é de extrema importância para o estado, principalmente neste momento, mas é um dinheiro que vem na linha de financiamento e que vai ser pago com tributos, impostos, de todo cidadão catarinense, porque terá que ser retribuído aos cofres da União.

Por essa razão precisamos fazer o melhor destino, a melhor aplicação desses investimentos, para que possamos potencializar da melhor forma possível, possibilitando a condição tanto na área de mobilidade quanto na área de segurança, na área da saúde, na área da assistência social, em todos os segmentos que ramificam e que permeiam todas as ações do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Acredito piamente e com muita expectativa, porque um estado que detém 1% do território nacional e que permeia na faixa de 5,6% das importações com mais de 4,5% do PIB, Produto Interno Bruto, é um estado pujante, diferenciado dos demais da federação brasileira, e requer, sem sombra de dúvidas, uma expectativa e uma estimativa muito promissora, mas acima de tudo exige muita responsabilidade e muita cautela.

Então, que se faça realmente a devida aplicação desses recursos de uma maneira mais correta possível, para que assim possamos resolver esses bolsões que temos ainda pendentes em todo o estado, nas mais variadas áreas dos segmentos da administração.

Por essa razão, sr. presidente, vejo tudo isso com muita esperança. E é uma grande oportunidade que o meu partido me oferece, e vou fazê-lo, se Deus me permitir, na plenitude desses dois anos e próximos que temos pela frente, com muito trabalho, luta, às vezes até errando e pecando pela ação, jamais pela omissão, pois é isso que tem nos balizado, norteado a nossa conduta, a minha e a de meu partido, ao qual sou eternamente grato.

Vejo com muita esperança esses próximos anos, pois esses R\$ 7,5 bilhões representam praticamente um investimento de oito anos da receita do estado, da receita da capacidade de investimento em um só ano. Então, que possamos realmente fazer o efeito multiplicador em prol da causa da qualidade de vida da gente catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, Mesa Diretora, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhores e senhoras, desejo falar aqui de dois assuntos que reputo da maior importância para Santa Catarina, mas antes quero registrar a presença da minha filha Mariana que está aqui visitando, acompanhada de seu namorado Felipe e do seu amigo Eládio.

Sejam bem-vindos. Hoje eles vieram verificar se o pai está trabalhando mesmo. E é um motivo de muito orgulho recebê-la aqui no Parlamento catariense.

Sr. presidente, desejo falar aqui rapidamente a respeito, e certamente outros parlamentares já o fizeram, da catástrofe, do absurdo que aconteceu no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, quando ceifou a vida de mais de 200 jovens prematuramente. Eles tinham sonhos, projetos. E o que aconteceu sensibilizou, levou o Brasil inteiro à comoção. Todos nós estamos sensibilizados e preocupados.

Então, deputado Ismael dos Santos, a legislação é fundamental. E parece que o governo do estado vai mandar para esta Casa, deputada Ana Paula Lima, um projeto para que possamos debater e aprovar uma legislação mais ampla, segura, que preserve a vida dos catarinenses, porque ela é fundamental.

Apresentei dois projetos de lei há poucos dias e certamente outros também nessa linha, mas não será somente, deputado Silvio Dreveck e deputada Angela Albino, a legislação que vai resolver o problema. Precisamos fazer uma discussão do bom senso, da racionalidade, sobretudo da ética, porque no caso de Santa Maria o proprietário da danceteria, na busca do lucro, do sucesso empresarial, relaxou, não cumpriu com a legislação na sua casa de show.

Então, a legislação é importante, mas não resolve. Nós precisamos fazer um apelo aos donos de casas de show e de eventos, sr. presidente, para que usem o bom senso, que sejam racionais, pois precisamos de um pouco mais de ética nesse país. Por que, deputada Angela Albino? Porque, por exemplo, se a casa de Santa Maria comportava 700 jovens, a Polícia Civil e os bombeiros não podem chegar a todo show que teria na boate Kiss e contar se tem 700, 1.000 ou 1.500, é impossível. E aí entra a racionalidade, o bom senso dos empresários e a ética sobretudo.

O bombeiro faz a vistoria e assim que acaba a vistoria, ato contínuo, o empresário pode retirar os extintores ou trocá-los por extintores falsificados. Quer dizer, a discussão é da ética, do bom senso e da racionalidade. Mas a legislação é importante, deputado Mauro de Nadal.

Vamos debater esse assunto, porque o governo vai mandar dois projetos de lei para esta Casa. O primeiro, parece-me, a legislação, sr. presidente, exige que a casa de show tenha um segurança com treinamento contra incêndio. É muito pouco. E o meu projeto propõe que seja ampliado e que deem treinamento anualmente aos seguranças, porque se tivéssemos lá uma brigada contra incêndio, com cinco, seis, sete, oito ou dez seguranças na boate Kiss, teríamos evitado a catástrofe. E certamente esses seguranças treinados teriam recomendado ao dono da boate que retirassem a grade de ferro que obstruiu a saída de emergência.

O segundo projeto que estou propondo vai na linha de você poder mensurar se o proprietário do estabelecimento está colocando a capacidade ou pessoas além da capacidade naquela casa de show.

Podemos exigir *software* vinculado à comanda. E esse *software* pode ficar à disposição das autoridades. E aí, sim, vamos poder efetivamente mensurar e garantir que as casas de show, de eventos e danceterias estão realmente atendendo à capacidade do seu estabelecimento.

Infelizmente no Brasil é assim. Apenas nos momentos de catástrofe é que se atém a essas questões. Mas estamos vivendo outro momento. E esperamos que as autoridades continuem fiscalizando duramente, porque o objetivo de todos nós é a preservação da vida. E não podemos abrir mão disso.

Quero também, sr. presidente, falar um pouquinho de Joinville, no governo de Raimundo Colombo.

O governador esteve em Joinville e lançou ordem de serviço da pavimentação das ruas Tuiuti, Max Colin e Minas Gerais. E inaugurou a pavimentação de mais uma parte da Costa do Encanto, que foi o asfaltamento do Estaleiro, das Laranjeiras, que liga a BR-280 ao *ferry boat* de São Francisco do Sul. E as obras da estrada Rio dos Morros, que liga a zona sul de Joinville à BR-280 e ao Binário da Vila Nova já estão em andamento. E já temos recursos de financiamentos do BNDES, eis que a presidente Dilma Rousseff, deputada Ana Paula Lima, e temos que elogiá-la, tem sido generosa com Santa Catarina nos financiamentos, nos atendimentos. Enfim, tem tratado Santa Catarina de forma especial.

Temos recursos para fazer a avenida que liga Blumenau à BR-101, cortando o bairro Costa e Silva e a Albano Schmidt que vai ser lançada daqui alguns dias.

Amanhã o governador volta a Joinville para dar a ordem de serviço da duplicação, deputado Nilson Gonçalves. E todos nós estamos lá envolvidos e defendendo, reivindicando naquilo que podemos. O governador volta a Joinville para assinar a ordem de serviço da duplicação da avenida Santos Dumont, uma obra de R\$ 60 milhões, deputado Ismael dos Santos, que vai ser de fundamental importância para a mobilidade urbana da nossa cidade, na zona norte, para melhorar o nosso trânsito.

Como maior cidade do estado, deputado Nilson Gonçalves, agradecemos ao governador Raimundo Colombo, pois estamos sensibilizados com a atenção que tem dado à cidade de Joinville. Ele também, deputado Jailson Lima, tem dado atenção à sua cidade de Rio do Sul, ao planalto, ao oeste, ao sul, a todo o estado, enfim, o governador tem transformado Santa Catarina num canteiro de obras. Serão R\$ 7 bilhões em investimento na Segurança, na Educação, na Saúde, na Infraestrutura.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. certamente vai reforçar a duplicação da estrada Dona Francisca, uma estrada que liga Joinville ao nosso distrito de Pirabeiraba. E o deputado Nilson Gonçalves é o padrinho da obra que vai falar na tribuna, e não se cansa de falar, e fala para mais 200 mil pessoas na televisão. Eu falo para poucas pessoas, mas o deputado Nilson Gonçalves é privilegiado, fala sempre para mais de 200 mil pessoas, e fala só o que interessa, defendendo sempre a comunidade.

Então, a obra da ligação de Barra do Sul à BR-101, passando por Itapocu, estou ajudando um pouquinho, porque o padrinho é o

deputado Nilson Gonçalves que não se cansa de falar, de reivindicar e de propor.

São obras importantes. E agora o governador Raimundo Colombo já determinou, e faço um apelo ao secretário Eduardo Deschamps, que agilize junto às regionais as reformas das nossas escolas, pois muitas escolas estão interditadas. E isso não podemos admitir. As escolas têm que ser reformadas urgentemente.

A saúde que é de fundamental importância tem que ser melhorada, porque a doença não espera, ela mata. E precisamos dar atenção especial à saúde dos catarinenses, com certeza.

Portanto, sr. presidente, queremos agradecer ao governador Raimundo Colombo, pelo trabalho sério, transparente, pelo trabalho ousado, corajoso e sobretudo voltado para as pessoas, para o povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Mauro de Nadal, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Muito bom-dia, deputada Angela Albino, srs. parlamentares, a quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital.

Deputado Jailson Lima, mais uma noite preocupante em Santa Catarina, acompanhando os noticiários. O nosso estado está sendo mais falado em todos os telejornais, na mídia nacional, do que o Carnaval do Rio de Janeiro, evento que todos estão comentando.

Até os taxistas estão preocupados com a ausência de turistas que não estão vindo para o nosso estado devido ao que está acontecendo. E infelizmente na minha cidade, onde não havia ocorrido nenhum incidente dessa natureza, nesta noite e durante o dia de ontem, dois ônibus foram incendiados.

Já temos 73 ataques do comando organizado em Santa Catarina, e a nossa população está em pânico. Digo isso também, srs. parlamentares, porque ouvia atentamente os pronunciamentos de vários companheiros nesta tribuna, nesta manhã, deputado Ismael dos Santos, e ouvi o comentário de v.exa. sobre um neto que assassinou a avó, num bairro próximo à Assembleia Legislativa. Ora, estamos anunciando há muito tempo, deputado Ismael dos Santos, que enquanto não houver investimentos em políticas públicas no estado de Santa Catarina não adianta parlamentar vir à tribuna e festejar 12 mil presos em nosso estado, porque apesar de o nosso estado ser o menos violento da nossa federação, o que está acontecendo hoje em Santa Catarina não acontecia há muito tempo.

Não podemos ficar aplaudindo que queremos mais vagas em presídios e penitenciárias. Isso me entristece muito. Gostaria de mais vagas em escolas, em creches, em tratamento para os dependentes químicos, pois sabemos que o maior número de presidiários é de pessoas dependentes

químicas. Não adianta querer fechar fronteira para armas, para drogas se o que está acontecendo está bem próximo da gente.

São mães e pais pedindo todos os dias para nós que querem tratar os seus filhos que são dependentes químicos. Ano passado mesmo duas emendas desta parlamentar para combate e prevenção à droga foram rejeitadas por este plenário e não houve nem sensibilidade por parte do governo do estado com relação a isso.

Então, essas tragédias anunciadas que estamos vivendo já sabíamos há muito tempo, há muitos anos, mas nada foi feito pelo governador Raimundo Colombo nem muito menos pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Vemos parlamentares assomando esta tribuna para elogiar a presidente Dilma Rousseff que tem estendido as mãos para o governo do estado de Santa Catarina. E esses R\$ 7 bilhões, deputado Jailson Lima, são recursos do governo federal para as obras humanas, que são aquelas de recuperação aos dependentes químicos, principalmente, do crack.

Então, já fomos avisados há muito tempo sobre tudo isso que estamos vivenciando. Por isso lamento, deputado Ismael dos Santos, que ontem mesmo tenha sido veiculado pelos meios de comunicação um CD feito na penitenciária de São Pedro de Alcântara, em que o comando organizado anunciou que eles fizeram um trato com o governo do estado, ou seja, que iriam diminuir os ataques no ano passado porque o governo iria melhorar as condições que estavam vivenciando na penitenciária, pois estavam violando os direitos humanos. E como o trato não foi cumprido os ataques foram reiniciados este ano.

Fico entristecida também com a ida do governador, ontem, a Brasília para falar com o ministro da Justiça Luiz Eduardo Cardozo, e com a ministra catarinense Ideli Salvatti, para pedir mais vagas nas penitenciárias de segurança máxima. Nós queremos outras coisas aqui, queremos a força policial que tem 10.000 homens preparados para desvendar todos esses mistérios; queremos proibir e coibir esses ataques!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada Ana Paula Lima, ontem já debatíamos aqui a temática de forma respeitosa. Entendo que v.exa. tem de fato razão em muitos de seus questionamentos, mas preciso fazer justiça ao governo Raimundo Colombo no que diz respeito à bandeira que temos hasteado neste Parlamento, que é a reabilitação de dependentes químicos com a garantia já no orçamento de 2013 de R\$ 9 milhões de forma específica. É algo inédito em Santa Catarina, fruto dos debates da intensa cobrança do governo do estado, inclusive de v.exa. também, na tribuna desta Casa. Esperamos que a partir de março esses convênios possam começar a ser firmados com as comunidades terapêuticas, oferecendo ao estado mil vagas para dependentes químicos, financiadas, como disse, pelo governo do estado de Santa Catarina graças a essa iniciativa de garantir no orçamento essa verba de R\$ 9 milhões.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputada Ana Paula Lima, o que nos deixa pasmos e deixa pasma a sociedade catarinense é o estado catatônico em que se encontra este governo não apenas quanto à questão da segurança pública.

O governador veio aqui e falou que não havia inércia, que ele estava tomando as suas providências, mas quando ficamos sabendo que o representante do governo negociou com o narcotráfico dentro dos presídios achamos isso lastimável. São o segundo e o terceiro comando subscritos do estado definindo linhas da gestão.

E aí não cumpre acordos com presidiários e fica no estado que ficou. E estamos vendo que esses episódios não estão circulando apenas na imprensa nacional, virou manchete na imprensa internacional porque o jornal *El País*, da Espanha, divulgou isso sobre Santa Catarina. Então, não são fatos circunscritos apenas ao território brasileiro. E o governador foi a Brasília para tirar fotos com o ministro da Justiça!

Mas temos que reconhecer que pelo menos agora as obras que estão sendo executadas, como foi dito aqui, em Joinville, pelo deputado Darcy de Matos, são recursos oriundos do governo federal, e não importa se foi feito um financiamento com 20 anos de carência porque isso se paga pelo contexto da recuperação econômica do estado, pois isso é realmente estender a mão. E esperamos que os secretários de governo reconheçam isso, porque há muitos secretários fazendo discursos e não reconhecendo isso.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, é importante, sim, deixarmos claro o estado que encontramos na área da Segurança Pública, pois há greve na Saúde, Educação, no IGP, e aproveito a oportunidade para dizer que ontem vi uma foto de um carro do Instituto-Geral de Perícias em que o retrovisor era um espelho colado com durepox. Então, não adianta dizer que estão sendo colocados R\$ 60 milhões em obras, tem que acompanhar também o custo e a qualidade dessas obras, porque apenas na região do alto vale, onde foi dito que assinaram um novo contrato de recursos para obras, já foram entregues três vezes a ordem de serviço. Esperamos que agora, definitivamente, isso ande, porque senão na cidade de Criciúma, deputado Valmir Comin, iremos para a quinta, sexta, sétima ordem de serviço daquela via que já foi entregue um monte de vezes.

No mais, deputada Ana Paula Lima, parabéns a v.exa. pelo pronunciamento e pela liderança efetiva que assume do nosso partido aqui neste Parlamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Jailson Lima, lamentavelmente no ano passado o governo federal já se colocou à disposição do governador Raimundo Colombo no que fosse necessário para desvendar e inibir os ataques em Santa Catarina. E ontem, novamente, numa reunião com o governador, o ministro da Justiça, Luiz Eduardo Cardoso, disse o seguinte: "Se houver necessidade, o governo não poupará esforços e nem envio de recursos humanos e materiais para que possamos acabar com esses ataques." E pelo que estamos acompanhando, o governador vai aceitar as vagas nos presídios federais, mas rejeitará a presença em Santa Catarina da força nacional, o que eu lamento profundamente, srs. parlamentares, sra. deputada. Por que não trazer a força nacional para evitar, desvendar e acabar com esses ataques e deixar a nossa

população mais tranquila? Por que não? Qual é a dúvida? Qual é o medo? Medo de pedir ajuda? Somos uma nação e precisamos, sim, das forças nacionais para evitar que aconteça em Santa Catarina o que aconteceu no Rio de Janeiro, no Espírito Santo.

O nosso estado ainda é tranquilo, mas se não houver uma decisão firme do governador, não teremos mais a mesma tranquilidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, ouvi várias vezes a deputada Ana Paula Lima falar em desvendar e descobrir o que vai por trás de tudo isso com relação a esses episódios que estamos vivenciando em Santa Catarina.

E foi justamente sobre este problema, deputada Ana Paula Lima, que o governador conversou em Brasília: a questão da inteligência, porque foi criado um poder paralelo dentro dos presídios e com o tempo esse poder se consolidou. Hoje, esse poder trata do poder instituído neste estado quase como de igual para igual. Eles querem negociar. Em novembro negociaram e não foram cumpridas algumas cláusulas dessa negociação. Com isso subentende-se que foi criado um estado paralelo. Se foi criado isso é porque estamos com problemas na nossa inteligência. Ou seja, o Setor de Inteligência está precisando de reforços para poder fazer um trabalho mais aperfeiçoado e profundo. Eu nem diria que precisa de material humano. Ele precisa, muito provavelmente, de equipamentos e de condições técnicas para poder acompanhar mais de perto os passos desses marginais. E foi isso que o governador fez em Brasília: ele pediu ajuda justamente para o Setor de Inteligente para que possamos, em Santa Catarina, ter um acompanhamento mais adequado dessas questões.

Uma coisa que eu não consigo entender, e concordo com v.exa., é por que se demora tanto para tomar uma decisão de transferir essas lideranças marginais, essas lideranças do crime organizado, para fora do estado? Uma coisa que já se sabe é que a grande maioria, especialmente do Setor de Inteligência da Segurança Pública do estado, sabe quem são os líderes que estão presos, sabe quem são as pessoas que comandam o crime em Santa Catarina de dentro para fora das prisões. Se existe a oferta de prisões federais para esses elementos, o que falta para se tomar essa decisão?

Eu ainda escutei no rádio, ontem, uma declaração de que está sendo elaborada e estudada uma lista que não pode ser divulgada. E que ela vai ser submetida a outro setor, e depois a outro setor, para depois, então, tomar-se uma decisão judicial. Porque depois tem que passar pela Justiça ainda, e ela tem que autorizar a transferência dessas pessoas. Então, é isso que me causa espécie.

Quando estava vindo para cá, hoje - e viajei duas horas de Balneário Camboriú até aqui, eu saí às 8h e cheguei às 10h -, ao passar pela Via Expressa, em São José, li a seguinte frase: "Fora Leandro, do DEAP". Quer dizer, é o crime organizado dando determinações, mandando fazer o que se está

fazendo e, inclusive, deixando recados em muros de quem eles não gostam, de quem eles querem ver fora.

Por que eles querem ver fora o Leandro? Porque o Leandro certamente não está falando a língua deles, não está atendendo às exigências deles. Essa é a grande verdade.

Então, não podemos nos submeter a isso indefinidamente. Essa que é a grande verdade!

Agora, mudando de assunto, quero primeiro fazer voz corrente aqui com o deputado Darci de Matos, que na quinta-feira marcou uma audiência com o secretário da Fazenda para tratar do Decreto n. 1.357, de 2013, baixado pelo governo do estado, e que acabou acertando o coração principalmente do comércio lojista de Santa Catarina. Ele impôs a obrigatoriedade, através do Diário Oficial, e já entrou em vigor no dia 2... Para que os senhores tenham uma ideia, quando a sua empresa adquirir mercadorias provenientes de um fornecedor de outra unidade da federação destinada à industrialização ou comercialização, exceto aquelas submetidas ao regime de substituição tributária regidas em dispositivos próprios, deverá recolher a diferença do ICMS. Ou seja, se você adquire mercadoria cujo ICMS destacado na nota fiscal seja 12%, e esta mercadoria, em Santa Catarina, estiver sujeita a 17%, o lojista ou o industrial vai ter que recolher essa diferença no estado. E isso acabou acertando o coração principalmente do empresário, do microempresário, aquele que faz parte do Simples, acabou acertando este também. Está uma gritaria geral, e não é para menos, porque se criou o Simples em nível nacional justamente para que o pequeno e microempresário possam sobreviver. Mas com essa tributação ou com a cobrança dessa diferença de tributação vai acabar onerando principalmente os mais fracos.

Com essa situação já escancarada no estado, fomos procurar o deputado Darci de Matos, que tem uma ligação muito forte com o comércio lojista. E estaremos juntos, tanto eu como o deputado Darci de Matos e outros deputados, provavelmente na quinta-feira, em uma reunião com o secretário da Fazenda para que se ache uma alternativa ou se encontre uma solução para este problema que a classe entende ser bastante grave neste momento.

Amanhã, sr. presidente, em que pese a oposição desta Casa dizer que o governador está inerte, ou que está na inércia, como diz o ditado, o governador está, na verdade, trabalhando e muito. No mês de janeiro visitou mais de duas dezenas de municípios, emitindo ordens de serviço de todo jeito, de todo tipo. Vai estar em Joinville novamente, depois de ter estado no norte alguns dias atrás, vai estar lá em Joinville autorizando, lançando a concorrência para dois elevados previstos para a avenida Santos Dumont, que serão na rua Tuiuti e Arno Waldemar Döhler.

Queremos, e certamente vamos ter, o esclarecimento do porquê de estar parado o asfaltamento da estrada do Rio do Morro, lá em Joinville.

Já fomos cobrados, e teve elementos que através do *Facebook* ironizaram os deputados do norte, dizendo que para a fotografia ficarem muito bem, mas agora que acabou a fotografia parou tudo lá.

Na verdade, não temos o poder da caneta nem da determinação de fazer ou deixar de fazer, essa que é a grande verdade.

Estamos cobrando do secretário da Infraestrutura uma explicação do por que parou o asfaltamento da estrada do Rio do Morro. Segundo informações, é porque agora inventaram um trajeto novo em determinado trecho, que precisa de desapropriações. Mas por que trajeto novo, se o anterior estava perfeitamente correto, tranquilo? Estão querendo fazer duas curvas a mais na estrada do Rio do Morro, que dá acesso de Joinville a Araquari, sem necessidade. Essa que é a verdade.

Então, amanhã certamente teremos um esclarecimento do secretário da Infraestrutura, para nos dizer por que está parado o asfaltamento da estrada do Rio do Morro, lá em Joinville.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, sr. deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa de lideranças do município de Timbé do Sul, o vereador Walmor Grigio e o Fabiano Waterkemper, juntamente com o presidente do Partido Progressista, Francisco Waterkemper, o popular Pita, que estão aqui tratando de assuntos daquele município.

Também temos a presença da Vereadora de Cunha Porã, do Partido Progressista, presidente da Câmara, Isonha Gollmann, que também está aqui tratando de assuntos do interesse do seu município, em homenagem ao deputado Mauro de Nadal, que também está vibrando com a visita das lideranças progressistas nesta Casa.

A todos as nossas boas-vindas e votos de sucesso na sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência quer saudar todas as autoridades e lideranças anunciada pelo deputado José Milton Scheffer e desejá-las boas-vindas muito especialmente aos vereadores que são os nossos companheiros de jornada.

Procuramos nesta Casa valorizar, reconhecer e abrir muitos espaços aos vereadores, pois a nossa trajetória, da maioria de nós, iniciou-se pelas Câmaras Municipais.

Assim, compreendemos o importante papel que o vereador tem em cada município. Tenho dito sempre que o nariz do vereador está mais próximo do dedo do cidadão, ele é sempre o primeiro cobrado, o mais questionado, e esta Casa se alegra em receber v.exas. neste plenário.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0008/2013, 009/2013 e 0010/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0021/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 0022/2013 e 0023/2013, de autoria do deputado Nilson

Gonçalves; 0024/2013 e 0025/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência recebeu o seguinte expediente:

(Passa a ler.)

“Os subscritores vêm a Vossa Excelência, nos termos da regulamentação do art. 109 do Regimento Interno, solicitar o uso da tribuna do Plenário no dia 07 de fevereiro do corrente ano, pelo período de dez minutos, à Senhora Renata Eitelwein Bueno, ítalo-brasileira, advogada, vereadora em Curitiba/PR e candidata à deputada na Itália, para tratar da importância da participação dos catarinenses com dupla cidadania (italiana) nas eleições daquele país.

Nestes Termos,

Pedem deferimento.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2013” [sic]

Assinam os líderes do PMDB, do PT, do PP, do PDT, do PTB, do PSD, do PSDB, do PCdoB e do PPS.

Portanto, todos os líderes subscrevem este requerimento.

Esta Presidência, acatando o requerimento, suspende a presente sessão por até dez minutos e convida a candidata para o cargo de deputada ao Parlamento italiano, Renata Eitelwein Bueno, para fazer uso da tribuna.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Agradeço à deputada Renata Bueno. Desejo-lhe muita sorte nesta caminhada e torcemos muito para que possa ser a representante do Brasil no Parlamento italiano.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero saudar com grande satisfação a presença do prefeito de Joinville, Udo Döhler, que nos está visitando, juntamente com o secretário Nelson Corona. Ele começou como o pé direito, enxugando a máquina, dando o tom de uma gestão inovadora com muita austeridade e zelo para com os recursos públicos. Com certeza o dr. Udo vai fazer uma gestão que vai marcar não somente a história de Joinville como de Santa Catarina e do Brasil.

E agora vamos sentar com os deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves para ver o que podemos arrumar de recursos para Joinville, se bem que o prefeito da maior cidade do estado não precisa muito dos deputados, porque trata direto com o ministro e o governador. Mas queremos dar a nossa contribuição.

Seja bem-vindo, prefeito Udo Döhler.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Corroborando as palavras do deputado Darci de Matos, quero dar as boas-vindas ao prefeito Udo Döhler. Estaremos na sala de imprensa, juntamente com os deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, tendo uma conversa com o nosso prefeito e registrando esse momento através da TVAL,

para que se torne conhecido no estado que o prefeito de Joinville esteve nesta Casa no dia de hoje.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença da prefeita de Calmon, Ivone De Geroni, que esteve em reunião na secretaria do Bem-Estar Social. Um município que vai receber um Cras de 400 m² para atender à população. E quero parabenizar o secretário João José Cândido por esse trabalho. Registro também a presença do vice-prefeito José Roberto Gomes de Palmitos, juntamente com os vereadores Volmar Gandolfi, Jair José Schena e Moacir Delazere.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também agradece a presença do vice-prefeito e das demais autoridades citadas pelo deputado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - É a primeira vez que ocupo, neste ano, a tribuna e por isso quero cumprimentá-lo pela sua eleição à Presidência. Para nós é uma honra ter um companheiro de partido presidindo esta Casa que é acima de tudo a Casa do Povo.

Quero na manhã de hoje, primeiro, refletir e solidarizar-nos com todas as famílias das vítimas da tragédia conhecida como tragédia de Santa Maria.

É algo que não será esquecido nunca mais. Eu estava naquele final de semana na cidade de Rio Grande, acompanhando uma filha que residia por lá e vivenciei toda essa tragédia pela imprensa do estado do Rio Grande do Sul. O sofrimento das famílias, a agonia com o que aconteceu.

Essa tragédia não pode ficar em branco, ela tem que servir de base para uma nova metodologia na questão de ordem legal, na questão de postura dos órgãos de fiscalização de acompanhamento, mas, acima de tudo, da sociedade brasileira de uma vez por todas. Não basta apenas colocarmos a culpa nas autoridades. É claro que é necessário responsabilizar, mas é preciso ter consciência do nosso papel, da nossa cidadania, enquanto cidadão, empresários, cidadãos comuns, da necessidade de se cumprir as regras neste país.

Não adianta mais elaborar leis, nós temos leis demais, mas as cumprimos de menos. Por isso, quero aqui, em nome do nosso mandato nesta Casa, solidarizarmos-nos com todas as famílias, inclusive com quatro famílias catarinenses que tiveram ceifada a vida de jovens. Mais de 60 jovens, deputado, do curso de Agronomia, nossos futuros colegas, também tiveram suas vidas retiradas nessa grande tragédia.

Quero também, neste momento que Santa Catarina está passando na questão da segurança pública, manifestar o nosso apoio à Polícia Civil, à Polícia Militar, aos órgãos de inteligência, à secretaria de Justiça, pelo trabalho que vêm fazendo.

Não é momento, nesta tribuna, de nenhum deputado tentar fazer disso bandeira política partidária. Somos todos nós catarinenses de bem e temos que nos immanar ao lado das autoridades policiais, judiciais, de Santa Catarina, num enfrentamento dessa

questão dos atentados que estão fazendo. Atentados inúteis, levianos, que têm prejudicado a população civil, trabalhadora, honesta, de Santa Catarina.

Quero aqui, em nome de uma agente prisional lá da região de Criciúma, Creusa Maria, prestar a nossa homenagem e o apoio a todas as autoridades policiais ou não que estão na linha frente nessa batalha de Santa Catarina. É difícil evitar, porque estão utilizando jovens, pessoas muitas vezes até inocentes. Mas a Polícia tem feito um trabalho gigante. Somente no dia de ontem prendeu mais de oito pessoas na região de Joinville, e isso merece o reconhecimento de todos nós.

Temos um emaranhado de legislação que precisa ser cumprida, mas o governo de Santa Catarina e o governo federal, que têm nas suas costas também a responsabilidade pela segurança pública, precisam estar unidos neste momento para defender a nossa sociedade que precisa estar do lado de nossa Polícia e de nossos agentes, para fazer frente a isso.

Santa Catarina não baixou e não vai baixar a cabeça para meia dúzia de meliantes que tentam intimidar o cidadão comum. A nossa Polícia está fazendo o enfrentamento e merece aqui o nosso apoio, reconhecimento e ajuda da sociedade para combater esses meliantes que de maneira leviana têm atacado pessoas inocentes, feito vítimas por este estado, causando um clima de preocupação na família catarinense.

O catarinense de valor, trabalhador e valente não se vai curvar a isso. Vamos enfrentar como Santa Catarina tem feito nos últimos anos, enfrentado, prendido, combatido o crime em nosso estado e vamos continuar todos juntos.

É terrorismo o que estão fazendo, e o Poder Judiciário e a Polícia não podem tratar na legislação comum, têm que tratar através da legislação de combate ao terrorismo. É isso que está sendo feito em Santa Catarina e é isso que nós, catarinenses, temos que fazer. Também precisamos apoiar todos os agentes de segurança pública de nosso estado.

Quero aqui, também, nesta manhã, agradecer ao governador Raimundo Colombo, pelas as ações que tem feito no sul do estado, com obras e reivindicações históricas feitas pela sociedade do sul. São conquistas que merecem ser celebradas.

Na última terça-feira, ao acompanharmos o governador, mais os deputados do sul do estado e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, juntamente com o secretário Valdir Colbachini, tivemos a honra de ver lá a entrega da ordem de serviço para as máquinas na pista iniciarem a tão reivindicada obra da via rápida, ligando o coração da cidade de Criciúma e da região da Amrec à BR-101, um projeto inovador, que vai servir de referência para projetos rodoviários do futuro em Santa Catarina, uma obra de quase R\$ 100 milhões.

É uma conquista para Santa Catarina, para o sul e acima de tudo uma prova do trabalho e do comprometimento do governador Raimundo Colombo com todos nós lá do sul.

Agradeço também o projeto que recupera o acesso do município de Passo de Torres até a BR-101. E nos próximos dias estaremos entregando a ordem de serviço para a recuperação da rodovia que liga a cidade de Jacinto Machado até o município de Ermo e outra ordem de serviço que vai recuperar a rodovia SC-449, que liga Araranguá até Meleiro, que hoje causa acidentes e será recuperada pelo governo do estado.

Vocês de Timbé do Sul que aqui estão saibam que estivemos há dias acompanhando a Senadora Ideli Salvatti, com o superintendente estadual do Denit, João José, também fruto de uma luta dos vereadores, da sociedade de Timbé do Sul, dos deputados como este que aqui está falando, eis que ajudamos a construir aquele projeto para a pavimentação da Serra da Rocinha, a BR-285.

O processo licitatório já foi lançado. E no dia 02 de abril conheceremos a empresa vencedora. Será uma obra histórica. E vai sem dúvida nenhuma começar uma nova página na qualidade de vida, no desenvolvimento social e econômico da cidade de Timbé do Sul e de todo o sul de Santa Catarina, interligando mais de 700 quilômetros de estrada ao nosso litoral, trazendo novas oportunidades de negócios para a população.

Por isso, o sul está comemorando. Vamos agora, nos próximos meses, ver aberto no Hospital São José de Criciúma mais 20 leitos de UTI, fruto também do nosso trabalho e de tantas outras lideranças aqui do sul.

Está aqui o deputado Valmir Comin que também tem lutado muito por essas bandeiras, juntamente com o deputado Joares Ponticelli que agora preside esta Casa, para ver aumentado e ampliado os serviços do Hospital São José, com novas clínicas se estabelecendo, clínicas de alta complexidade, e com isso melhorando a qualidade do atendimento daquele hospital a toda região do sul de Santa Catarina, num investimento de mais R\$ 12 milhões, para melhorar a saúde do sul do estado.

Quero aqui, como deputado do sul, citar essas realizações e dizer que outras lutas também estão sendo impostas para novas conquistas para o sul e a nossa gente.

No mais, é só agradecer e solidarizarmos-nos com a nossa polícia catarinense pelo trabalho que tem feito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, é muito prudente mais essa abordagem do deputado José Milton Scheffer com referência à questão de segurança que Santa Catarina enfrenta. Uma situação complicada. E acho importante a participação do governo federal dando apoio com vagas para presos, na transferência de presos para presídios federais em outros estados.

A Força Nacional na verdade é uma força composta por policiais civis e militares do Brasil. E não é nenhuma força especial. Os nossos policiais são tão bem qualificados quanto os integrantes da Força Nacional.

O que ocorreu? O governo federal em situações críticas em nível de Brasil não dispunha de um efetivo para atender, para dar um apoio a algum estado, em alguma situação mais delicada. E através da secretaria da Segurança do estado selecionou policiais em todo o Brasil e fez um treinamento com esses policiais.

Então, temos policiais catarinenses, paranaenses, gaúchos, de todos os estados, compondo a chamada Força Nacional. São policiais que ficam exercendo suas atividades nos seus estados e quando necessário são

convocados para alguma ação em algum estado, algum local onde aquela força seja solicitada ou que entenda o governo federal, o Ministério da Justiça, encaminhar.

Então, quero dizer isso porque temos que valorizar os nossos policiais. Os policiais militares, civis, catarinenses, que estão envolvidos neste trabalho de combate à criminalidade são policiais competentes, tão competentes quanto os policiais civis e militares catarinenses que temos aqui atuando. E a vinda da Força Nacional seria um reforço em número de efetivo e não tanto em qualidade. Mas entendo que isso seja importante.

O problema mais grave é a questão do sistema prisional. E acho que dentro desse sistema algumas questões têm que serem revistas, já que daí tem surgido todo o foco de problemas com essas ocorrências. Preso tem que ser tratado com respeito, com dignidade.

Eu nunca concordei em todo o tempo de polícia e como ser humano, deputado Ismael dos Santos, com qualquer tipo de arbitrariedade, de violência. Mas tem-se que agir com rigor necessário para o cumprimento da pena.

A separação da secretaria da Justiça da secretaria da Segurança Pública trouxe a montagem desse grupo de policiais para atuar em conflitos dentro da secretaria de Justiça.

Na inauguração do presídio de Chapecó, alguns componentes desse grupo, dessa força tática, estavam presentes e perfilhados. E fui cumprimentá-los, porque são todos agentes de Polícia que conheço. Mas infelizmente existem pessoas que quando passam a compor algum grupo especial se transformam, passam a ser diferentes, superiores aos outros. Esses agentes eram pessoas amáveis, tranquilas, mas estavam nesse dia parecendo robocop, parecendo super-homens. Por isso, temos que ter cuidado na formação desses agentes, eles têm que saber que continuam sendo o mesmo profissional, o mesmo ser humano, a mesma pessoa.

Eu sei que existe um cuidado com relação ao treinamento do policial militar. Quando têm o PPP, as Forças Táticas, existe a preocupação em mostrar autoridade, a forma como os agentes têm que agir, porque vivem situações anormais. Não é uma atuação do dia a dia, é sempre uma atuação mais grave, mas eles têm que saber que continuam sendo a mesma pessoa, o mesmo ser humano.

Então, esse fato ocorrido no presídio de Joinville tem que ser estudado, tem que ser revisto. Esse grupo de agentes tem que saber que não pode agir como um grupo acima da lei e da ordem. Eu não sei se foi isso que aconteceu, mas estou falando no que eu vi. Eu sempre me preocupei com a formação dos policiais em Santa Catarina. O policial tem que saber que a autoridade está revestida em nome do estado. A arma, a carteira que passam a usar têm que servir para o bem-estar da população, pois o cidadão tem que ser tratado com respeito. Existem pessoas que colocam uma carteira no bolso e uma arma na cinta e transformam-se.

Então, são questões para se repensar neste momento e também o que temos que fazer, ver os caminhos que estão certos e rever os caminhos que estão errados.

O deputado José Milton Scheffer falou na tribuna sobre o episódio lamentável da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, um fato para se repensar não só nos estabelecimentos de lazer, nas boates, porque quando temos um barco que acaba afundando e temos vítimas, vamos estudar a questão da legalidade de como agir com cuidado no barco. Quando temos um acidente com coletivo, vamos estudar os motivos. Esses exemplos, essas tragédias, têm que servir para todas as áreas de trabalho do ser humano, dos cuidados que temos que ter.

Nesse episódio de Santa Maria sentimos de perto, porque as quatro jovens de Santa Catarina que morreram são filhas de famílias que conhecemos, uma é filha do nosso amigo Beto Fiorini, de São Miguel d'Oeste, outra é filha do dr. Rogério Darif, dentista.

Uma semana antes do ocorrido, deputado Ismael dos Santos, conversando pelo MSN ele me disse que queria passar alguns dias com a família em Balneário Camboriú e queria saber de um bom hotel para se hospedar. Como sou daquela região, pediu-me para indicar um bom hotel. E uma semana depois aquele pai, aquela família foi vítima dessa tragédia.

Então, temos que repensar sobre essa questão da segurança. Se algum dia aquela boate recebeu alvará ele foi concedido de forma irresponsável por quem lida com segurança pública. Quem ia lá vistoriar o local não era o bombeiro, era o policial, mas também eram analisadas as questões de segurança, pois lá é um labirinto.

Na verdade, o local onde havia a maior aglomeração de pessoas era numa parte final do prédio e para sair daquele local a pessoa tinha que passar por outras salas, por outras divisórias, com uma única saída estreita no outro lado do estabelecimento. V.Exas. podem imaginar o horror que foi aquela noite na boate, com aquela fumaça, com a luz apagada. Não precisava nem ter ocorrido o incêndio. Bastaria somente um tumulto, porque se alguém gritasse que havia um incêndio e apagasse a luz já haveria vítimas fatais naquele local, pois na saída alguém já poderia ter sido pisoteado, ter sofrido lesões ou até ter morrido.

Então, todas essas questões de segurança têm que ser revistas não somente nas casas noturnas.

Voltando à questão de Santa Catarina, quero reafirmar o momento importante, o posicionamento forte do governador Raimundo Colombo tomando à frente, anunciando as medidas, buscando soluções, apesar de todo o trabalho, de toda a confiança naqueles que comandam os organismos de segurança.

É um problema de Santa Catarina, em que o governador tem estado à frente, tem tomado as ações, as atitudes necessárias e tem dado condições para que os organismos de segurança possam dar a resposta.

É importante que a população participe, porque como são atentados aleatórios o disque-denúncia, a informação é muito importante e é um problema de todos, então, todos têm que estar nessa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso palavra, antes de encerrarmos a presente sessão convocamos outra, ordinária, para quarta-feira de Cinzas, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 033, de 13 de fevereiro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **CLAUDIANE BLEYER REMOR BORGESAN**, matrícula nº 1293, da função Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (Gap Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 034, de 13 de fevereiro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **IVENS ANTONIO SCHERER**, matrícula nº 1678, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 746

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a Vossas

DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
Recursos de Todas as Fontes

Excelências que decidi vetar parcialmente, por ser contrário ao interesse público, o autógrafo do Projeto de Lei nº 0311/2012, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013”.

Ouvida, a Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 5º

“Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos previstos no presente Título, observada a programação constante no Anexo Único desta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00	ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
	1 Administração Direta			
1.1	Assembleia Legislativa do Estado	420.877.213	21.200.197	442.077.410
1.2	Tribunal de Contas do Estado	152.520.320	7.803.177	160.323.497
1.3	Tribunal de Justiça do Estado	1.108.565.167	43.763.599	1.152.328.766
1.4	Fundo de Reparamento da Justiça	7.500.000	187.000.000	194.500.000
1.5	Ministério Público	391.979.686	18.379.772	410.359.458
1.6	Fundo para Reconstituição de Bens Lesados		3.206.879	3.206.879
1.7	Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC		74.998	74.998
1.8	Fundo Especial de Modernização e Reparamento do Ministério Público	22.908.906	28.890.134	51.799.040
1.9	Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	12.000.000		12.000.000
1.10	Fundo de Melhoria da Polícia Civil	333.329.189		333.329.189
1.11	Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	176.049.302		176.049.302
1.12	Fundo para Melhoria da Segurança Pública	248.646.402	50.232.959	298.879.361
1.13	Fundo de Melhoria da Polícia Militar	803.257.319	2.140.401	805.397.720
1.14	Secretaria de Estado do Planejamento	10.014.368		10.014.368
1.15	Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	18.766.180	12.000.001	30.766.181
1.16	Fundo Estadual de Incentivo à Cultura		19.170.093	19.170.093
1.17	Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo		34.940.148	34.940.148
1.18	Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte		20.140.130	20.140.130
1.19	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	106.309.392	3.696.600	110.005.992
1.20	Fundo Estadual de Assistência Social	6.118.064	15.401.453	21.519.517
1.21	Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	10.000		10.000
1.22	Fundo para a Infância e Adolescência	800.000	680.264	1.480.264
1.23	Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária	40.000		40.000
1.24	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	19.862.498		19.862.498
1.25	Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	1.029.452	917.784	1.947.236
1.26	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	30.313.868	48.073	30.361.941
1.27	Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	1.941.424		1.941.424
1.28	Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	13.268.921		13.268.921
1.29	Secretaria de Estado da Casa Civil	44.165.079		44.165.079
1.30	Procuradoria-Geral do Estado	100.029.496		100.029.496
1.31	Secretaria Executiva de Articulação Nacional	3.659.885		3.659.885
1.32	Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	4.273.384		4.273.384
1.33	Secretaria de Estado de Comunicação	84.208.994		84.208.994

1.34	Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento		9.144.995	9.144.995
1.35	Fundo de Desenvolvimento Social		71.767.906	71.767.906
1.36	Gabinete do Vice-Governador do Estado	4.277.405		4.277.405
1.37	Procuradoria-Geral Junto ao Tribunal de Contas	14.275.391		14.275.391
1.38	Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	25.839.841		25.839.841
1.39	Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina		1.164.364	1.164.364
1.40	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	29.670.000	39.767.816	69.437.816
1.41	Fundo Estadual de Sanidade Animal	1.446.393		1.446.393
1.42	Secretaria de Estado da Educação	2.996.355.054	51.349.615	3.047.704.669
1.43	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC		40.646.400	40.646.400
1.44	Secretaria de Estado da Administração	120.241.153		120.241.153
1.45	Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais		78.744.898	78.744.898
1.46	Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais		393.570.658	393.570.658
1.47	Fundo Patrimonial		22.218.300	22.218.300
1.48	Fundo Estadual de Saúde	1.770.873.339	610.695.631	2.381.568.970
1.49	Secretaria de Estado da Fazenda	312.717.533		312.717.533
1.50	Encargos Gerais do Estado	2.077.655.406		2.077.655.406
1.51	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina		1.097.200	1.097.200
1.52	Fundo de Esforço Fiscal	38.264.600		38.264.600
1.53	Fundo Pró-Emprego		12.010.721	12.010.721
1.54	Secretaria de Estado da Infraestrutura	116.439.526		116.439.526
1.55	Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville		613.939	613.939
1.56	Fundo Rotativo da Penitenciária Sul		211.690	211.690
1.57	Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba		513.402	513.402
1.58	Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis		1.433.232	1.433.232
1.59	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó		1.504.266	1.504.266
1.60	Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	333.505.026	103.645.800	437.150.826
1.61	Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis		234.715	234.715
1.62	Fundo Especial da Defensoria Dativa		22.000.000	22.000.000
1.63	Secretaria de Estado da Defesa Civil	3.251.320		3.251.320
1.64	Fundo Estadual da Defesa Civil	7.195.251	16.031.563	23.226.814
1.65	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	5.267.857	279.936	5.547.793
1.66	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	4.251.237	281.841	4.533.078
1.67	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	5.632.407	273.132	5.905.539
1.68	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	6.233.967	313.546	6.547.513
1.69	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	6.346.192	284.291	6.630.483
1.70	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	5.585.422	402.674	5.988.096
1.71	Reserva de Contingência	1.000.000		1.000.000
1.72	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	7.871.916	400.000	8.271.916
1.73	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	7.817.465	262.519	8.079.984
1.74	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	6.239.870	250.000	6.489.870
1.75	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	36.126.651	513.607	36.640.258
1.76	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	10.403.973	455.926	10.859.899
1.77	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	7.437.102	406.804	7.843.906
1.78	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	11.738.339	457.151	12.195.490
1.79	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	6.639.020	451.708	7.090.728

1.80	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	6.391.582	413.607	6.805.189
1.81	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	8.171.218	486.815	8.658.033
1.82	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibaanos	6.118.499	468.308	6.586.807
1.83	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	7.932.748	429.256	8.362.004
1.84	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	7.624.287	385.801	8.010.088
1.85	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	8.730.301	259.117	8.989.418
1.86	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	11.104.928	500.000	11.604.928
1.87	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	9.154.910	537.161	9.692.071
1.88	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	13.715.159	500.000	14.215.159
1.89	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	44.798.741	900.013	45.698.754
1.90	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	10.243.658	531.447	10.775.105
1.91	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	11.380.185	496.068	11.876.253
1.92	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	16.705.617	607.089	17.312.706
1.93	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	11.188.765	502.326	11.691.091
1.94	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	17.403.972	820.410	18.224.382
1.95	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	10.188.139	417.009	10.605.148
1.96	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	12.256.775	563.288	12.820.063
1.97	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	8.233.627	530.222	8.763.849
1.98	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	12.824.014	530.072	13.354.086
1.99	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	6.267.304	288.100	6.555.404
1.100	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	6.816.104	286.740	7.102.844
1.101	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira 2 Autarquia	6.117.395	264.016	6.381.411
2.1	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina		18.140.598	18.140.598
2.2	Instituto de Metrologia de Santa Catarina	1.476.341	25.000.000	26.476.341
2.3	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina	2.437.003	585.831	3.022.834
2.4	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina	4.967.433		4.967.433
2.5	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	43.334.183	1.422.165	44.756.348
2.6	Fundo Previdenciário		90.690.616	90.690.616
2.7	Fundo Financeiro	1.335.803.535	1.315.853.272	2.651.656.807
2.8	Departamento de Transportes e Terminais		27.795.297	27.795.297
2.9	Departamento Estadual de Infraestrutura	809.845.749	138.000.000	947.845.749
2.10	Administração do Porto de São Francisco do Sul		45.641.800	45.641.800
3 Empresa Estatal Dependente				
3.1	Santa Catarina Turismo S.A.	5.100.077	14.000.000	19.100.077
3.2	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A.	13.413.762	13.889.603	27.303.365
3.3	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	142.818.527	31.698.581	174.517.108
3.4	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	237.774.955	28.174.987	265.949.942
4 Fundação				
4.1	Fundação Catarinense de Esporte	3.942.850	24.229.487	28.172.337
4.2	Fundação Catarinense de Cultura	11.513.551	13.911.671	25.425.222
4.3	Fundação do Meio Ambiente	17.259.141	25.041.020	42.300.161
4.4	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	108.216.640	26.637.143	134.853.783
4.5	Fundação Catarinense de Educação Especial	152.991.000	18.649.000	171.640.000
4.6	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	259.127.204	18.554.356	277.681.560
4.7	Fundação Escola de Governo (ENA)	2.126.415	1.000.000	3.126.415
TOTAL		15.508.559.459	3.842.719.200	19.351.278.659

Razão do veto

"As emendas 315 e 332, que sugerimos veto, alteram a distribuição da despesa por Órgão/Unidade Orçamentária, apresentada

no quadro 'Despesa por Órgão/Unidade Orçamentária - Recursos de Todas as Fontes'."

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
276	012411	Construção da Penitenciária de Imaruí - SJC	012314	Construção de unidade prisional avançada - SDR - Mafra	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
298	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	012226	Reabilitação da SC-280 ligando Canoinhas - Porto União - BR-153	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
301	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	002325	Reabilitação da SC-477, trecho Canoinhas - Major Vieira - BR-116	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
323	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	012220	Reabilitação da SC-472, trecho Itapiranga - Iporã do Oeste	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
331	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	002255	Reabilitação/aumento capacidade SC-486, trecho BR-101 - Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
334	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	012628	Revitalização Recuperação e Aumento da Capacidade da Rodovia SC-469 - SDR Maravilha	500.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razões do veto

"Emendas 276, 298, 301, 323, 331 e 334: subações deduzidas são pertencentes ao Programa Caminhos do Desenvolvimento - Programa 100, fonte 0191 - Operações de Crédito

Internas, cuja programação está inserida nos documentos enviados ao BNDES, caracterizando, portanto, recursos vinculados. Por outro lado, as subações acrescidas não fazem parte do Programa Caminhos do Desenvolvimento e, portanto, não estão inseridas no contrato firmado."

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
315	012616	Construção, reforma e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	012384	Constr, reforma e ampl Centros de Referência de Assistencial Social - CRAS - SDR - Gde Florianópolis	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razões do veto

"Emenda 315: subação deduzida pertence ao Programa Acelera Santa Catarina - Programa 101, fonte 0191 - Operações de Crédito Internas, cuja programação está inserida nos documentos

enviados ao BNDES, caracterizando, portanto, recursos vinculados. Por outro lado, a subação acrescida não faz parte do Programa Acelera Santa Catarina e, portanto, não está inserida no contrato firmado."

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
282	000236	Projetos de reabilitação e aumento de capacidade de rodovias - DEINFRA	012175	Pavimentação entre a SC-411 e SC-470, trecho Bairro Macuco	500.000,00	Prioridade da Audiência Pública - 2012
309	011328	Adequação e aquisição de equipamentos para a atenção a média e alta complexidade	012370	Construção de centro de oncologia e pediatria no hospital infantil Santa Catarina - SDR - Criciúma	500.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
332	008575	Apoio ao sistema viário estadual - SIE	012268	Apoio ao sistema viário rural - SDR - São Miguel do Oeste	1.000.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
333	000550	Melhoria e manutenção subestação alta tensão	012632	Construção de Subestação de Energia Elétrica - SDR Maravilha	2.000.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razão do veto

"Emendas 282, 309, 332 e 333: impossível efetuar a alteração proposta nas referidas emendas, pois os valores das

subações acrescidas são superiores aos observados no PPA 2012-2015, em vigor. Salienta-se que, conforme a legislação vigente, deve existir compatibilidade entre o Plano Plurianual e o Orçamento Anual."

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
285	11490	Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	12080	Construção de unidades escolares para o ensino básico - SDR - Joinville	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública - 2012
307	11490	Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	12389	Construção de centro tecnológico para a escola Jurema - SDR - Quilombo	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

308	11490	Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	12279	Construção de escola de ensino fundamental São Luiz em União do Oeste - SDR - Quilombo	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
325	3176	Fomento às atividades de extensão - UDESC	12099	Expansão da UDESC para Joaçaba	50.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razão do veto

"Emendas 285, 307, 308 e 325: impossível efetuar a alteração proposta nas referidas emendas, pois os valores das subações acrescidas não possuem fonte de recursos correspondente no PPA 2012-2015, em vigor. Salienta-se que, conforme a legislação vigente, deve existir compatibilidade entre o Plano Plurianual e o Orçamento Anual."

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2012
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
Ofício nº 1.081/12 GABS/DIOR

Florianópolis, 21 de dezembro de 2012

Ao Ilustríssimo Senhor
Derly Massaud de Anuniação

Digníssimo Secretário de Estado da Casa Civil

Nesta

Senhor Secretário,

Após exame do autógrafa do Projeto de Lei nº 0311.2/2012, de origem governamental, que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013", cumpre-nos chegar à presença de Vossa Excelência para sugerir a **sanção parcial**, em conformidade com o disposto no "caput" do artigo 54 da Constituição Estadual.

As emendas que sugerimos vetos, por contrariedade ao interesse público, são:

Art. 5º

"Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos previstos no presente Título, observada a programação constante no Anexo Único desta Lei apresenta o seguinte desdobramento: (...)".

Razões dos Vetos:

As emendas, 315 e 332, que sugerimos veto, alteram a Distribuição da Despesa por Órgão/Unidade Orçamentária, apresentada no quadro "**DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - Recursos de Todas as Fontes**"

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
276	012411	Construção da Penitenciária de Imaruí - SJC	012314	Construção de unidade prisional avançada - SDR - Mafra	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
298	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	012226	Reabilitação da SC-280 ligando Canoinhas - Porto União - BR-153	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
301	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	002325	Reabilitação da SC-477, trecho Canoinhas - Major Vieira - BR-116	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
323	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	012220	Reabilitação da SC-472, trecho Itapiranga - Iporã do Oeste	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
331	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	002255	Reabilitação/aumento capacidade SC-486, trecho BR-101 - Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
334	000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	012628	Revitalização Recuperação e Aumento da Capacidade da Rodovia SC-469 - SDR Maravilha	500.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razões dos Vetos:

Emendas 298, 301, 323, 331, 334 e 276 - Subações deduzidas são pertencentes ao Programa Caminhos do Desenvolvimento - Programa 100, fonte 0191 - Operações de Crédito

Internas, cuja programação está inserida nos documentos enviados ao BNDES, caracterizando, portanto, recursos vinculados. Por outro lado, as subações acrescidas não fazem parte do Programa Caminhos do Desenvolvimento e portanto não estão inseridas no Contrato firmado.

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
315	012616	Construção, reforma e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	012384	Constr. reforma e ampl. Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - SDR - Gde Florianópolis	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razão do Veto:

Emenda 315 - Subação deduzida pertence ao Programa Acelera Santa Catarina - Programa 101, fonte 0191- Operações de Crédito Internas, cuja programação está inserida nos documentos

enviados ao BNDES, caracterizando, portanto, recursos vinculados. Por outro lado, a subação acrescida não faz parte do Programa Acelera Santa Catarina e portanto não estão inseridas no Contrato firmado.

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
282	000236	Projetos de reabilitação e aumento de capacidade de rodovias - DEINFRA	012175	Pavimentação entre a SC-411 e SC-470, trecho Bairro Macuco	500.000,00	Prioridade da Audiência Pública - 2012
309	011328	Adequação e aquisição de equipamentos para a atenção a média e alta complexidade	012370	Construção de centro de oncologia e pediatria no hospital infantil Santa Catarina - SDR - Criciúma	500.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

332	008575	Apoio ao sistema viário estadual - SIE	012268	Apoio ao sistema viário rural - SDR - São Miguel do Oeste	1.000.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
333	000550	Melhoria e manutenção subestação alta tensão	012632	Construção de Subestação de Energia Elétrica - SDR Maravilha	2.000.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razões dos Vetos:

Emendas 282, 309, 332 e 333 - Impossível efetuar a alteração proposta nas referidas emendas, pois os valores das subações acrescidas são superiores aos observados no PPA

2012/2015, em vigor. Salieta-se que, conforme legislação, deve existir compatibilidade entre o Plano Plurianal e o Orçamento Anual.

Programações constantes do Anexo Único - Ações incluídas na LOA 2013

Número da Emenda	Subação Deduzida		Subação Acrescida		Valor	Justificativa da Emenda
285	11490	Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	12080	Construção de unidades escolares para o ensino básico - SDR - Joinville	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública - 2012
307	11490	Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	12389	Construção de centro tecnológico para a escola Jurema - SDR - Quilombo	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
308	11490	Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	12279	Construção de escola de ensino fundamental São Luiz em União do Oeste - SDR - Quilombo	300.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012
325	3176	Fomento às atividades de extensão - UDESC	12099	Expansão da UDESC para Joaçaba	50.000,00	Prioridade da Audiência Pública Regional de 2012

Razões dos Vetos:

Emendas 285, 307, 308 e 325 - Impossível efetuar a alteração proposta nas referidas emendas, pois os valores das subações acrescidas não possuem fonte de recursos correspondentes no PPA 2012/2015, em vigor. Salieta-se que, conforme legislação, deve existir compatibilidade entre o Plano Plurianal e o Orçamento Anual.

Essas, Senhor Secretário, as razões que me levaram a sugerir vetos aos dispositivos acima mencionados.

Atenciosamente,

Nelson Antônio Serpa
Secretário de Estado da Fazenda
AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 0311.2/2012

Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração estadual direta e indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos, entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público, vinculados à Seguridade Social; e

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS**Recursos de Todas as Fontes**

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ 1,00	
	VALOR	%
1 - RECEITA DO TESOUREO		
1.1 - RECEITAS CORRENTES	20.645.359.441	106,69
1.1.1 - Receitas Tributárias	16.418.085.971	84,84
1.1.2 - Receita Patrimonial	328.397.905	1,70
1.1.3 - Receita de Serviços	1.011.762	0,01
1.1.4 - Transferências Correntes	3.667.668.252	18,95
1.1.5 - Outras Receitas Correntes	230.195.551	1,19
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	1.550.408.626	8,01
1.2.1 - Operações de Crédito	1.547.634.230	8,00
1.2.2 - Transferências de Capital	2.774.396	0,01
1.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-6.687.208.608	-34,56
1.3.1 - Deduções da Receita Tributária	-6.328.095.150	-32,70
1.3.2 - Transferências Correntes	-303.425.475	-1,57
1.3.3 - Outras Deduções	-55.687.983	-0,29
TOTAL DA RECEITA DO TESOUREO	15.508.559.459	80,14

2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
2.1 - RECEITAS CORRENTES	2.827.327.920	14,61
2.1.1 - Receita de Contribuições	510.171.312	2,64
2.1.2 - Receita Patrimonial	108.317.588	0,56
2.1.3 - Receita Agropecuária	1.664.760	0,01
2.1.4 - Receita Industrial	8.816.246	0,05
2.1.5 - Receita de Serviços	391.814.593	2,02
2.1.6 - Transferências Correntes	1.497.621.252	7,74
2.1.7 - Outras Receitas Correntes	308.922.169	1,60
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	134.518.543	0,69
2.2.1 - Alienação de Bens	29.117.877	0,15
2.2.2 - Amortização de Empréstimos	55.400.666	0,29
2.2.3 - Transferências de Capital	50.000.000	0,26
2.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-163.102.609	-0,84
2.3.1 - Dedução da Receita de Contribuições	-2.194.400	-0,01
2.3.2 - Dedução da Receita de Serviços	-53.074	0,00
2.3.3 - Transferências Correntes	-160.851.213	-0,83
2.3.4 - Outras Deduções	-3.922	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES	2.798.743.854	14,46
3 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
3.1 - RECEITAS CORRENTES	1.042.952.267	5,39
3.1.1 - Receita de Contribuições	838.214.018	4,33
3.1.2 - Receita Patrimonial	403.858	0,00
3.1.3 - Receita Industrial	4.114.500	0,02
3.1.4 - Receita de Serviços	164.633.844	0,85
3.1.5 - Outras Receitas Correntes	35.586.047	0,18
3.2 - RECEITAS DE CAPITAL	1.023.079	0,00
3.2.1 - Outras Receitas de Capital	1.023.079	0,01
TOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.043.975.346	5,39
TOTAL	19.351.278.659	100,00

CAPÍTULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Seção I
Da Despesa Total

Art. 4º A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 19.351.278.659,00 (dezenove bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta e nove reais), desdobrada segundo os orça-

mentos, as categorias econômicas e os grupos de despesas a seguir especificados:

I - R\$ 13.699.682.732,00 (treze bilhões, seiscentos e noventa e nove milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e setecentos e trinta e dois reais), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 5.651.595.927,00 (cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e novecentos e vinte e sete reais), do Orçamento da Seguridade Social.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA
E GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%	Em R\$ 1,00
1 - Despesas Correntes	15.464.480.597		79,91
1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.958.636.657		46,29
1.2 - Juros e Encargos da Dívida	667.050.000		3,45
1.3 - Outras Despesas Correntes	5.838.793.940		30,17
2 - Despesas de Capital	3.797.639.739		19,63
2.1 - Investimentos	2.496.152.027		12,09
2.2 - Inversões Financeiras	229.721.474		1,19
2.3 - Amortização da Dívida	1.071.766.238		5,54
3 - Reserva de Contingência	89.158.323		0,46
3.1 - Reserva de Contingência RPPS	88.158.323		0,45
3.2 - Reserva de Contingência	1.000.000		0,01
TOTAL	19.351.278.659		100,00

Seção II

Da Distribuição da Despesa por Órgão/Unidade Orçamentária

Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos previstos no

DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Recursos de Todas as Fontes

presente Título, observada a programação constante no Anexo Único desta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL	Em R\$ 1,00
1 Administração Direta				
1.1 Assembleia Legislativa do Estado	420.877.213	21.200.197	442.077.410	
1.2 Tribunal de Contas do Estado	152.520.320	7.803.177	160.323.497	
1.3 Tribunal de Justiça do Estado	1.108.565.167	43.763.599	1.152.328.766	
1.4 Fundo de Reaparelhamento da Justiça	7.500.000	187.000.000	194.500.000	
1.5 Ministério Público	391.979.686	18.379.772	410.359.458	
1.6 Fundo para Reconstituição de Bens Lesados		3.206.879	3.206.879	
1.7 Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC		74.998	74.998	
1.8 Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	22.908.906	28.890.134	51.799.040	
1.9 Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	12.000.000		12.000.000	
1.10 Fundo de Melhoria da Polícia Civil	333.329.189		333.329.189	
1.11 Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	176.049.302		176.049.302	

1.12	Fundo para Melhoria da Segurança Pública	248.646.402	50.232.959	298.879.361
1.13	Fundo de Melhoria da Polícia Militar	803.257.319	2.140.401	805.397.720
1.14	Secretaria de Estado do Planejamento	10.014.368		10.014.368
1.15	Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	18.766.180	12.000.001	30.766.181
1.16	Fundo Estadual de Incentivo à Cultura		19.170.093	19.170.093
1.17	Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo		34.940.148	34.940.148
1.18	Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte		20.140.130	20.140.130
1.19	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	94.150.856	3.696.600	97.847.456
1.20	Fundo Estadual de Assistência Social	18.276.600	15.401.453	33.678.053
1.21	Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	10.000		10.000
1.22	Fundo para a Infância e Adolescência	800.000	680.264	1.480.264
1.23	Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária	40.000		40.000
1.24	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	19.862.498		19.862.498
1.25	Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	1.029.452	917.784	1.947.236
1.26	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	30.313.868	48.073	30.361.941
1.27	Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	1.941.424		1.941.424
1.28	Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	13.268.921		13.268.921
1.29	Secretaria de Estado da Casa Civil	44.165.079		44.165.079
1.30	Procuradoria-Geral do Estado	100.029.496		100.029.496
1.31	Secretaria Executiva de Articulação Nacional	3.659.885		3.659.885
1.32	Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	4.273.384		4.273.384
1.33	Secretaria de Estado de Comunicação	84.208.994		84.208.994
1.34	Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento		9.144.995	9.144.995
1.35	Fundo de Desenvolvimento Social		71.767.906	71.767.906
1.36	Gabinete do Vice-Governador do Estado	4.277.405		4.277.405
1.37	Procuradoria-Geral Junto ao Tribunal de Contas	14.275.391		14.275.391
1.38	Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	25.839.841		25.839.841
1.39	Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina		1.164.364	1.164.364
1.40	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	29.670.000	39.767.816	69.437.816
1.41	Fundo Estadual de Sanidade Animal	1.446.393		1.446.393
1.42	Secretaria de Estado da Educação	2.996.355.054	51.349.615	3.047.704.669
1.43	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC		40.646.400	40.646.400
1.44	Secretaria de Estado da Administração	120.241.153		120.241.153
1.45	Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais		78.744.898	78.744.898
1.46	Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais		393.570.658	393.570.658
1.47	Fundo Patrimonial		22.218.300	22.218.300
1.48	Fundo Estadual de Saúde	1.770.873.339	610.695.631	2.381.568.970
1.49	Secretaria de Estado da Fazenda	312.717.533		312.717.533
1.50	Encargos Gerais do Estado	2.077.655.406		2.077.655.406
1.51	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina		1.097.200	1.097.200
1.52	Fundo de Esforço Fiscal	38.264.600		38.264.600
1.53	Fundo Pró-Emprego		12.010.721	12.010.721
1.54	Secretaria de Estado da Infraestrutura	116.439.526		116.439.526
1.55	Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville		613.939	613.939
1.56	Fundo Rotativo da Penitenciária Sul		211.690	211.690
1.57	Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba		513.402	513.402
1.58	Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis		1.433.232	1.433.232
1.59	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó		1.504.266	1.504.266
1.60	Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	333.505.026	103.645.800	437.150.826
1.62	Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis		234.715	234.715
1.62	Fundo Especial da Defensoria Dativa		22.000.000	22.000.000
1.63	Secretaria de Estado da Defesa Civil	3.251.320		3.251.320
1.64	Fundo Estadual da Defesa Civil	7.195.251	16.031.563	23.226.814
1.65	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	5.267.857	279.936	5.547.793
1.66	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	4.251.237	281.841	4.533.078
1.67	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	5.632.407	273.132	5.905.539
1.68	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	6.233.967	313.546	6.547.513
1.69	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	6.346.192	284.291	6.630.483
1.70	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	5.585.422	402.674	5.988.096
1.71	Reserva de Contingência	1.000.000		1.000.000
1.72	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	7.871.916	400.000	8.271.916
1.73	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	7.817.465	262.519	8.079.984
1.74	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	6.239.870	250.000	6.489.870
1.75	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	36.126.651	513.607	36.640.258
1.76	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	10.403.973	455.926	10.859.899
1.77	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	7.437.102	406.804	7.843.906
1.78	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	11.738.339	457.151	12.195.490
1.79	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	6.639.020	451.708	7.090.728
1.80	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	6.391.582	413.607	6.805.189
1.81	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	8.171.218	486.815	8.658.033
1.82	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitiba	6.118.499	468.308	6.586.807
1.83	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	7.932.748	429.256	8.362.004
1.84	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	7.624.287	385.801	8.010.088

1.85	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	8.730.301	259.117	8.989.418
1.86	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	11.104.928	500.000	11.604.928
1.87	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	9.154.910	537.161	9.692.071
1.88	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	13.715.159	500.000	14.215.159
1.89	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	44.798.741	900.013	45.698.754
1.90	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	10.243.658	531.447	10.775.105
1.91	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	11.380.185	496.068	11.876.253
1.92	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	16.705.617	607.089	17.312.706
1.93	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	11.188.765	502.326	11.691.091
1.94	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	17.403.972	820.410	18.224.382
1.95	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	10.188.139	417.009	10.605.148
1.96	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	12.256.775	563.288	12.820.063
1.97	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	8.233.627	530.222	8.763.849
1.98	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	12.824.014	530.072	13.354.086
1.99	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	6.267.304	288.100	6.555.404
1.100	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	6.816.104	286.740	7.102.844
1.101	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	6.117.395	264.016	6.381.411
2	Autarquia			
2.1	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina		18.140.598	18.140.598
2.2	Instituto de Metrologia de Santa Catarina	1.476.341	25.000.000	26.476.341
2.3	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina	2.437.003	585.831	3.022.834
2.4	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina	4.967.433		4.967.433
2.5	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	43.334.183	1.422.165	44.756.348
2.6	Fundo Previdenciário		90.690.616	90.690.616
2.7	Fundo Financeiro	1.335.803.535	1.315.853.272	2.651.656.807
2.8	Departamento de Transportes e Terminais		27.795.297	27.795.297
2.9	Departamento Estadual de Infraestrutura	809.845.749	138.000.000	947.845.749
2.10	Administração do Porto de São Francisco do Sul		45.641.800	45.641.800
3	Empresa Estatal Dependente			
3.1	Santa Catarina Turismo S.A.	5.100.077	14.000.000	19.100.077
3.2	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A.	13.413.762	13.889.603	27.303.365
3.3	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	142.818.527	31.698.581	174.517.108
3.4	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	237.774.955	28.174.987	265.949.942
4	Fundação			
4.1	Fundação Catarinense de Esporte	3.942.850	24.229.487	28.172.337
4.2	Fundação Catarinense de Cultura	11.513.551	13.911.671	25.425.222
4.3	Fundação do Meio Ambiente	17.259.141	25.041.020	42.300.161
4.4	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	108.216.640	26.637.143	134.853.783
4.5	Fundação Catarinense de Educação Especial	152.991.000	18.649.000	171.640.000
4.6	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	259.127.204	18.554.356	277.681.560
4.7	Fundação Escola de Governo (ENA)	2.126.415	1.000.000	3.126.415
TOTAL		15.508.559.459	3.842.719.200	19.351.278.659

Seção III

Da Aplicação de Recursos Públicos em Ações e Serviços Públicos de Saúde e na Manutenção e no Desenvolvimento do Sistema de Ensino

Art. 6º O Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 1.582.887.383,00 (um bilhão, quinhentos e

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

(Art. 77 do ADCT da Constituição da República)

oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e trezentos e oitenta e três reais), que corresponde a 12% (doze por cento) das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ 1,00
1 - RECEITA TOTAL ESTIMADA	13.190.580.175
1.1 - Impostos	11.873.008.887
1.1.1 - ITBI	316
1.1.2 - IRRF	721.441.625
1.1.3 - IPVA	613.105.612
1.1.4 - ITCMD	119.975.585
1.1.5 - ICMS - Estadual	10.418.485.749
1.2 - Transferências Federais	1.223.911.767
1.2.1 - Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores	175.929.367
1.2.2 - Transferências Financeiras - LC nº 87, de 1996 (Lei Kandir)	59.586.888
1.2.3 - Cota-Parte FPE - Linha Estado	988.395.512
1.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	75.811.243
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	9.795.595
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	8.052.683
2 - PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12,00%
3 - VALOR MÍNIMO A APLICAR	1.582.869.621
4 - PERCENTUAL FIXADO	12,00%
5 - TOTAL DA DESPESA FIXADA	1.582.887.383
5.1.1 - Fundo Estadual de Saúde (Unidade Orçamentária)	1.582.887.383
5.1.1.1 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD (Fonte 0.100)	1.582.887.383

Art.7º O Estado aplicará na manutenção e no desenvolvimento do seu sistema de ensino a importância de R\$ 3.297.669.609,00 (três bilhões, duzentos e noventa e sete milhões,

seiscentos e sessenta e nove mil e seiscentos e nove reais), proveniente da receita de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO
(Art. 167 da Constituição do Estado)

	Em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - RECEITA TOTAL ESTIMADA	13.190.580.175
1.1 - Impostos	11.873.008.887
1.1.1 - ITBI	316
1.1.2 - IRRF	721.441.625
1.1.3 - IPVA	613.105.612
1.1.4 - ITCMD	119.975.585
1.1.5 - ICMS - Estadual	10.418.485.749
1.2 - Transferências Federais	1.223.911.767
1.2.1 - Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores	175.929.367
1.2.2 - Transferências Financeiras - LC nº 87, de 1996 (Lei Kandir)	59.586.888
1.2.3 - Cota-Parte FPE - Estado	988.395.512
1.3 - Multa e Juros de Mora dos Impostos	75.811.243
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	9.795.595
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	8.052.683
2 - DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	2.493.827.647
2.1 - Impostos	2.230.313.389
2.1.1 - ICMS - Estadual	2.083.697.150
2.1.2 - ITCMD	23.995.117
2.1.3 - IPVA	122.621.122
2.2 - Transferências Federais	244.782.353
2.2.1 - Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores	35.185.873
2.2.2 - Transferências Financeiras - LC nº 87, de 1996 (Lei Kandir)	11.917.378
2.2.3 - Cota-Parte FPE - Estado	197.679.102
2.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	15.162.249
2.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	1.959.119
2.5 - Dívida Ativa dos Impostos	1.610.537
3 - PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25,00%
4 - VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	3.297.645.044
5 - PERCENTUAL FIXADO	25,00%
6 - TOTAL DA DESPESA FIXADA	3.297.669.609
6.1 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	2.726.022.697
6.1.1 - Recursos Ordinários do Tesouro (Fonte - 0100)	758.513.160
6.1.2 - Recursos do FUNDEB (Fonte - 0131)	1.684.509.537
6.1.3 - Inativos (Fonte - 0100)	283.000.000
6.2 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	134.823.943
6.2.1 - Recursos Ordinários do Tesouro (Fonte - 0100)	22.610.874
6.2.2 - Recursos do FUNDEB (Fonte - 0131)	112.213.069
6.3 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	270.831.969
6.3.1 - Recursos Ordinários do Tesouro (Fonte - 0100)	259.127.204
6.3.2 - Fundo Social (Fonte - 0261)	7.515.849
6.3.3 - Demais Receitas SEITEC (Fonte - 0262)	4.188.916
6.4 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE)	165.991.000
6.4.1 - Recursos Ordinários do Tesouro (Fonte - 0100)	30.991.000
6.4.2 - Recursos do FUNDEB (Fonte - 0131)	118.000.000
6.4.3 - Inativos (Fonte - 0100)	17.000.000
6.5 - DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	579.105.041

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício financeiro, créditos suplementares até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias a que se refere o art. 120, § 8º, inciso I, da Constituição do Estado, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

III - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

IV - abrir créditos suplementares, durante o exercício financeiro, exclusivamente para despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, serviços da dívida, plano de saúde dos servidores públicos do Estado e precatórios judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas na mesma ou em outra unidade orçamentária;

V - abrir créditos suplementares à conta dos saldos de dotações orçamentárias consignadas e não comprometidas no exercício financeiro de 2013;

VI - designar o Secretário de Estado da Fazenda, que por sua vez poderá delegar competência ao Diretor de Planejamento Orçamentário, para remanejar, por Portaria do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, dotações orçamentárias entre subações de um mesmo órgão;

VII - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

VIII - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2012-2015.

§ 1º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, observando as normas constitucionais e legais, poderá, por meio do sistema informatizado de execução orçamentária:

I - modificar as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesas, o elemento de despesa dentro da mesma subação, bem

como a modalidade de aplicação e o Identificador de Uso Iduso das destinações de recursos; e

II - remanejar dotações orçamentárias entre subações da mesma unidade orçamentária.

§ 2º Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso I do caput deste artigo os créditos suplementares para atender a:

I - despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, planos de previdência e saúde dos servidores do Estado, serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

II - despesas programadas à conta de receitas vinculadas; e

III - despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive de fundos.

Título III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

CAPÍTULO I

DA DESPESA

Art. 9º A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante no Anexo Único desta Lei, é fixada em R\$ 2.093.176.827,00 (dois bilhões, noventa e três milhões, cento e setenta e seis mil e oitocentos e vinte e sete reais), conforme o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

		Em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável		16.050.000
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.		16.050.000
Gabinete do Governador do Estado		2.173.476.827
CELESC Geração S.A.		291.445.733
CELESC Distribuição S.A.		543.334.388
SC Participações e Parcerias S.A.		24.957.166
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.		674.017.496
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.		9.223.222
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.		530.498.822
Secretaria de Estado da Fazenda		3.650.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.		3.650.000
TOTAL		2.093.176.827

CAPÍTULO II

DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 10. As fontes de receita para a cobertura das despesas fixadas no artigo anterior, decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos destinados ao aumento do patrimônio líquido e de

operações de crédito internas e externas, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita não estimada, apresentam o seguinte desdobramento:

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

		Em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
Geração Própria		1.368.506.851
Recursos do Orçamento de Investimento - Geração Própria		1.368.506.851
Operações de Crédito de Longo Prazo		460.459.839
Operações de Crédito de Longo Prazo - Interna		291.458.545
Operações de Crédito de Longo Prazo - Externa		169.001.294
Recursos de Outras Fontes		264.210.137
Outros Recursos de Longo Prazo - Outras Fontes		264.210.137
TOTAL		2.093.176.827

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares, até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias, mediante a geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias;

II - realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento quando a abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, previstos nesta Lei, estiver relacionada com empresas estatais; e

III - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2012-2015.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para a implementação das ações previstas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, a execução orçamentária poderá ser processada mediante a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades constantes desta Lei e de suas alterações, na forma dos procedimentos previstos na Lei nº 12.931, de 13 de fevereiro de 2004.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de dezembro de 2012

Deputado Gelson Merísio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Jailson Lima 1º Secretário

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 747**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 364/2008, que "Torna dispensável a exigência, pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências", por ser inconstitucional.

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei, conforme a seguinte razão:

"O autógrafo do Projeto de Lei nº 364/2008, invade a competência privativa do Chefe do Executivo para dispor, mediante decreto, sobre a organização funcional da administração estadual, incorrendo, pois, em inconstitucionalidade que se apura frente aos artigos 71, IV, e 32, ambos da CE/89, razão pela qual é recomendado seu veto."

Essa, senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2013

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 06/02/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PARECER Nº PAR 0359/12
PROCESSO Nº SCC 4299/2012**

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

ASSUNTO: EXAME DE AUTÓGRAFO.

EMENTA: Autógrafo aprovado pelo Legislativo, de origem parlamentar que permite que a autenticação de reproduções de documentos apresentados perante repartições públicas estaduais se faça mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado. Invasão na seara da competência privativa do Chefe do Executivo para dispor mediante decreto sobre a organização e funcionamento da administração estadual. Inconstitucionalidade do projeto que se apura frente aos artigos 71, IV, e 32, ambos da CE/89.

A ESPÉCIE:

1.- Mediante o Ofício nº 1775/12/SCC-DIAL-GEMAT, o Exmo. Sr. Diretor de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil encaminha e esta PGE., para exame e parecer, autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "**Torna dispensável a exigência, pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências**", e atende à seguinte redação:

"Art. 1º. Fica dispensada a exigência de autenticação, em cartório, das cópias de documentos exigidos por órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta e suas fundações, em todo o Estado de Santa Catarina, desde que utilizadas no interesse do requerente, em procedimento administrativo do mencionado órgão autenticador.

Art. 2º. O servidor público, em confronto com o documento original, autenticará a cópia, declarando que confere com o original.

Parágrafo único. A autenticação de que trata o caput deverá ser feita com a carimbagem, constando, obrigatoriamente, a data, o nome, a matrícula e o órgão de lotação do servidor.

Art. 3º. O órgão que verificar, a qualquer tempo, falsificação de assinatura em documento público, deverá dar conhecimento do fato à autoridade competente, para instauração do processo administrativo e criminal.

Parágrafo único. O servidor que, no uso de suas atribuições, atestar documentos falsos, sofrerá as sanções previstas no caput, além daquelas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina e no Código Penal Brasileiro.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

2.- Colhe-se dos autos que no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça o Relator, Deputado Joares Ponticelli, votou no sentido da aprovação do Projeto, dele tendo "pedido de vistas" o Exmo. Sr. Deputado Marcos Vieira (fls. 12), que proferiu o Voto de Vista no sentido da "rejeição" do Projeto (fls. 13/14), ao seguinte fundamento:

"...O Relator da matéria, Deputado Joares Ponticelli, em seu Parecer (fls. 05/07), manifestou-se pela aprovação em razão do previsto no Código Civil (Lei 10.406/02) que permite a dispensa de autenticação dos documentos reproduzidos mecanicamente ou eletronicamente utilizados como meio de prova, nos casos em que a parte não contestar a sua exatidão.

Com efeito, quando ao disposto no Código Civil brasileiro coaduno-me ao entendimento do nobre Relator, todavia, ousou

discordar em relação aos aspectos relacionados a legitimidade da origem da proposição legislativa. A Constituição Estadual considera a decisão de organização e a execução de serviços administrativos do Estado como atribuição privativa do Governador (art. 71. incisos I e IV, alínea "a" da Carta Estadual).

A matéria em pauta nesta Comissão de Constituição e Justiça, ao modificar a forma de reconhecimento de cópias dos documentos exigidos por órgãos da administração pública em procedimento administrativo e ao atribuir novas funções a servidor público, incorre na usurpação de iniciativa da órbita privativa do Poder Executivo, tate que acarreta inconstitucionalidade por desobediência ao Princípio da Separação dos Poderes inserto nas Constituições Federal e Estadual (art. 2º - CF/88 e art. 32 da CESC/89, respectivamente)".

3.- Arquivado o Projeto em 16 de dezembro de 2010 (fls. 16), foi desarquivado em fevereiro de 2011 (fls. 20), tendo sido novamente submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça da augusta Assembleia Legislativa, agora com votação unânime pela sua "aprovação"

4.- Precedentemente à análise da constitucionalidade do Projeto em questão, cabe destacar que a Comissão de Finanças e Tributação fez anexar aos autos (fls. 27/31), cópia do Decreto Federal nº 6.932, de agosto de 2009, que "**Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a Carta de Serviços ao Cidadão e dá outras providências.**" Dito Decreto, de aplicação no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, prevê no seu artigo 10 e respectivo parágrafo 1º, que:

Art. 10. A juntada de documento, quando decorrente de disposição legal, poderá ser feita por cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

§ 1º A autenticação poderá ser feita, mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado. "

5.- O que se percebe, portanto, é que na esfera do Poder Executivo Federal, questão idêntica a versada no Projeto sob análise restou tratada em sede de decreto da Presidência da República, "no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, VI, "alínea "a", da Constituição.". O sobredito artigo 84, VI, "a", da CF., atende à seguinte redação:

"Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (EC n. 23/99 e EC n. 32/2001);

(...)"

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) (...)"

6.- O preceito do art. 84, VI, "a", da CF., vem reproduzido na Carta Estadual, mais precisamente no seu artigo 71, IV:

"Art. 71 - São atribuições privativas do Governador do Estado:

(...)

IV - dispor sobre a organização e o funcionamento administração estadual, na forma da lei;"

7.- É de se concluir, pois, que se a União Federal, por decreto presidencial, no exercício da atribuição conferida pelo Art. 84, VI, "a", da CF, cuidou de permitir a autenticação "**mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem, o documento deva ser apresentado**", ao Governador do Estado, no âmbito da unidade federada, incumbiria privativamente, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 71, IV, da Constituição Estadual, dispor sobre idêntica matéria.

8.- Em casos congêneres, tem decidido o c. Supremo Tribunal Federal:

"**EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 3º, 4º, 5º e 6º DA LEI 11.222/1999 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. SEPARAÇÃO DE PODERES. VIOLAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. Os dispositivos impugnados são inconstitucionais, seja porque violaram a reserva de iniciativa do governador do estado em matérias afeitas à estrutura do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, e, da Constituição federal), seja porque dispõem sobre matéria que caberia ao governador do estado regular por decreto (art. 84, VI, da Constituição).**

Precedentes. Violação, em última análise, do princípio da separação de poderes (art. 2º da Constituição). Pedido julgado procedente" (ADI 2707/SC, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 12.05.2006);

"**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO Nº 4.010, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2001. PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. LIBERAÇÃO DE RECURSOS. EXIGÊNCIA DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Os artigos 76 e 84, I, II e VI, a, todos da Constituição Federal, atribuem ao Presidente da República a posição de Chefe supremo da administração pública federal, ao qual estão subordinados os Ministros de Estado. Ausência de ofensa ao princípio da reserva**

legal, diante da nova redação atribuída ao inciso VI do art. 84 pela Emenda Constitucional nº 32/01, que permite expressamente ao Presidente da República dispor, por decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando isso não implicar aumento de despesa ou criação de órgãos públicos, exceções que não se aplicam ao Decreto atacado. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga improcedente." (ADI 2564/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 06.02.2004)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDONIA. LIMITES SOBRE O NÚMERO DE SECRETARIAS DE GOVERNO E RESPECTIVOS CARGOS. INADMISSIBILIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Os Estados-membros, na elaboração de seu processo legislativo, não podem afastar-se do modelo federal ao qual devem sujeitar-se obrigatoriamente (CF, artigo 25, caput). Entre as matérias que não podem ser disciplinadas pelo poder constituinte estadual acham-se aquelas cuja iniciativa reservada são do Chefe do Poder Executivo (CF, artigos 61, § 1º, II, a e e e 84, I, VI, a e b inciso XXV). 2. Não pode a Constituição do Estado limitar o número de Secretarias de Governo, dispor sobre os respectivos cargos, promover a fusão de unidades administrativas e a extinção de órgãos e funções gratificadas. Ação direta de inconstitucionalidade procedente" (ADI 102/RO, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 29.11.2002, DJ 29.11.2002)

9.- Correto se mostrava, portanto, o "voto de vista" do Deputado Marcos Vieira proferido às fls. 13/14, no sentido de que o Projeto, "ao modificar a forma de reconhecimento de cópias dos documentos exigidos por órgãos da administração pública em procedimento administrativo e ao atribuir novas funções a servidor público, incorre na usurpação de iniciativa da órbita privativa do Poder Executivo, fato que acarreta inconstitucionalidade por desobediência ao Princípio da Separação dos Poderes inserto nas Constituições Federal e Estadual (art. 2º - CF/88 e art. 32 da CESC/89, respectivamente).".

CONCLUSÃO:

1.- Em razão do exposto, o parecer, s.m.j., é no sentido da inconstitucionalidade do Autógrafo frente aos artigos 71, IV, e 32, da Constituição Estadual, a recomendar seja integralmente vetado.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2012.

Francisco Guilherme Laske
Procurador do Estado.

Extrato do parecer:

O autógrafo do Projeto de Lei n. 364/2008, invade a competência privativa do Chefe do Executivo para dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração estadual, incorrendo, pois, em inconstitucionalidade que se apura frente aos artigos 71, IV, e 32, ambos da CE/89, razão pela qual é recomendado o seu veto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO : SCC 4299/2012.

ORIGEM : Secretaria de Estado da Casa Civil.

ASSUNTO : Exame de Autógrafo.

EMENTA: Autógrafo aprovado pelo Legislativo, de origem Parlamentar, que permite que a autenticação de reproduções de documentos apresentados perante repartições públicas estaduais se faça mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado. Invasão na seara da competência privativa do Chefe do Executivo para dispor mediante decreto sobre a organização e funcionamento da administração estadual. Inconstitucionalidade do projeto que se apura frente aos artigos 71, IV, e 32, ambos da CE/89.

Senhor Procurador Geral do Estado,

De acordo com a manifestação do Procurador de Estado Guilherme Laske às fls. 46 a 54.

À vossa consideração.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2012.

Loreno Weissheimer

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
SCC 4299/2012

Assunto: Autógrafo Projeto de Lei n. 364/2008. Torna dispensável a exigência, pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais a adota outras providências.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil.

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer n.359/12** (fls. 46/54), da lavra do Procurador do Estado Dr. Francisco Guilherme Laske, referendado à fl. 55 pelo Dr. Loreno Weissheimer, Procurador Chefe da Consultoria Jurídica, recomendando aposição de veto total.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil.

03. Após, archive-se na. COJUR-PGE.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2012.

JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO
Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 364/2008

Torna dispensável a exigência, pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica dispensada a exigência de autenticação, em cartório, das cópias de documentos exigidos por órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta e suas fundações, em todo o Estado de Santa Catarina, desde que utilizadas no interesse do requerente, em procedimento administrativo do mencionado órgão autenticador.

Art. 2º O servidor público, em confronto com o documento original, autenticará a cópia, declarando que "confere com o original".

Parágrafo único. A autenticação de que trata o caput deverá ser feita com a carimbagem, constando, obrigatoriamente, a data, o nome, a matrícula e o órgão de lotação do servidor.

Art. 3º O órgão que verificar, a qualquer tempo, falsificação de assinatura em documento público, deverá dar conhecimento do fato à autoridade competente, para instauração do processo administrativo e criminal.

Parágrafo único. O servidor que, no uso de suas atribuições, atestar documentos falsos, sofrerá as sanções previstas no caput, além daquelas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina e no Código Penal Brasileiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIO

Ofício GLPP nº 001/13

Florianópolis (SC), 06 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor
Deputado Joares Ponticelli
Presidente da ALESC
Nesta

Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que, em reunião na data de hoje, a Bancada do Partido Progressista indicou o deputado **Valmir Comin** para Líder e o Deputado Silvio Dreveck para Vice-Líder do PP, nesta Casa Legislativa, por um período de dois anos.

Agradecemos vossa atenção e reiteramos votos de uma gestão de pleno êxito frente à administração da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Deputado Silvio Dreveck
Líder da Bancada do PP

Lido no Expediente
Sessão de 13/02/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 384, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **VALDINEIA DE FREITAS**, matrícula nº 7144, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 8 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 385, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CLAUDIA BRESSAN DA SILVA**, matrícula nº 3850, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 386, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLAUDIA BRESSAN DA SILVA, matrícula nº 3850, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Gilmar Knaesel - Tubarão).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 387, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARLINDO EWALD para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel - Pomerode).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 388, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VALDEMAR ANTUNES**, matrícula nº 4185, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 389, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VALDEMAR ANTUNES, matrícula nº 4185, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 390, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **TARCISIO WEISE**, matrícula nº 6007, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-92, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 391, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TARCISIO WEISE, matrícula nº 6007, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-90, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 392, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **PAULO SESAR BATISTA**, matrícula nº 5844, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 393, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PAULO SESAR BATISTA, matrícula nº 5844, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 394, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **NILVO KUSTER**, matrícula nº 4133, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 395, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NILVO KUSTER, matrícula nº 4133, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima - Ituporanga).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 396, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **EDNA MARIA BASTOS**, matrícula nº 4938, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 397, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDNA MARIA BASTOS, matrícula nº 4938, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 398, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ARLETE DA SILVA**, matrícula nº 4186, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 399, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARLETE DA SILVA, matrícula nº 4186, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 400, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **AROLD BERNHARDT**, matrícula nº 7134, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 401, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AROLD BERNHARDT, matrícula nº 7134, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 402, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CELSO MARLOCH**, matrícula nº 4716, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 403, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CELSO MARLOCH, matrícula nº 4716, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 404, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDER LIMA**, matrícula nº 6903, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 405, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDER LIMA, matrícula nº 6903, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 406, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JADER ANTONIO MAZUTTI DE GERONI, matrícula nº 6269, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Caçador).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 407, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROSANE CRISTINA RAMON para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Balneário Camboriú).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 408, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EMERSON LUCIANO STEIN, matrícula nº 5462, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Porto Belo).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 409, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KEYDE CAMARGO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 410, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR IVANA RAMON para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Campo Erê).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 411, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA HELENA MARTINS LUCCA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Itajaí).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 412, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SONIA REGINA PORTALETE**, matrícula nº 7012, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 413, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SONIA REGINA PORTALETE, matrícula nº 7012, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-82, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 13 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Brusque).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 414, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VILSON BOHN**, matrícula nº 3551, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 415, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VILSON BOHN, matrícula nº 3551, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 13 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 416, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SERGIO GARCIA**, matrícula nº 6462, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de fevereiro de 2013 (MD - 4ª Secretaria).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 417, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS**, matrícula nº 6694, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-86, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 418, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 6694, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 13 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 419, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SORAIA DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 420, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCIANO MACHADO**, matrícula nº 6666, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 421, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SANTIAGO DE FRANÇA KERSCHER, matrícula nº 6752, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 05 de fevereiro de 2013, **tornando sem efeito** a Portaria nº 370, de 08 de fevereiro de 2013 (Gab Dep Jean Kuhlmann - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 422, de 13 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO as Portarias nºs 276, 277 e 278 de 05 de fevereiro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 007.8/2013

Institui o "Dia Estadual do Produtor de Tabaco" no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica instituído o "Dia Estadual do Produtor de Tabaco"

no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado anualmente, no dia 28 de outubro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2013.

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 13/02/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir no âmbito do Estado de Santa Catarina o "Dia Estadual do Produtor de Tabaco" a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de outubro.

A presente proposição origina-se da idéia de representantes das federações da agricultura e dos trabalhadores rurais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (FAEP, FAESC, FARSUL, FETAEP, FETAESC e FETAG) e Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), que reunidos no dia 16 de outubro, em São José/SC, decidiram criar o Dia Mundial do Produtor de Tabaco na nesta data.

De acordo com o presidente da AFUBRA, Benício Albano Werner, a instituição da data no calendário festivo das entidades tem como principal objetivo respaldar o trabalho do produtor de tabaco.

Segundo ele: "Como qualquer brasileiro, trata-se de um cidadão que trabalha pela sua manutenção, da família, da pequena propriedade que ocupa e da comunidade onde está inserido e que gera, por tabela, grandes riquezas para o país".

Conforme dados a última safra de tabaco no Brasil ocupou 680 mil pessoas somente no campo e gerou uma receita

bruta de R\$ 4,7 milhões. Além disso, outras atividades vegetais e animais desenvolvidas pelos 187 mil produtores geraram outros R\$ 3,5 bilhões, totalizando um faturamento anual de mais de R\$8,2 bilhões, o que demonstra a sua importância para a economia.

Portanto, a instituição da data objetiva levar à opinião pública todos os dados que enfatizam a importância social e econômica da sua produção para o país.

Com a certeza da aprovação unânime desta Casa, peço o apoio dos nobres pares, e que se faça o devido reconhecimento a estes importantes trabalhadores, se estabelecendo um dia em sua homenagem.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 008.9/2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos procedimentos de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a orientação sobre os procedimentos de emergência e normas de segurança nos espaços destinados a:

- I - apresentações musicais;
- II - espetáculos circenses;
- III - espetáculos teatrais;
- IV - salas de cinema;
- V - casas de dança, boates e similares; e
- VI - arenas esportivas, estádios, ginásios e similares.

Art. 2º A orientação de que trata esta Lei deverá ser prestada de forma clara e ostensiva, antes do início do espetáculo ou evento, indicando as saídas de emergência, o local dos extintores, a capacidade de público do recinto ou outras orientações julgadas oportunas.

§ 1º Em eventos com longa duração as informações deverão ser repetidas a cada três horas.

§ 2º Em eventos esportivos as informações deverão ser repetidas nos intervalos oficiais próprios de cada modalidade.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator as penalidades previstas no art. 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 13/02/13

JUSTIFICATIVA

O grave acidente que vitimou centenas de pessoas, na boate Kiss, em Santa Maria - RS, ocorrido na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013, registrou o segundo maior número de mortes numa tragédia em virtude de incêndio no país.

Um acontecimento dessa magnitude não pode passar em branco, pois traz a tona triste lembrança de jovens estudantes com idade entre 16 e 25 anos, mortos prematuramente. De recordação, ficará o horror e o desespero, para os que em meio ao transtorno não conseguiram ajudar a resgatar os seus colegas e amigos. Igualmente, restará o pesar pelos que não puderam sair, ou os que embora removidos do incêndio, instantes, horas ou dias depois, acabaram sucumbindo.

De outra banda, nos cabe como homens públicos além de nos solidarizar com os que perderam seus entes queridos, propor projeto de lei que torne mais rígidos os diversos quesitos de segurança que devem nortear e integrar os espaços destinados a eventos que reúnam o público.

Essas as razões do tema trazido a esta Casa por meio do presente Projeto de Lei que, esperamos, seja aprovado pelos nobres Deputados.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***